

2º CICLO DE ESTUDO
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

As ideias ortográficas nos tratados ortográficos da língua portuguesa no século XX

Regina de Jesus Costa

M

2019



Regina de Jesus Costa

**As ideias ortográficas nos tratados ortográficos da língua
portuguesa no século XX**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor Doutor
Rogélio Ponce de León Romeo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2019

As ideias ortográficas nos tratados ortográficos da língua portuguesa no século XX

Regina de Jesus Costa

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor Doutor Rogélio Ponce de León Romeo

Membros do Júri

Professora Doutora Maria de Fátima Favarrica Pimenta de Oliveira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Clara Ferreira de Araújo Barros Greenfield
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Rogélio Ponce de León Romeo
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Sumário

Declaração de honra	9
Agradecimentos	10
Resumo	11
Abstract.....	12
Índice de tabelas	13
Lista de abreviaturas	14
Introdução	15
Capítulo 1 – A ortografia.....	19
1.1. Definição de ortografia	19
1.2. Principais sistemas ortográficos	20
1.3. Síntese.....	24
Capítulo 2 – As ideias ortográficas anteriores ao século XX	25
2.1. A consciencialização da existência da língua vernácula	25
2.2. As ideias ortográficas do século XVI ao século XVIII	29
2.3. As propostas de reforma do século XIX.....	35
2.3.1. Considerações Sobre a Orthographia Portugueza, de José Barbosa Leão	36
2.3.2. Bases da Ortografia Portuguesa, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu	37
2.4. Síntese.....	40
Capítulo 3 - História dos tratados ortográficos da Língua Portuguesa no século XX	42
3.1. Primeira República Portuguesa e a Reforma Ortográfica de 1911.....	42
3.2. Brasil e a Reforma Ortográfica de 1907	45
3.3. Entre as duas Reformas e o Acordo de 1931	48
3.4. (Des)acordo de 1931 e os entendimentos até 1945	51
3.5. O caminho até ao Acordo de 1990	53
3.6. Síntese.....	56
Capítulo 4 – Descrição comparativa das bases da Reforma Ortográfica de 1911, das Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 e do Acordo Ortográfico de 1990	58
4.1. Alfabeto	59

4.2. <h>.....	60
4.3. Combinações gráficas e sinais diacríticos não peculiares do Português	62
4.4. Consoantes duplas	63
4.5. Supressão e conservação de sequências consonânticas	63
4.6. Homofonia de alguns grafemas consonânticos	67
4.7. Ditongos.....	69
4.8. <e> e <i> com valor de [i].....	74
4.9. <o> e <u> com valor de [u].....	78
4.10. Acentuação gráfica	80
4.10.1. Acentuação gráfica em palavras oxítonas	80
4.10.2. Acentuação gráfica em palavras paroxítonas	85
4.10.3. Acentuação gráfica em palavras proparoxítonas.....	91
4.10.4. Outros casos de acentuação gráfica.....	93
4.10.5. Trema	94
4.11. Hifenização	94
4.12. Apóstrofo	102
4.13. Minúscula e maiúscula	104
4.14. Divisão silábica.....	107
4.15. Pontuação e manutenção da escrita em onomásticos	110
Considerações finais	111
Referências bibliográficas	122

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, novembro de 2019

Regina de Jesus Costa

Agradecimentos

A todos os que estiveram presentes, de alguma forma, nestes últimos dois anos, um muito obrigado. Este caminho nem sempre foi fácil de percorrer e devo um agradecimento especial a algumas pessoas que nele atravessaram e me ajudaram a terminá-lo, nomeadamente:

Ao meu orientador, Professor Doutor Rogélio Ponce de León Romeo, pela paciência e disponibilidade em orientar esta dissertação. Mais do que qualquer outra pessoa, foi quem tornou possível a realização deste trabalho, lendo-o e corrigindo-o repetidamente, dando-me sugestões para o tornar o melhor possível. Mesmo eu estando muitas vezes a dezenas de quilómetros de distância, nunca deixou de me acompanhar durante este último ano. O meu mais sincero obrigada. Um obrigada também a todos os professores de linguística com quem me cruzei, pelos ensinamentos que me ofereceram nas várias áreas desta ciência.

Aos meus pais, como não poderia deixar de ser, por estarem presentes nos bons e maus momentos, pelos ensinamentos que me ofereceram ao longo de toda a vida, incentivando-me todos os dias, desde sempre, a alcançar os meus objetivos. Sem a força, presença e perseverança que me transmitiram, nada seria possível.

Ao Manuel, a quem devo uma imensa gratidão por todo o apoio, paciência, ânimo e coragem que me transmitiu.

Aos meus amigos. Um obrigada a todos os restantes que estiveram presentes e me aturaram durante os últimos anos. Deixo um agradecimento especial aos meus colegas de mestrado, sobretudo à Joana e ao Carlos, que me acompanharam de perto nestes últimos dois anos em que percorremos o mesmo caminho juntos.

Por fim, deixo também um agradecimento a todos os meus colegas de trabalho, por me terem facilitado os horários, pela paciência em me ouvir, por não se aborrecerem comigo. Agradeço particularmente aos colegas que cruzaram o seu caminho com o meu na Esplanada e nas Portagens. À Sofia Lavrador e ao Dr. Miguel. Tenho a sorte de ter várias famílias na minha vida e vocês são uma delas.

Resumo

A historiografia linguística é uma área relativamente recente, considerando que a própria linguística se constituiu como ciência apenas há cerca de duzentos anos, no início do século XIX, quando o termo *linguistik* surgiu num periódico, em 1808 (Koerner, 2014).

As considerações mais recentes sobre a historiografia linguística, como as de Godoy (2009), apontam para que esta estude e registre acontecimentos sucedidos na área da linguística, distinguindo-se da história da linguística por esta estudar a narrativa dos acontecimentos históricos linguísticos. Koerner (2014), um dos principais impulsionadores desta disciplina, também considera que a historiografia linguística investiga e apresenta acontecimentos passados na evolução da disciplina designada por *linguística*.

A presente dissertação, estabelecida na área da historiografia linguística, apresenta a evolução do pensamento linguístico, a nível ortográfico, em Portugal. Ou seja, após ser dado um contexto histórico das ideias ortográficas relativas à língua portuguesa, são apresentadas as alterações a nível ortográfico observadas nos três tratados ortográficos que vigoraram em Portugal (portanto, foi considerado apenas o século XX).

Assim, os principais objetivos desta dissertação, conforme os preceitos indicados por Koerner (2014) relativamente aos objetivos da própria historiografia linguística, são: perceber se houve ganhos significativos na teoria ortográfica; obter conhecimento sobre o desenvolvimento da teoria ortográfica; ganhar habilidade para julgar novas teorias ortográficas que possam surgir no futuro.

Palavras-chave: historiografia linguística, ortografia, tratados ortográficos, língua portuguesa

Abstract

Linguistic historiography is a relatively recent area, considering that linguistics constituted itself as a science only about two hundred years ago, at the beginning of the nineteenth century, when the term *Linguistik* emerged in a periodical, in 1808 (Koerner, 2002).

The most recent considerations about linguistic historiography, such as those of Godoy (2009), point out that this discipline studies and records successful events in the area of linguistics, distinguishing itself from the history of linguistics, which studies the narrative of Historical linguistic events. Koerner (2002), one of the main drivers of this discipline, also considers that linguistic historiography investigates and presents past events in the evolution of the discipline called *Linguistics*.

The present dissertation, established in the area of linguistic historiography, presents the evolution of linguistic thinking, at the orthographic level, in Portugal. In other words, after being given a historical context of the orthographic ideas related to the Portuguese language, the spelling changes observed in the three orthographic treatises that took effect in Portugal are presented (therefore, it was considered only the century XX).

Thus, the main objectives of this dissertation, according to the precepts indicated by Koerner (2009) regarding the objectives of the linguistic historiography itself, are: to perceive whether there were significant gains in the orthographic theory; Gain knowledge about the development of orthographic theory; Gain ability to judge new orthographic theories that may arise in the future.

Keywords: historiography of linguistics, orthography, orthography treatise, Portuguese language

Índice de tabelas

Tabela 1: Principais alterações no alfabeto.	60
Tabela 2: Principais alterações na supressão e conservação de sequências consonânticas.	66
Tabela 3: Principais alterações na escrita de ditongos orais.	74
Tabela 4: Principais alterações na escrita de ditongos nasais.	74
Tabela 5: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras oxítonas.	85
Tabela 6: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras paroxítonas. ...	91
Tabela 7: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras proparoxítonas.	93
Tabela 8: Principais alterações noutros casos de acentuação gráfica.	94
Tabela 9: Principais alterações na hifenização.	101
Tabela 10: Principais alterações na hifenização de palavras cujo primeiro elemento é um prefixo ou falso prefixo.	101
Tabela 11: Principais alterações no uso de maiúscula e minúscula	107

Lista de abreviaturas

AO	Acordo Ortográfico
BAAO	Bases Analíticas do Acordo Ortográfico
PA	Português Africano
PE	Português Europeu
PB	Português do Brasil
RO	Reforma Ortográfica

Introdução

A presente dissertação é dedicada a um estudo comparativo das bases dos três tratados ortográficos que vigoraram em Portugal no século XX. Referimo-nos, portanto, à Reforma Ortográfica de 1911, às Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 e ao Acordo Ortográfico de 1990. O interesse por este tema surgiu na unidade curricular *História das Ideias Gramaticais*, onde foi apresentado um pequeno trabalho de investigação das ideias ortográficas presentes nos tratados ortográficos para a língua portuguesa. Sendo esta uma área que estuda textos metagramaticais, numa perspetiva histórica, foi tido em conta apenas o século XX. Conforme estabeleceu Law (2003) relativamente ao objeto de estudo da história da linguística, a partir dos textos metagramaticais, tentar-se-ia entender como é que a linguística foi pensada no passado e as ideias que surgiram. Koerner (2014) afirma que a historiografia linguística, atualmente, “constitui uma investigação metodologicamente informada e a apresentação de acontecimentos passados na evolução da disciplina designada de *linguística* ou *ciências da linguagem*” (p. 17). Swiggers (2010), por sua vez, explica que a historiografia linguística descreve e explica a história das ideias linguísticas, de forma contextualizada, fazendo uso “da *linguística* (e sua metodologia), da *história* (história dos contextos sócio-cultural e institucional), da *filosofia* (desde a história das ideias e *epistêmês* até à história das doutrinas filosóficas), e da *sociologia da ciência*” (p. 2). Como se verá nos próximos capítulos, a presente dissertação, ao abordar um tema inerente à linguística, teve necessidade de recorrer à história de Portugal, do Brasil, bem como da própria Europa, para poder explicar certos acontecimentos linguísticos que decorreram em virtude da própria história política, social e económica. Por exemplo, para explicar a constituição da Comissão que deu origem à primeira Reforma Ortográfica, em Portugal, foi necessário dar conta da história da Implantação da República e da forma como este acontecimento foi determinante na história dos tratados ortográficos no Português Europeu. A filosofia é igualmente essencial na historiografia linguística, na medida em que permite entender a lógica do pensamento e das ideias dos autores de propostas e conceitos, sejam estes em relação à ortografia, aos princípios ortográficos, ou a outros domínios do saber linguístico. Ou seja, ver-se-á adiante, por exemplo, que é necessário explicar a ideia que

esteve no pensamento de Madureira Feijó quando este autor entendeu que o princípio ortográfico da etimologia era o mais capaz de reger um código ortográfico para a língua portuguesa.

A reger a presente dissertação estiveram as seguintes perguntas de investigação:

- Quais foram os acontecimentos que levaram ao decorrer histórico observado na ortografia da língua portuguesa?
- Quais foram as alterações introduzidas ao longo dos três tratados oficiais que vigoraram no Português Europeu, face ao contexto histórico que antecedeu os mesmos?
- Atendendo às alterações observadas, que considerações podem ser tecidas acerca destas e o que é que pode ser modificado ou melhorado num trabalho posterior?

Para responder a estas três questões, nos capítulos que se seguem, este tema foi aprofundado de uma forma mais incisiva. O objeto de estudo, que teve de ser limitado por questões de tempo e de espaço, foi os tratados ortográficos que vigoraram em Portugal no século XX. O interesse por este tema prende-se também pelo facto de ser ainda uma discussão atual na comunidade de países com o Português como língua oficial. Apesar de decorridos cerca de trinta anos após a produção e publicação do Acordo Ortográfico¹, este ainda levanta dúvidas, questões, controvérsias e reações de diversas partes e organismos. Procedeu-se, por fim, a uma análise histórico-comparativa destas modificações, de forma a esclarecer o porquê de a Reforma Ortográfica ter necessitado de ajustes, dando origem às Bases Analíticas do Acordo Ortográfico, que, por sua vez, também foram ajustadas e originaram o Acordo Ortográfico.

Conforme Castro (2015) bem descreve, o código ortográfico de uma determinada língua tem de ser, de tempos em tempos, ajustado, para acompanhar a própria mudança e variação inerente à língua, sobretudo nos casos em que o código tem uma base fonética, como é o caso do Português. Assim, nas palavras de Castro (2015),

¹ A discussão em torno do Acordo Ortográfico, por parte das entidades que o produziram, terminou em 1990, altura em que este ficou pronto. Contudo, após este ano, seguiram-se diversos problemas burocráticos, de ordem política e social, que foram impedindo a sua entrada em vigor. Oficialmente, em Portugal, a obrigatoriedade de entidades públicas e outros organismos utilizarem o novo Acordo Ortográfico instalou-se em 2015, após a entrada em vigor em 2009, onde ficou prevista uma fase de transição de seis anos.

Mais tarde ou mais cedo, a ortografia do Português deverá ser revista, porque isso decorre da necessidade natural de a grafia acompanhar o passo das pronúncias, quando invoca para si alguma legitimidade fónica. Apenas as ortografias muito conservadoras se acham dispensadas de acompanhar a evolução do sistema fonético e fonológicos, pois conferem ao desenho das palavras o valor de quase ideogramas cujo significado e respetivo significante fónico são memorizados sem depreensão analítica de componentes menores e podem perdurar no tempo. (p. 506)

Assim, é provável que o Acordo Ortográfico de 1990 venha a ser, eventualmente, reformado e alvo de novas mudanças e preceitos. O estudo histórico das ideias ortográficas que foram consideradas, até ao momento, e do porquê de estas terem sido postas em prática, modificadas ou revogadas, permite considerar com mais clareza o possível caminho a seguir, evitando erros do passado; permite também entender decisões tomadas nas décadas anteriores, de forma a justificar outras ideias que poderão ser acrescentadas, modificadas ou revogadas em relação ao Acordo Ortográfico de 1990.

O capítulo 1 pretende descrever o que é, afinal, a ortografia. Cagliari (2009) refere que a escrita não é nada mais do que uma representação da fala, uma vez que um falante só consegue reconhecer uma determinada forma ortográfica se também conhecer a forma oral da palavra. Contudo, como continua Cagliari (2009), nenhum sistema ortográfico representa diretamente a forma fonética das palavras – até porque seria impossível, uma vez que uma língua apresenta variação diacrónica, diatópica, diastrática e diafásica. No fundo, um tratado ortográfico pretende *congelar* um código escrito comum a todas estas situações de variação.

As várias teorias sobre o que é, afinal, a ortografia, conduziram alguns dos seus autores a procurar um código escrito comum a todas as variações que encontravam para uma só língua. No entanto, estes autores divergiram nas suas propostas – uns consideraram mais conveniente manter as raízes etimológicas das palavras, outros

entenderam que a grafia deveria seguir a forma oral das palavras. O capítulo 1 aborda também quais foram os principais sistemas ortográficos que advieram das considerações dos autores de propostas de tratados ortográficos.

Consolidadas algumas noções básicas sobre a ortografia, o capítulo 2 abrange uma descrição histórica das várias considerações tecidas relativamente à ortografia desde que se começou a falar no Português como uma língua autónoma do Latim. No início do século XIII surgiram alguns (poucos) documentos redigidos naquilo que consideramos hoje ser língua portuguesa (Verdelho, 1997). Mas, como refere Verdelho (1995), apenas no Renascimento começou a surgir uma preocupação sobre o código escrito esta língua. O capítulo 2, portanto, aborda as tentativas de definição de um tratado ortográfico até ao século XIX, abordando também o que os autores idealizaram na sua elaboração.

O capítulo 3, por sua vez, incide na história dos tratados ortográficos da língua portuguesa no século XX, servindo de suporte para o capítulo 4. Assim, temos em primeiro lugar uma descrição do contexto histórico-social, em termos ortográficos, do século XX. Esta descrição permite um melhor entendimento das alterações que os três tratados ortográficos sofreram, isto é, o que esteve na base do pensamento dos autores das reformas para tomarem certas decisões (e não tomarem outras).

Estando dado o enquadramento teórico, o quarto e último capítulo é o mais longo e detalhado de todos, abrangendo todas as mudanças que ocorreram entre 1911, 1945 e 1990. Este é rematado com algumas considerações finais relativas às alterações que se observaram e ficaram documentadas no capítulo 4, tendo em conta as ideias ortográficas do século XX, documentadas no capítulo 3, e as anteriores a este século, referidas no capítulo 2.

Capítulo 1 – A ortografia

1.1. Definição de ortografia

Foram várias as propostas dadas para tentar encontrar a definição mais adequada para *ortografia*. Como indica Gonçalves (2003), à letra, *ortografia* não é mais do que a forma de escrever certa, o modo de escrever direito. Derivada do grego, a palavra *ortografia* (*orthographia*) tem por base duas outras palavras gregas: *orthée*, que se pode traduzir por *direita*, ou *certa*; *graphée*, que se pode traduzir por *forma de escrever*. Com alguma repetição, as definições atribuídas a ortografia basearam-se na origem e tradução da palavra. As mais simples aludem ao facto de ser a arte que ensina a forma de escrever corretamente. Porém, há autores que acrescentaram outras informações às definições que apresentaram, como enumerou Gonçalves (2003): Tristão da Cunha Portugal, em 1837 (*apud* Gonçalves, 2003), por exemplo, especificou que a forma de escrever corretamente seria aquela que representasse os sons dos vocábulos quando se pronunciavam. Luís Adelino Lopes da Cruz, em 1856 (*apud* Gonçalves, 2003), por sua vez, defendeu que a ortografia correta, além de dever representar os sons dos vocábulos, deveria representar também a origem das palavras. Em 1843, António Maria Barker (*apud* Gonçalves, 2003) afirmou que a forma de escrever com correção seria aquela em que usamos as letras certas para escrever as palavras, mas também pontos e vírgulas a separar as orações. Além do mais, para Barker, o uso do acento também seria importante para mostrar a pronúncia das vogais por parte dos populares.

Gonçalves (2003) refere que as distintas definições de *ortografia* mostram por si que os autores destas tinham diferentes interpretações e atribuíam diferentes significados àquilo que é a forma mais correta de escrever. É também através destas definições que se pode estudar os *sistemas ortográficos* (tema do capítulo seguinte) que podem reger um determinado tratado ortográfico. Para elaborar um tratado ortográfico, o seu autor procede a uma escolha quando determina qual a norma que vai seguir para a produção da sua proposta de convenção ortográfica. Esta preferência é individual e cada autor tem os seus argumentos para seleccionar uma única norma. Ou seja, a problemática da escolha de uma

convenção ortográfica única para uma língua acompanha as tendências individuais dos vários autores que propõem as convenções. Esta problemática perdura há vários séculos no caso da língua portuguesa, onde foi trabalhoso obter um consenso acerca da escolha de uma convenção ortográfica comum a toda a língua, que abrangesse todas as normas do Português, comprazendo a todos os falantes².

Segundo Kemmler (2001), o conceito de *ortografia* foi evoluindo e, por isso, autores como os mencionados por Gonçalves (2003) também inovaram nas suas definições. Se primeiramente a ortografia foi considerada, conforme Kemmler (2001), um sistema dentro de um sistema maior (o gramatical), no século XVI, com a revolução tipográfica e o consequente aumento da prática da escrita, surgiu também a necessidade de uma unificação gráfica, o que levou a que a ortografia fosse considerada como um sistema independente.

1.2. Principais sistemas ortográficos

Quando se pensa nas diferentes propostas para códigos ortográficos, elaboradas desde o século XVI, pode perguntar-se no que estas diferem. Um dos motivos que leva a estas diferenças é o princípio ortográfico segundo o qual o autor de uma proposta se rege.

Observando a história, os autores de teorias ortográficas, de propostas de códigos ortográficos, filólogos e linguistas em geral, entre outras pessoas que fizeram comentários e reflexões acerca do assunto, foram justificando os vários princípios que podiam reger um código ortográfico, esclarecendo também aquele que usaram especificamente nas suas obras. Hoje é possível agregar estas reflexões, de forma a compreender qual foi a base tida em conta na elaboração e apresentação de uma dada proposta. Estas considerações são aqui dadas a conhecer de forma a apoiar a compreensão das propostas ortográficas que serão expostas na presente dissertação nos capítulos seguintes. Assim, de acordo com Gonçalves (2003), temos quatro princípios ortográficos: o princípio da pronúncia, o

² Cada proposta de tratado ortográfico representa os princípios escolhidos pelo seu autor. Como aponta Gonçalves (2003), na língua portuguesa abundaram propostas variadas, uma vez que os autores, além da variação individual, pertenciam a normas diferentes entre si.

princípio da etimologia, o princípio do uso e o princípio da analogia. Kemmler (2001), nas suas considerações acerca das ortografias do período pseudoetimológico³, menciona estes princípios como parte integrante das suas considerações sobre os gramáticos desta época. Assim, de forma sucinta, os princípios são:

- Pronúncia: a defesa da sua imitação como critério ortográfico e como ideal da representação gráfica remonta ao século VII, na Grécia (Gonçalves, 2003). Este critério, segundo as palavras de Gonçalves (2003), procura um isomorfismo entre fala e escrita, de forma a alcançar um paralelismo entre as duas vertentes. Contudo, a imitação da pronúncia não pode ser literal ao ponto de adotar o alfabeto fonético, uma vez que tal exagero implicava mudar o sistema gráfico que se conhece, o que, por sua vez, iria provocar o desaparecimento das marcas da história na língua escrita, conforme explica Gonçalves (2003). Kemmler (2001), quando faz referência a Fernão de Oliveira e João de Barros, menciona que estes autores adotaram uma ortografia baseada em considerações fonéticas, tendo no seu pensamento a máxima: *grafemas para todos os sons*. É por isso que, conforme apresenta Kemmler (2001), João de Barros sugere a inclusão de trinta e três grafemas no seu inventário alfabético, de forma a que cada som tivesse um grafema que lhe correspondesse. É necessário ter em consideração que a elaboração de um tratado ortográfico com base na pronúncia implicaria a seleção de uma norma ortoépica⁴. Porém, e como não deixa de apontar Gonçalves (2003), a preferência de uma norma em detrimento de outras causaria um novo problema: qual a que deveria ser escolhida? E com base em que justificação? Segundo Kemmler (2001) este foi, por exemplo, o problema de Madureira Feijó, ortógrafo do século XVIII, que excluiu o critério da pronúncia da sua proposta por não ser capaz de encontrar um uso universal (modelo ortoépico) que lhe servisse de base para um tratado ortográfico;

- Etimologia: este critério permite reconhecer, através da escrita, línguas com origens comuns. Gonçalves (2003) refere que os etimologistas defendiam a manutenção da ligação entre língua do seu tempo e aquela que lhe deu origem, por ser uma importante

³ Gonçalves (1992) menciona que a periodização da ortografia da língua portuguesa é consensual e pode ser dividida em três períodos: o primeiro, desde os primeiros textos até ao século XVI, é o período fonético; o segundo, desde o século XVI até 1904, é o período pseudoetimológico; o último, de 1904 até à atualidade, é o período das reformas ortográficas.

⁴ Isto é, uma norma considerada de boa pronúncia, ou da pronúncia mais correta.

fonte filológica. A etimologia acabou por ser um dos princípios mais seguidos pelos autores de vários tratados ortográficos da língua portuguesa ao longo dos séculos. O princípio etimológico foi amplamente adotado no período pseudoetimológico (isto é, entre o século XVI e 1904, segundo a divisão de Gonçalves (1992)). Kemmler (2001), ao referenciar gramáticos como Pero Magalhães Gandavo, Duarte Nunes de Leão Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Madureira Feijó, Francisco Félix Carneiro Sotomaior, entre outros, admite que todos estes adotaram uma grafia etimologizante. Através de Kemmler (2001) percebemos que Sotomaior, por exemplo, quando procurou uma grafia unificadora e normativa, entendeu que só uma ortografia com base etimológica poderia alcançar este objetivo. Madureira Feijó, por não conseguir encontrar um modelo ortoépico, considerou que só a etimologia podia servir de base para um código ortográfico. Contudo, e tal como Kemmler (2001) não deixa de referir nas suas considerações em relação a Gandavo, Leão, Vera e Barreto, todos estes gramáticos acabaram por ter em consideração a pronúncia, desde que esta não entrasse em conflito com resoluções de ordem etimológica;

· Uso: como explica Gonçalves (2003), o uso deu origem a diversas arbitrariedades e exceções na ortografia que não eram justificadas nem pela etimologia, ou história da língua, nem pela pronúncia. Uma determinada regra ortográfica, cuja base de elaboração está no uso, acaba por ser fixada na língua pela força da tradição. As palavras enraizadas através deste princípio ortográfico tiveram origem sobretudo nos usos que as pessoas mais cultas faziam da língua, podendo este uso ser ao nível do plano fonético ou ao nível do plano gráfico. Na obra de Kemmler (2001), é nas considerações que este tece em relação à proposta de Feijó que este princípio ortográfico é mencionado pela primeira vez. As indicações de Kemmler (2001) apontam para que Feijó tenha adotado a grafia de palavras consagradas pelo uso de historiadores, oradores e outros ortógrafos, embora este princípio não tenha colhido a sua simpatia, ao contrário de autores como Bento Pereira e Rafael Bluteau. Por sua vez, Frei Luís do Monte Carmelo, conforme aponta Kemmler (2001), entendeu que a ortografia estaria estritamente ligada à pronúncia. Assim, embora tenha adotado uma ortografia etimologizante, mostra uma inclinação para uma ortografia fonética. O que Monte Carmelo fez, segundo Kemmler

(2001), foi conjugar as duas ortografias, resultando numa ortografia do uso, isto é, *como se costuma escrever*;

· Analogia: este relaciona-se com a etimologia, uma vez que os ortógrafos do século XVIII associavam a analogia com as noções de *origem*, *proporção* ou *derivação*. Nas palavras de Gonçalves (2003), é através da analogia que temos o chamado *acesso lexical*, isto é, conhecendo uma determinada palavra, é possível aceder a outras da sua família e, por isso, é possível aceder também ao seu significado. É também mencionado que a analogia chegou a ser entendida por alguns estudiosos como sendo mais importante do que a etimologia, por ser acessível a todos os falantes, por permitir que se conhecesse o significado das palavras e por mostrar a sua genealogia. Contudo, embora este fosse, por exemplo, o entendimento de Silvestre Pinheiro Ferreira na sua obra *Dos principios geraes e elementares da orthographia* (1842) (*apud* Gonçalves, 2003), a doutrina ortográfica que o mesmo propôs não deixou de assentar, em primeiro lugar, no uso que as pessoas mais instruídas faziam da língua e, em segundo lugar, também na etimologia. Madureira Feijó é o primeiro autor referenciado por Kemmler (2001) como tendo aludido ao princípio da analogia. Para Feijó, este seria o segundo princípio mais importante para reger uma ortografia. Segundo Kemmler (2001), este ortógrafo do século XVIII entendeu que as palavras que não remontassem a um dado étimo, fossem antes resultado de processos morfológicos (composição, derivação), deveriam ser grafadas em conformidade com a sua origem: se, no Latim, temos <*similis*>, no Português, no entender de Feijó, deveríamos ter <*similhança*>.

Qualquer sistema ortográfico acabou por recorrer a vários princípios ortográficos e nunca apenas a um só, dado que também nunca foi possível fazê-los. Isto deu origem a que um dado autor defendesse a escrita da palavra *hipólito* como *hypolitho*, mas outro autor defendesse *epolito*⁶ – para existirem três propostas de ortografia diferentes para uma mesma palavra, também houve motivos diferentes a conduzir as escolhas dos autores das propostas. Portanto, como conclui Gonçalves (2003), parece natural a solução de basear

⁵ Gonçalves (2003) menciona o caso do dramaturgo Almeida Garrett e o uso ortográfico que este fez: defendeu que um sistema ortográfico devia conciliar a etimologia com a pronúncia. Porém, quando a etimologia fosse desconhecida, a escrita das palavras devia ser regulada pelo seu uso habitual. Este é um exemplo de como quem escrevia a língua portuguesa nunca conseguiu reger-se por um só sistema.

⁶ Exemplos retirados da contracapa de Duarte, Castro & Leiria (1986).

um sistema ortográfico em vários princípios e não apenas num só.

1.3. Síntese

Quando observamos a origem da palavra *ortografia*, segundo Gonçalves (2003), percebemos que esta significa *a forma de escrever certa*. Contudo, e como a autora salienta, a principal questão levantada é: qual é, afinal, a forma de escrever certa? Gonçalves (2003), ao analisar as propostas de códigos ortográficos de diferentes autores, chegou à conclusão que estes tinham diferentes interpretações sobre qual seria a forma certa de escrever. Estas interpretações permitiram a Gonçalves (2003) concluir quais são os diferentes princípios ortográficos que podem reger um código que regule a grafia. Kemmler (2001) menciona também estes princípios, sendo eles: o princípio da pronúncia (ou da fonética), que defende a imitação dos sons da fala como critério ortográfico, isto é, defende a existência de grafemas para todos os sons existentes numa língua; o princípio da etimologia, que defende a ligação entre a língua atual e aquela que lhe deu origem, ou seja, a forma gráfica da língua-mãe deve ser respeitada e mantida na forma da nova língua; o princípio do uso, que defende a grafia de palavras segundo a tradição e o uso que pessoas mais cultas faziam da língua; por fim, o princípio da analogia, que defende que as palavras derivadas de outras, através de processos morfológicos, devem manter na escrita a grafia dos vocábulos que lhe deram origem.

Capítulo 2 – As ideias ortográficas anteriores ao século XX

2.1. A consciencialização da existência da língua vernácula

Como refere Verdelho (1997), o território da Península Ibérica foi ocupado até ao século V pelos romanos, época em que o Império Romano findou no Ocidente. Como resultado desta ocupação, o povo ibérico foi sujeito a uma latinização, isto é, recebeu a cultura, as técnicas e a língua latinas (Verdelho, 1997). Contudo, e uma vez que as línguas estão em constante mudança e variação (seja esta diastrática, diafásica, diatópica ou diacrónica), também o Latim sofreu diversas modificações ao longo dos séculos em que serviu como língua oficial do Império Romano, apresentando na sua fase mais tardia diversas variedades. Embora o termo seja, no entender de Verdelho (1997), um pouco impreciso, a variedade de Latim presente na Península Ibérica, por volta do século V, foi denominada de *Latim Vulgar*.

Conforme Verdelho (1997), o *Latim Vulgar* falado na Península Ibérica foi afetado, a partir do século V, por diversas influências de outros povos invasores que entretanto ocuparam o dito território. Entre estes povos encontravam-se os Alanos, os Vândalos, os Suevos, os Visigodos e, mais tarde, os Árabes. A influência linguística destes povos afetou, sobretudo, o nível do léxico e da onomástica. Contudo, como não deixa de apontar Verdelho (1997), foram estes contactos linguísticos que acabaram por conferir à língua portuguesa algumas das características que ainda hoje tem e que a distinguiram das demais línguas vernaculares que surgiram na Europa.

A desarabização e recristianização da Península Ibérica iniciaram-se no século VIII. Verdelho (1997) documenta que, durante a ocupação árabe, a produção textual e a aprendizagem do Latim sofreram uma devastação. As tentativas de recuperação da escrita surgem intrinsecamente ligadas à administração⁷ do território conquistado aos árabes. Esta foi uma forte influência para o surgimento da escrita na língua que viria a ser denominada por *língua portuguesa*, a par da influência da recuperação do ensino do

⁷ Esta administração passava pela “aculturação jurídica, médica, farmacológica, etc., quer ainda como suporte da doutrinação e liturgia cristã” (Verdelho, 1997, p.60).

Latim. O Latim, por sua vez, deverá ter sido confrontado, segundo Verdelho (1997), com a língua vernácula no espaço escolar. Segundo documenta Teyssier (1994), foi por volta do século IX, um século após a Reconquista, que surgiram textos redigidos em *Latim Vulgar*⁸ com algumas incorreções ortográficas. Teyssier (1994) dá o exemplo de palavras latinas como <apicula> escrita como <abelia> (hoje em dia <abelha>) ou <ovicula> como <ovelía> (hoje em dia <ovelha>). Portanto, se, por volta do século V, tínhamos uma língua denominada *Latim Vulgar*, no século VIII encontramos vestígios de uma língua diferente do *Latim Vulgar*, marcada sobretudo por características linguísticas bárbaras. A sua evolução, nos séculos posteriores, foi identificada como uma nova língua: o Galego-Português (que, por sua vez, também evoluiu e tornou-se no Português).

Verdelho (1995) indica também que o começo da tradição gramaticográfica na Europa, por volta do século XII, contribuiu, por sua vez, para o início da escrita em língua portuguesa⁹, bem como para a fixação de uma ortografia. O ensino linguístico ajudou a que se tomasse consciência do vernáculo como uma língua autónoma do Latim – língua esta com a capacidade de ser dotada de um código ortográfico próprio. Os estudantes, conforme descreve Verdelho (1995), ao frequentarem outros ambientes europeus, depararam-se com a existência de outras línguas para além do Latim. Este facto permitiu-lhes perceber que também a sua língua vernácula era diferente do Latim, com autonomia e independência própria. Para além dos estudantes, como continua Verdelho (1995), também monges e outro tipo de eclesiásticos provenientes de outros países europeus, ao deslocarem-se até ao território que hoje é Portugal, encontraram diversos entraves ao nível da comunicação por se depararem com uma nova língua que lhes era desconhecida.

Como continua Verdelho (1995), a consciencialização da existência da língua portuguesa contribuiu para o início da elaboração lexicográfica e gramaticográfica. No âmbito escolar, verificaram-se dificuldades na aprendizagem do léxico latino, o que veio a contribuir para que a escrita em língua vernácula fosse praticada com mais frequência. Foi neste contexto que surgiram os primeiros textos escritos em língua vernácula – textos

⁸ Denominado por *Latim bárbaro* na obra de Teyssier (1994).

⁹ Importa referir que inicialmente existia o galego-Português. A definição de fronteiras territoriais, correspondentes a estados independentes (o de Portugal e o de Espanha), veio a separar a norma do galego e a norma do Português (Verdelho, 1997).

esses baseados, por sua vez, na ortografia do Latim. Apesar de que na primeira metade do século XIII ainda não fosse muito habitual a escrita em língua portuguesa, é possível encontrar importantes avanços da escrita do vernáculo (Verdelho, 1997). Exemplo disso é o *Testamento de Afonso II*, transcrito para Português, datado de 1214¹⁰. Tal como este testamento, também outros livros foram literalmente traduzidos, sobretudo de línguas como o Latim, o Castelhana, o Francês e o Árabe, mas também do Italiano, do Inglês, do Provençal, do Catalão e também do Hebraico (Hörster, Verdelho & Verdelho, 2006). Como Buescu (1983) refere na sua introdução à obra de Duarte Nunes de Leão, *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, eram cada vez mais as pessoas sem qualquer conhecimento de Latim que procuravam documentos oficiais em língua vernácula, uma vez que era esta a linguagem que lhes era conhecida. Esta necessidade dos homens não latinistas também contribuiu, por sua vez, para um crescente aumento de documentos e textos produzidos em língua vernácula.

Nesta primeira fase em que surgiram os primeiros textos em língua portuguesa, os autores destes sentiram necessidade de adotar uma ortografia que facilitasse a leitura e interpretação das mensagens que queriam transmitir. Buescu (1983) refere que se pressupôs que a escrita fosse uma representação gráfica de determinados sons. Atendendo a esta asserção, um determinado sistema ortográfico deveria ter a capacidade de apresentar o menor número de diferenças entre a língua sonora e a língua escrita. Como afirma Ribeiro (1997), como eram muitas as pessoas que não tinham qualquer conhecimento de Latim nos primórdios da língua vernácula, optou-se por adotar uma ortografia em que os grafemas correspondessem aos sons, para que a descodificação das palavras na sua forma gráfica não fosse complexa, já que estaria associada à forma sonora que as pessoas conheciam – portanto, a ortografia afastou-se, nesta época, da etimologia. Por outro lado, a língua portuguesa, como uma língua nova, inclusivamente com novos sons relativamente ao Latim¹¹, não mostrava uma grande consideração para com a

¹⁰ Terá sido em 1170 que surgiu o primeiro vocabulário de Latim-Português, anterior a qualquer texto escrito em língua portuguesa, embora este não esteja “materialmente conservado e veridicamente datado” (Verdelho, 1997, p. 61) como se encontra o testamento de D. Afonso II, daí que 1170 não seja apontado oficialmente como o ano em que é documentado o primeiro manuscrito em língua portuguesa.

¹¹ Na introdução da sua tese de doutoramento, Ruth Domincovich (1948) menciona que a língua portuguesa, desde o século XII, apresentou bastantes influências latinas. Contudo, em documentos datados já deste século, é possível encontrar grafemas inovadores em relação ao Latim, para fazer representar sons que esta

etimologia das palavras. Contudo, como continua Ribeiro (1997):

Imperava uma falta de sistematização e até de coerência, pois o mesmo sinal gráfico era, às vezes, usado com valores diferentes e, não raro, antagônicos. O <h>, *verbi gratia*, podia indicar: tonicidade (<he> = <é>), hiato (<trahedor>), o som [i] (<sabha>), ou instalar-se arbitrariamente sem função definida (<hua> = <ua>; <hidade> = <idade>).

(p. 95)

Acontecia também que, num mesmo texto, uma dada palavra podia apresentar grafias diferentes, dadas as divergências regionais e individuais de cada copista, por exemplo.

Ora, mais tarde, e embora a grande maioria dos ortografistas estivesse de acordo que a melhor grafia seria aquela que melhor representasse a pronúncia, como alude Buescu (1983), percebeu-se que nenhum sistema ortográfico conseguiria ser exclusivamente fonético, pois teriam de existir muitos caracteres para cada som existente numa língua, sendo impossível atender a todas as variedades regionais e individuais (Ribeiro, 1997). Apesar de ser possível aproximar um código ortográfico da língua falada – graças ao recurso a sinais diacríticos e de pontuação –, a etimologia teria de estar sempre presente para simplificar as palavras que pudessem apresentar variedades fonéticas.

Entretanto, como indica Verdelho (1995), surgiu a necessidade de elaborar os primeiros textos lexicográficos. Foi na Idade Média que começou a ser desenvolvida uma teoria linguística, primeiramente em torno do Latim, língua considerada de prestígio. As línguas vernáculas da Península Ibérica, segundo Ponce de León (2004), só foram teorizadas gramaticalmente mais tarde, a partir do século XV, no caso do Espanhol, com a gramática de Antonio de Nebrija, e no século XVI, no caso do Português, com a

língua não possuía. Assim, é interessante perceber que a combinação gráfica <ch> não existia no Latim, mas o Português serviu-se dela para representar uma consoante africada, que já na época existia na nova língua, semelhante a [tʃ], que podia ser representada por <x>; <c>, <ç> e, por vezes, <s> para representar [s]; <g>, <j>, <i>, <y> e <gu> para [ʒ]; vários grafemas ou combinações de grafemas para [ɲ] e [ʎ]; o sinal diacrítico til (<~>) para representar nasalidade; e <ei>, <ej> e <ey> para o ditongo [ej] e <ao> para o ditongo [ew].

gramática de Fernão de Oliveira.

2.2. As ideias ortográficas do século XVI ao século XVIII

O século XVI e o Renascimento mostram que houve nesta época um impulso no panorama ortográfico. Verdelho (1995) conta que, durante a Idade Média, a prática da escrita não possuía instrumentos de referência¹² que assegurassem uma normalização ortográfica, controlada de forma invariável. Contudo, importa referir que o rigor ortográfico não foi totalmente menosprezado na Idade Média, uma vez que os documentos não deixaram de ser verificados e corrigidos quando eram transcritos. Porém, por sua vez, estas transcrições foram perdendo o seu rigor, em virtude do desleixo que afetou o processo de transmissão textual.

Além disso, na Idade Média assistiu-se a um uso variado de diversos grafemas para representar um mesmo som. Conforme assinala Domincovich (1948), uma das características mais soantes dos primeiros manuscritos em língua portuguesa é a desordem ortográfica que se pode verificar. Domincovich (1948) aponta o exemplo específico da nasalidade: o uso de <m> final para representar nasalidade foi comum nos primeiros anos do século XV, deixando de o ser mais tarde, para depois voltar a ser usado em conjunto com o til, para de seguida o til ser substituído pelo uso de <n>, tendo o <n>, mais tarde, passado a ser usado preferencialmente antes de uma consoante; numa fase posterior, o <n>, <m> e til foram usados na mesma medida, mas, mais tarde, <n> e <m> foram utilizados em fim de palavra e, por fim, o <n> deixou de aparecer em fim de palavra e o til deixou de ser utilizado antes de uma vogal.

Só no Renascimento, segundo Verdelho (1995), é que a ortografia se revelou mais importante do que a teoria e a formalização gramatical. A correção ortográfica tornou-se um elemento representativo da nova mentalidade linguística, contrariando o que aconteceu na Idade Média. No Renascimento, há uma verificação e correção

¹² Por instrumentos de referência entenda-se dicionários, gramáticas e outro tipo de documentos que indicassem regras para a ortografia da língua portuguesa, por onde todas as pessoas se pudessem guiar.

ortográficas¹³ do Latim escolarizado, que passou a estar apoiado pelos dicionários que o confrontavam com as línguas vernaculares. Conforme explica Verdelho (1995):

Os manuais do léxico passaram definitivamente a fazer parte integrante do processo de escolarização do Latim, e ao mesmo tempo, serviram de ponte de passagem e lugar de interação para o confronto entre o Latim e os vernáculos europeus, e sem dúvida, os dicionários contribuíram para a estruturação lexical e para a formação do património escrito das línguas modernas” (p. 217).

A ortografia da língua portuguesa e a ortografia do Latim estão intrinsecamente ligadas. No Latim, a língua oral reconstruía a língua escrita. O Português, como evolução do Latim, baseado no código escrito latino, necessitou de percorrer o caminho inverso, tal como as demais línguas vernáculas: através do código oral, que tinha evoluído da língua latina, foi necessário adaptar um código escrito a esta nova língua (Verdelho, 1995). Esta necessidade de estabelecer um tratado ortográfico para fixar um código escrito e uniforme foi ainda mais essencial para as novas línguas. Num tempo em que estas começaram a ser cada vez mais usadas pela população em geral, houve uma obrigação de estabelecer um código que regulasse a sua prática, uma vez que até então não existiam quaisquer regras que o fizessem. Esta falta de regras trazia dificuldades inerentes à comunicação escrita, motivando os ortógrafos a procurar soluções para ultrapassar estas mesmas dificuldades. Mesmo no ensino, segundo Verdelho (1997), a existência de uma norma ortográfica única para Português era essencial, para que pudesse ser ensinada de igual forma por todos os professores, permitindo também que todos os alunos adquirissem o mesmo código ortográfico. A elaboração de dicionários e gramáticas permitiu oferecer aos professores uma coesão do conhecimento, para que todos pudessem transmitir as mesmas ideias, de forma uniforme.

No século XVI, afirma Verdelho (1995), a tipografia era a grande responsável pelo rigor ortográfico e pela legibilidade dos dicionários. No relatório que apresentou para

¹³ Primeiramente, com base em textos do património literário antigo (Verdelho, 1995).

provas de agregação, Verdelho (1997) afirma que:

A multiplicação do texto impresso constitui um definitivo fator de normalização da escrita, de vulgarização do acesso à leitura e de alargamento da interação normativa e homogeneizadora da língua. Durante o século XVI teve ainda enorme influência na escolarização do Latim, na latinização da vida cultural portuguesa e na latinização da própria língua vernácula. (p. 77)

Foram vários os autores que tentaram encontrar uma solução ortográfica. Jerónimo Cardoso é consensualmente considerado o primeiro lexicógrafo português, embora, segundo Head (2004), Agostinho Barbosa, apesar de ser considerado o segundo lexicógrafo português¹⁴, foi o primeiro autor a elaborar um dicionário verdadeiramente centrado na língua portuguesa. Servindo-se de números para comprovar o seu ponto de vista, Head (2004) mostra que o dicionário de Barbosa tem menos de setenta páginas dedicadas a uma secção de Latim-Português, enquanto à secção de Português-Latim são dedicadas quinhentas páginas. Já no caso de Cardoso, a secção Latim-Português é três vezes maior do que a de Português-Latim.

Jerónimo Cardoso, em termos ortográficos, ao dicionarizar a língua portuguesa do seu tempo, propôs uma ortografia simplificada, próxima da transcrição fonética, recusando inclusivamente a utilização de <h> na ordenação alfabética. Esta ortografia, próxima da transcrição fonética, oferece um exemplo do que seria o Português no seu tempo, uma vez que Cardoso valorizava o vernáculo e tentou sempre distinguir o Latim do Português, preferindo formas genuinamente vernáculas em detrimento de formas aportuguesadas com base latina.

No século XVI, segundo Kemmler (2001), foram publicadas as primeiras obras linguísticas escritas em língua portuguesa. Nestas obras, a ortografia também mereceu

¹⁴ Head (2004) acrescenta que foi dedicada uma maior atenção a Bento Pereira, o terceiro lexicógrafo português, comparativamente a Agostinho Barbosa. Verdelho (2004) justifica esta situação com o facto de o dicionário de Bento Pereira ser substancialmente maior do que os dois antecessores, demonstrando um aumento considerável do vocabulário da nova língua.

algum destaque. Kemmler (2001) aponta que os principais representantes desta renovação ortográfica foram Fernão de Oliveira e João de Barros, cujo trabalho contrastava com o de Pero Magalhães Gandavo e Duarte Nunes de Leão. Foi Fernão de Oliveira quem apresentou uma teoria fundamentada, onde defendeu a adoção de uma grafia baseada em considerações de ordem fonética, fazendo corresponder fonemas a grafemas. Como resultado destas considerações, Oliveira propôs grafemas para sons que não existiam no alfabeto latino. Não obstante, defendeu a manutenção de <h>, por exemplo, por este estar enraizado nos costumes ortográficos, apesar de ser uma marca essencialmente etimológica. João de Barros, como refere Kemmler (2001), definiu *ortografia* como a *ciência de escrever bem*, fazendo também uma proposta para a regularização da grafia da língua portuguesa, tendo considerado a mesma como sendo fonográfica. Foi ele quem propôs, por exemplo, a distinção gráfica de vogais abertas e fechadas, recorrendo ao uso de sinais diacríticos. Esta proposta manteve-se quase sem alterações até à atualidade.

Porém, as ideias ortográficas do Renascimento ficaram marcadas por uma forte tendência etimológica. Como explica Ribeiro (1997), a invenção da imprensa e a fabricação do papel trouxeram consigo uma valorização da cultura e uma recuperação de valores greco-latinos, sobretudo em virtude da reedição de grandes clássicos, uma vez que passou a existir uma maior facilidade em publicar diversas obras. Esta reedição de grandes clássicos permitiu que estas obras chegassem a um maior número de pessoas, que por sua vez sofreram a influência das traduções ao lê-las. Ao escreverem, os novos autores, influenciados por estas obras reeditadas e pela sua ortografia, passaram a latinizar a língua vernácula. Os ortografistas, conforme Buesco (1983), acabaram por se encontrar divididos entre seguir uma tendência centrada na etimologia e na origem de uma língua – o Latim, no caso da língua portuguesa – e a pronúncia do vernáculo. Contudo, em Portugal, observou-se uma maior influência do Latim, que levou a uma relatinização do Português. Como referem Hörster et al. (2006):

O convívio com o Latim, que determinou o intenso processo de relatinização da língua escrita portuguesa, não foi acompanhado pela tradução geral da literatura latina antiga, como aconteceu com as outras grandes línguas europeias. Na realidade,

traduziu-se pouco texto clássico e a maior parte das traduções ficaram manuscritas e perderam-se, sem chegarem a ser impressas, porque a pequena dimensão do mercado não terá justificado a sua publicação. A receção do grande legado literário greco-latino foi feita em Portugal pela leitura nas línguas originais ou por traduções em outras línguas modernas. (p. 678)

A obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defesam da mesma lingua*, de Pero Magalhães Gandavo, publicada em 1574, é, tal como o nome indica, um conjunto de regras para todos os que escrevessem, regras estas feitas sob o domínio da etimologia, que Gandavo tendeu a seguir. Segundo Kemmler (2001), foi ele quem incluiu ideias e conceitos etimológicos no texto metaortográfico português. Como prossegue Kemmler (2001), já a *Orthographia da Lingoa Portvgvesa*, de Duarte Nunes de Leão, datada de 1576, levou a vertente etimológica ao extremo, tendo inclusivamente a preocupação de verificar a origem de cada palavra, tentando reconstruir esta origem e, quando não era possível aceder-lhe, tomou como base outras palavras e línguas românicas. Sempre que possível, portanto, manteve as formas latinas, ou as que fossem mais próximas a estas. A latinização da língua portuguesa resultou, segundo Ribeiro (1997), no aparecimento de problemas ortográficos que não existiam antes do Renascimento. Além de serem introduzidas vogais duplas, indicando um prolongamento fonético que já não existia no Português, assim como a introdução do grafema <p>, intruso, em palavras onde, no Latim, indicava nasalidade, que entretanto se havia perdido na língua vernácula, surgiram erros frequentes por imitação de outras palavras, como escrever <portuguez>, com <z> final, por semelhança a <vez>, por exemplo.

É já no século XVII, conforme continua Kemmler (2001), que Álvaro Ferreira de Vera, na obra *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*, começou a usar sistematicamente e com coerência os grafemas <j> e <v> pela primeira vez, apesar de a sua proposta ser semelhante à de Leão. O jesuíta Bento Pereira, em 1664, na obra *Regras Gerays breves & comprehensivas da melhor Orthografia, com que se podem*

evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portuguesa. Para se ajuntar â Prosodia, manteve o uso destes grafemas e percebe-se que foi neste período que o uso destes ficou assente. As obras destes gramáticos mostram também a época em que ocorreram determinados fenómenos na língua portuguesa, que levaram a que esta tenha a configuração que hoje tem. Como Kemmler (2001) não deixa de apontar, a obra de João Franco Barreto, *Ortografia da Lingua Portuguesa*, já na segunda metade do século XVII, mostra que o fonema [tʃ] começou a perder neste momento o seu elemento oclusivo, [t], o que mais tarde provocou discórdia na seleção das grafias <ch> ou <x>. O século XVII ficou marcado também por textos metaortográficos que estabeleceram uma ortografia etimologizante, embora não deixassem de ser tecidas considerações de natureza fonética (Kemmler, 2001).

Kemmler (2001) continua as suas considerações, em relação ao século XVIII, referindo que João de Morais Madureira Feijó publicou, em 1734, *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*. Em relação a esta obra, Kemmler (2001) refere que o uso de acentos e considerações acerca destes surgiram de uma forma sistemática. Entre outros aspetos, foi Feijó quem atribuiu sons diferentes aos grafemas representados por <ce>, <ci>, <ça>, <ço>, <çu> e <s>. A sua obra mostra uma tentativa de aproximação à grafia etimológica, embora coexista com algumas formas típicas da língua portuguesa, enraizadas pelo uso. Ele segue, portanto, o critério da analogia e da etimologia, recorrendo ao uso em segundo plano.

Kemmler (2001) indica que Francisco Sotomaior, quase no fim do século, optou por retirar o hífen a formas proclíticas, obtendo estas a forma que têm hoje. Por seu lado, Luís António Verney mostrou ser, em meados do século XVIII, um dos ortógrafos mais inovadores, tendo os seus trabalhos tendências muito ligadas à fonética – até os tratados ortográficos do século XX parecem bastante próximos da obra de Verney, que conseguiu conjugar a ortografia anterior ao seu tempo, ao mesmo tempo que a simplificou. Foi Verney quem introduziu ideias metaortográficas como deixar de escrever <he> e passar a escrever <é>; quando havia grafemas que não eram pronunciados, estes deixavam de ser escritos, como em <dialeto>, em vez de <dialecto>; o <h> deixou de ser escrito, exceto nos grupos <ch>, <lh> e <nh>, resultando em <omem>, em vez de <homem>, <umilde>, em vez de

«humilde», entre outros. É também notável reparar que, em 1736, segundo Ribeiro (1997), D. Luís Caetano de Lima, na obra *Orthographia da Lingua Portuguesa*, descreveu o alfabeto português igual àquele que surge no Acordo Ortográfico de 1990, dois séculos mais tarde, após vários avanços e recuos.

No fim do século XVIII, segundo Ribeiro (1997), observou-se uma aproximação à ortografia com base fonética da parte da Academia Espanhola, enquanto a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Francesa mostraram cada vez mais uma aproximação à ortografia etimológica. O Romantismo, que colheu muitos adeptos em França, despoletou a imitação do Latim. Ribeiro (1997) explica que Portugal, por sua vez, também imitou o Latim, mas por intermédio do Francês. Por sua vez, no Brasil, conforme aponta Ribeiro (1997), começaram a surgir alguns sinais de que a ortografia seguida tinha também por base a etimologia. Esta influência da etimologia (portanto, do Latim) afetou inclusivamente vocábulos com origem em outras línguas e dialetos. Palavras com origem no Tupi, por exemplo, passaram a contar, na sua grafia, com dígrafos como «y», que não fazem parte desta língua. Ribeiro (1997) refere ainda que, nesta época, apesar de não existir uma grafia oficial para a língua portuguesa, a verdade é que Portugal e Brasil alinharam num consenso tácito, já que ambos adotaram a etimologia como princípio ortográfico para a grafia da língua comum aos dois países.

2.3. As propostas de reforma do século XIX

O século XIX trouxe o método histórico-comparativo, que veio suportar a constituição da linguística como ciência, uma vez que esta conseguiu servir-se deste método tal como outras ciências o fizeram. Pais (1980) explica que, com este método, a linguística conseguiu comparar a evolução de diferentes línguas, seguindo a ordem cronológica de períodos historicamente documentados. Conforme adianta Pais (1980), esta comparação histórica permitiu aos linguistas consciencializarem-se das diferenças constantes que podiam ser encontradas em línguas distantes espacialmente. Através destas comparações, a linguística foi capaz de reconstruir períodos históricos não

documentados, como foi o caso da reconstrução do indo-europeu¹⁵. Pais (1980) diz ainda que as línguas foram consideradas seres vivos que nasciam, cresciam, reproduziam e morriam. Os linguistas (à semelhança dos biólogos, que estudam os seres vivos) optaram então por estabelecer leis de evolução fonética (tal como a evolução das espécies), através das quais, segundo Ribeiro (1997), se percebeu que as línguas sofrem transformações na sua base fónica, sob um determinismo rigoroso, tal como acontece com as leis da física. Este tipo de estudo mostrou ainda que, tal como as línguas evoluem, a sua ortografia necessita igualmente de mudanças e adaptações. O século XIX trouxe, portanto, o despoletar da linguística como ciência, um maior estudo e desenvolvimento da fonética – que influenciou também autores portugueses, como se verá nos pontos seguintes – e clarificou que a grafia de uma dada língua deve ser adaptada à sua evolução.

2.3.1. Considerações Sobre a Orthographia Portuguesa, de José Barbosa Leão

José Barbosa Leão, segundo Kemmler (2001), um cirurgião sem conhecimentos de fonética, interessou-se por fazer uma análise dos sons do Português. Em virtude desta análise, Leão criticou algumas incoerências das grafias etimológica e usual, reprovando principalmente quatro pontos: a conservação do <h> etimológico; o uso pouco sistemático de sinais diacríticos; a existência das grafias <e> e <o>, para [i] e [u], respetivamente; e a existência de grafemas que não correspondiam a sons, nos quais se incluíam a duplicação de alguns grafemas sem justificação. Assim, após ter demonstrado a sua insatisfação com a ortografia do Português, Leão decidiu elaborar uma proposta para a ortografia da língua portuguesa, apresentada na sua obra *Considerações Sobre a Orthographia Portuguesa*, em 1875.

Como indica Kemmler (2001), o principal problema deste cirurgião (e que prejudicou a sua proposta) foi o facto de não possuir vastos conhecimentos e cientificamente corretos sobre fonética, o que o levou a expor diversas incoerências nas soluções ortográficas que propôs. Ainda assim, fez pelo menos quatro tentativas para

¹⁵ O indo-europeu trata-se da língua-mãe que terá dado origem a diversas línguas europeias e asiáticas. Esta é uma língua que não está documentada, mas que foi reconstruída através da comparação das semelhanças e diferenças de diversas línguas que existem na atualidade (Pais, 1980).

impor a sua proposta, como detalha Kemmler (2001): a sua primeira publicação, *Considerações Sobre a Orthographia Portuguesa*, falhou, tendo Leão constituído a Comissão do Porto, com outros oito elementos, com o objetivo de alterar a sua primeira proposta. A constituição desta Comissão obteve um amplo apoio em 1877, mas não tardou a falhar, uma vez que a capacidade de análise linguística dos elementos que a integravam foi em muito colocada em causa, como acontecera com a própria capacidade de Leão. As principais críticas partiram sobretudo da Academia das Ciências de Lisboa, que defendiam uma ortografia etimológica, levando-os a considerar que só uma ortografia deste género teria a capacidade de preservar a língua da mudança linguística que está constantemente em curso e só através da ortografia etimológica poderia ser feita uma genealogia dos sons articulados. Para além da rejeição da Academia das Ciências de Lisboa, a proposta da Comissão do Porto colheu pouca simpatia da parte de tipógrafos, uma vez que uma das mudanças incluídas pela Comissão seria a introdução de novos grafemas que representassem todos os sons da língua portuguesa. Não desistindo, Leão tentou novamente estabelecer o seu sistema, em 1880, tentando impor à Comissão de Instrução Primária e Secundária que a sua proposta fosse revista e aprovada. Contudo, após a proposta ter sido analisada, apenas dois liceus deram um parecer mais ou menos favorável, muitos nem responderam e outros negaram a proposta de Leão. Após esta nova rejeição, Leão tentou uma última alternativa para conseguir instaurar a sua proposta, escrevendo artigos jornalísticos. Mais tarde, publicou e divulgou gratuitamente a obra *Os Elementos de Gramática Portuguesa*. Mas, por fim, também esta tentativa saiu falhada. Este cirurgião portuense, como descreve Kemmler (2001), acabou por se manter próximo da tendência etimológica da qual ele dizia que desejava afastar-se. A ortografia que propôs nunca foi fonográfica, como Leão ambicionava que fosse.

2.3.2. *Bases da Ortografia Portuguesa*, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu

Kemmler (2001) conta que, em 1885, as *Bases da Ortografia Portuguesa* foram publicadas como suporte para outras obras publicadas pelos filólogos Gonçalves Viana, Vasconcelos Abreu e Consiglieri Pedroso, de forma a explicar e justificar a ortografia

adotada nas obras anteriormente publicadas por eles. Esta explicação, como considera Kemmler (2001), foi feita com base num longo estudo linguístico detalhado e consciencioso, sobretudo em obras pioneiras de várias áreas da língua portuguesa – ao contrário do que acontecera com Barbosa Leão e a Comissão do Porto –, além da prévia discussão e troca de ideias entre os dois autores¹⁶.

As *Bases da Ortografia Portuguesa* exibem uma tentativa de representar os sons da fala da forma mais próxima possível destes. Como prossegue Kemmler (2001), esta obra é ainda marcante por conseguir conciliar os dois sistemas adotados na época por vários autores: ortografia fonética e ortografia etimológica. Viana e Abreu consideraram na sua obra que a ortografia deveria ser comum a todos os falantes da língua portuguesa, portanto a norma que viria a reger a ortografia necessitava de uma base com filiação histórica, uma vez que a norma fonética não era comum a todos. Assim sendo, alguns elementos históricos foram mantidos nas *Bases* para que este projeto não ficasse inviável como o da Comissão do Porto, uma vez que estes aspetos etimológicos conferiam também à ortografia um carácter reconhecível por todos.

Entre as propostas da obra, Gonçalves (2003) descreve sete destas:

- Supressão de grafemas e dígrafos cultos;
- Conservação de <h> e consoantes dobradas articuladas;
- <j> tornou-se a grafia da fricativa palatal sonora;
- Fixação da grafia das sibilantes surda e sonora e da fricativa palatal surda, de acordo com critérios etimológicos;
- <cu> para [kw] e <-ão> ou <-am> para [aw], consoante o tempo verbal (futuro ou pretérito);
- Acentuação da vogal tónica e acentuação para distinguir monossílabos;
- Uso de hífen para separar formas pronominais enclíticas dos verbos.

Já em 1892, como continua Gonçalves (2003), Viana publicou uma nova obra, tendo esta um carácter mais etimológico. Nesta obra recomendou quatro simplificações imediatas: a eliminação de todas as marcas da etimologia grega, a redução das consoantes

¹⁶ Apenas Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu participaram na elaboração das *Bases da Ortografia Portuguesa* (Kemmler, 2001).

dobradas, exceto <rr> e <ss> (por terem um valor fonético próprio), a eliminação de consoantes mudas sem influência nas vogais antecedentes e a regularização da acentuação gráfica.

Entre as diversas propostas e obras apresentadas, Gonçalves Viana sugere, segundo Gonçalves (2003), para a difusão das suas medidas, que o novo sistema fosse adotado em todas as publicações do Estado, livros de ensino, Câmaras Municipais, letreiros públicos, entre outros. Na doutrina de Viana esteve sempre a necessidade de estabelecer uma ortografia que servisse de língua literária, tentando ao mesmo tempo que esta tivesse uma fundamentação histórica. Sabendo que a etimologia oferecia algumas modalidades incoerentes, que não podiam servir de base para a ortografia, este filólogo assumiu um compromisso entre a etimologia e a pronúncia, de forma a que a presença dos dois sistemas colmatassem as falhas um do outro.

Viana preocupou-se que a Academia não tivesse autoridade e prestígio suficientes para impor a sua sugestão de reforma ortográfica em todas as publicações oficiais. Como indica ainda Gonçalves (2003), depois de ver que a Academia das Ciências de Lisboa não colocava em prática as soluções que tinha apresentado até ao momento para os problemas da ortografia da língua portuguesa, Gonçalves Viana aprofundou os seus estudos, publicando, em 1904, a obra *Ortografia Nacional*. Para esta publicação, Viana adaptou os seus trabalhos anteriores e, ao mesmo tempo, apoiou-se em trabalhos mais recentes, também eles aprofundados. Na *Ortografia Nacional*, Gonçalves Viana pretendia responder a três necessidades: dar conta da distintividade gráfica como reflexo da distintividade fónica, estabelecer uma ortografia comum e manter algumas características etimológicas, quando estas fossem justificadas pela história da língua. Esta obra acabou também por ser uma aproximação às ortografias de outras línguas românicas, que já seguiam o caminho da simplicidade, racionalidade, coerência e adequação às soluções da tradição linguística.

Importa salientar que a procura da ortografia mais adequada para a língua portuguesa durante séculos demonstra que esta não será alcançada de forma permanente – Buescu (1983) ressalta que as línguas estão sujeitas a uma variação e mudança

biológicas¹⁷, portanto nunca será possível atribuir-lhes um código ortográfico fixo e inalterável. A ortografia de uma língua estará em constante mudança, em conjunto com a sua própria mudança natural.

2.4. Síntese

Conforme Verdelho (1997), o Galego-Português (posteriormente, Português), como nova língua, independente do *Latim Vulgar* e dos dialetos bárbaros que marcaram presença na Península Ibérica, necessitou de um código ortográfico que lhe fosse próprio e representasse as suas características particulares – por exemplo, um código que abrangesse os sons da fala [ʎ] e [ɲ], próprios da língua vernacular. Assim, e como continua Verdelho (1997), disseminaram-se várias propostas de códigos ortográficos, sendo a sua grande maioria baseados no princípio da pronúncia – esta foi a melhor solução encontrada na época, uma vez que todos os falantes reconheciam a pronúncia da sua língua, mas muitos já não reconheciam a etimologia desta. Contudo, como nenhum destes códigos foi considerado oficial, a ortografia acabou por revelar muitas incongruências e pouca uniformidade, uma vez que algumas pessoas regulavam a sua ortografia por uma determinada proposta, enquanto outras pessoas regulavam a sua ortografia por outra proposta.

Verdelho (1995) explica que, no Renascimento, houve uma revalorização e recuperação do Latim, que se tornou o grande foco de interesse desta época, inclusivamente na produção lexicográfica. Como muitas pessoas já não tinham qualquer conhecimento de Latim, surgiram os primeiros dicionários, que confrontavam esta língua clássica com as línguas vernaculares. A presença do vocabulário do vernáculo nos dicionários, segundo Verdelho (1995), agravou a necessidade de que a grafia deste fosse, por fim, sistematizada e uniformizada. Uma vez que o Latim era considerado uma língua de prestígio no Renascimento, as propostas de códigos ortográficos que surgiram, nesta época, em virtude da nova urgência em torno da elaboração de um tratado único para a

¹⁷ Ver pp. 35 e 36.

grafia do Português, sofreram uma grande e forte influência da etimologia. Kemmler (2001) dá conta de todas estas propostas. Até ao século XIX, conforme documenta este autor, as propostas de códigos ortográficos regidos pelo princípio da etimologia abundaram, surgindo, em segundo plano, as propostas com base no princípio da pronúncia e, por fim, algumas propostas com a presença dos princípios do uso e da analogia – estes dois princípios foram utilizados, muitas vezes, para complementar os princípios da pronúncia e da etimologia. Importa referir que todas as propostas de tratados ortográficos, com mais ou menos preponderância, acabaram sempre por fazer uso dos quatro princípios ortográficos, mesmo que não existisse consciência deste facto.

Já no século XIX, segundo Kemmler (2001), destacaram-se duas propostas ortográficas: a primeira destas foi a de José Barbosa Leão, intitulada *Considerações Sobre a Orthographia Portuguesa*, que falhou sobretudo em virtude das bases fonéticas incorretas e imprecisas de Leão, uma vez que os seus acontecimentos sobre esta área não eram alargados. Contudo, a sua obra não deixou de ser uma produção inovadora e com pretensão para reger, de forma oficial, a ortografia do Português; a segunda proposta foi a de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, *Bases da Ortografia Portuguesa*. Por ter um carácter simplificador e conseguir conjugar os princípios da pronúncia e da etimologia, impondo, por isso, uma grande inovação, esta obra ortográfica colheu uma grande simpatia. Kemmler (2001) explica que a reação positiva em relação a esta obra levou Gonçalves Viana, nos anos seguintes, a aprofundar as suas considerações e a procurar alcançar uma ortografia simplificada que fosse capaz de regular a escrita da língua portuguesa. A partir da obra de Kemmler (2001), entende-se que, entre as publicações produzidas por Viana, destaca-se o *Questionário*, uma obra com diversas perguntas relativas aos aspetos mais controversos da ortografia do Português Europeu, dirigida à Academia das Ciências de Lisboa. As respostas a estas questões deveriam indicar a solução e regra ortográfica a definir nos ditos casos mais complexos. Destaca-se ainda a *Ortografia Nacional*, publicada em 1904, que teve em consideração as preocupações de Viana já expostas no *Questionário*.

Capítulo 3 - História dos tratados ortográficos da Língua Portuguesa no século XX

Tal como foi referido anteriormente, os primórdios da escrita da língua portuguesa, segundo Coelho (2009), foram marcados por uma tendência fonética, em que a fala era representada, da melhor forma possível, na escrita. Segundo Rocha (2008), esta escrita, contudo, era bastante irregular, uma vez que dependia do entendimento de cada autor em escolher uma norma ortográfica em detrimento de outras. A tendência etimológica na escrita da língua portuguesa surgiu quando o Português e a sua ortografia, numa tentativa de se afastar e afirmar perante a língua castelhana e sob a influência de grandes clássicos, foram aproximados do Latim. Como Rocha (2008) explica, nem sempre a ligação etimológica estabelecida era a correta, apesar das tentativas de demonstrar que a língua portuguesa não se tinha afastado substancialmente do Latim. Esta escrita etimológica foi consolidada com a mediação da Academia das Ciências de Lisboa, criada em 1779.

O estabelecimento de uma ortografia comum à língua portuguesa foi uma das principais ocupações dos gramáticos, intelectuais e políticos portugueses e brasileiros. Como afirma Silva (2014), o crescimento do mercado editorial, o desenvolvimento das relações internacionais e até a intensificação dos laços culturais entre Portugal e Brasil ajudaram a que a discussão em torno da elaboração de uma ortografia comum às duas normas se intensificasse. Os autores brasileiros, por exemplo, deparavam-se com o problema de as suas obras não alcançarem o público leitor português, que não compreendia a ortografia brasileira, o que, por sua vez, os levava a escrever de acordo com propostas publicadas para a regulação da ortografia do Português Europeu, ou até a optarem que as suas obras fossem corrigidas e publicadas diretamente em Portugal. Já em Portugal, o sistema ortográfico do uso aludia à monarquia, que entretanto fora abolida em 1910, de modo que a ortografia segundo este critério não era acolhida favoravelmente.

3.1. Primeira República Portuguesa e a Reforma Ortográfica de 1911

Foi no início do século XX que surgiu o primeiro tratado ortográfico que deveria reger as publicações oficiais do Estado (um estado republicano, estabelecido em 1910) e

o ensino em Portugal. Nas palavras de Coelho (2009), esta reforma aproximou o aspeto da língua escrita com aquele que se conhece ainda hoje, dadas as suas alterações profundas.

Candeias (2003) descreve a Primeira República Portuguesa, que vigorou entre 1910 e 1926, como tendo nascido de forma violenta (através de um golpe de estado), tendo sido a primeira república a surgir no século XX e a segunda a surgir na Europa de forma duradoura. A instabilidade política que esta república provocou pode ajudar a explicar o seu término apenas dezasseis anos mais tarde.

Seja qual for a interpretação dada à Primeira República e ao movimento que lhe deu origem, Candeias (2003) afirma que parece consensual dizer que esta teve início no Liberalismo e foi suportada por bases sociais naturais, tendo sido constituída pelas Classe Média e Média-Baixa. Como continua Candeias (2003), o principal objetivo da Primeira República foi terminar com os privilégios dos mais poderosos, de forma a ser alcançada uma maior igualdade para a população portuguesa. Portugal, no fim do século XIX, encontrava-se inserido num ambiente de crise política, mal-estar social generalizado e numa crise económica. Os republicanos, que ganharam força e apoio com os desaires da monarquia, viram finalmente o seu regime implantado a 5 de outubro de 1910. Candeias (2003) explica que, numa tentativa de romper com os preceitos monárquicos que até então tinham governado o país, desde 1143, a Primeira República mostrou querer ser capaz de terminar com todos os *males* provocados pela Monarquia e resolver as falhas que esta não foi capaz de corrigir. De facto, após o assassinato do rei Carlos I, em 1908, e a consequente instauração da República, em 1910, o Partido Republicano quis sobretudo mostrar a capacidade prometida de melhorar o país.

Candeias (2003) refere também que, no início do século XX, ainda existiam muitos iletrados em Portugal, estando o ensino reservado apenas às classes mais altas (salvo raras exceções), ou seja, o próprio ensino constituía, neste tempo, uma forma de discriminação. A ascensão dos republicanos ao poder político português trouxe com eles o objetivo de erradicar o analfabetismo, para uma elevação moral e espiritual do povo. O papel da escola e do professor foi bastante valorizado, conforme demonstra a declaração de José Salvado Sampaio (*apud* Candeias, 2003) “um homem vale pela educação que

possui”. Conforme refere Gonçalves (2003), um dos objetivos do Partido Republicano passou por privilegiar o ensino primário, para terminar com o analfabetismo, que afetaria cerca de 74% da população portuguesa, de acordo com o censo de 1900.

Gonçalves (2003) considera que este foi o cenário ideal para estabelecer por fim um código ortográfico único, a ser aplicado em todas as publicações oficiais do Estado, em todos os manuais de ensino, assim como na imprensa nacional¹⁸. Os apoiantes de uma simplificação ortográfica encontraram o apoio institucional de que precisavam. A elaboração de um sistema simples permitia que a escrita passasse a ser mais popular, o que, por sua vez, contribuiu para uma educação mais democrática e uma alfabetização generalizada, uma vez que a elaboração de um sistema simples permitia que a escrita passasse a ser mais regular.

Como continua Gonçalves (2003), o grande impulso para a constituição de uma Comissão responsável por elaborar um tratado ortográfico veio do chefe do serviço de revisão da Imprensa Nacional. José António Dias Coelho enviou uma carta ao administrador da Imprensa Nacional, na qual se queixava da incoerência ortográfica dos textos que eram publicados por esta Imprensa. Dado que era conhecido de Gonçalves Viana, Coelho sugeriu adotar a *Ortografia Nacional*, da autoria do seu amigo, por esta, nas suas palavras, “ter o aplauso de todos os que modernamente se tinham dedicado ao estudo profundo da ciência da linguagem” (*apud* Gonçalves, 2003). O então administrador, Luís Derouet, encaminhou a carta que recebeu para diversas entidades, até chegar ao Ministro do Interior do Governo Provisório da República. Em 1911, este ministro, António José de Almeida, nomeou uma Comissão constituída pelos mais importantes filólogos da época. Gonçalves (2003) enumera estes filólogos, dando a indicação de que nem todos fizeram parte da Comissão desde início: Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Francisco Adolfo Coelho, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, António José Gonçalves Guimarães, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Augusto Epifânio Dias, Júlio Moreira, Joaquim

¹⁸ Como documenta Kemmler (2001), o administrador-geral da Imprensa Nacional, Luís Carlos Guedes Derouet, recebeu um pedido de um dos seus empregados, José António Dias Coelho, amigo de Gonçalves Viana, para que fosse estabelecida uma ortografia única, para resolver o caos ortográfico nas publicações da Imprensa Nacional – pedido esse a que acedeu.

José Nunes e Manuel Borges Grainha. Destes onze elementos da Comissão, como explica Gonçalves (2003), quatro nem sempre se encontravam presentes nas reuniões, por residirem fora de Lisboa. Eram, portanto, consultados em relação a aspetos menos consensuais. A Comissão discutiu e incidiu o seu trabalho sobretudo em textos da autoria de Gonçalves Viana, em especial no *Questionário* e na *Ortografia Nacional*. Nas palavras de Gonçalves (2003), o fundo lógico-doutrinal adveio sobretudo deste filólogo. A Reforma Ortográfica de 1911 resultou da votação de todos os elementos em relação aos cento e quinze pontos do *Questionário*¹⁹ da autoria de Gonçalves Viana. O relatório que teve origem no estudo e na resposta aos cento e quinze pontos do *Questionário* foi aprovado, em setembro de 1911, pelo ministro Almeida e foi publicado no *Diário do Governo*.

Importa referir que este Tratado Ortográfico não foi projetado e produzido em conjunto com o Brasil, país cuja língua oficial também é o Português. As normas deste, portanto, não foram adotadas pela comunidade brasileira. Conforme Coelho (2009), os brasileiros consideraram que a reforma foi feita sem considerar o maior número de falantes de Português. Abbade (2015) explica que o tratado não contemplou determinadas características do Português do Brasil, além de que foram mantidas várias consoantes mudas e outros detalhes que refletiam uma cedência à etimologia – mas o Brasil, por sua vez, manteve igualmente outras marcas etimológicas.

3.2. Brasil e a Reforma Ortográfica de 1907

Em relação ao Brasil, Gonçalves (2003) refere que, logo em 1898, após ter ocorrido uma discussão entre Portugal e Brasil sobre a possibilidade de estabelecer uma reforma ortográfica única para a língua portuguesa, o Brasil decidiu continuar os seus trabalhos no sentido de encontrar um tratado para a sua norma, uma vez que a referida

¹⁹ O *Questionário* foi apresentado por Gonçalves Viana à Academia das Ciências de Lisboa. As cento e quinze questões que o constituem são respeitantes às principais divergências na ortografia da língua portuguesa, conforme indica o próprio título: *Questionário para se formularem as regras de orthographia portuguesa uniforme tendo-se em atenção as principais divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana*. Assim, o principal objetivo do *Questionário* era obter respostas para estas perguntas, de forma a determinar quais as normas ortográficas a impor (Gonçalves, 2003).

discussão para a existência da reforma em conjunto com Portugal não trouxe quaisquer resultados. Kemmler (2011) relata que, em 1901, José Medeiros e Albuquerque apresentou uma proposta à Academia Brasileira de Letras para que fosse criada uma Comissão que estabelecesse e fixasse uma ortografia para vigorar no Brasil. De acordo com Albuquerque (*apud* Kemmler, 2011), cada pessoa escrevia da forma que lhe parecia mais correta, resultando, por exemplo, em que os trabalhos apresentados à Academia demonstrassem grafias muito diversas. Nas palavras de Kemmler (2011), foi também Albuquerque quem sugeriu que as duas Academias (portuguesa e brasileira) pudessem trabalhar em conjunto, uma vez que entendia que o trabalho desenvolvido pelas duas Academias podia ser mais proveitoso do que desenvolvido separadamente. Apesar da constituição desta Comissão ter sido aprovada, uma nova surgiu em 1906. Porém, Gonçalves (2003) chegou à conclusão que, segundo os dados existentes, nenhuma Comissão elaborou qualquer projeto.

Foi em 1907 que começou a ser discutida na Academia Brasileira de Letras uma nova proposta, novamente elaborada por José Medeiros e Albuquerque. Kemmler (2011) refere que esta reforma seria simplificadora do sistema usual, não tendo o intuito de ser completa e cientificamente fundada. Como expõe Gonçalves (2003), Albuquerque, marcado por ideais nacionalistas e anticolonialistas, tinha como objetivos na sua proposta dar ao Brasil uma ortografia em que a cada letra correspondesse um som (de acordo com a pronúncia brasileira) e simplificar a ortografia, mas sem exageros como os da proposta de José Barbosa Leão, no final do século XIX. Apesar da apresentação de uma segunda proposta (esta da autoria de Salvador Mendonça), Gonçalves (2003) documenta que a Academia Brasileira de Letras optou por escolher e aprovar o projeto apresentado por Medeiros e Albuquerque, introduzindo algumas mudanças no mesmo. Conforme surge na obra de Gonçalves (2003), foram doze as principais indicações para a regulação da norma ortográfica:

- As semivogais de ditongos passaram a ser grafadas com <i> e <u>, bem como a vogal inicial átona passou a ser grafada <i>;
- As letras <k>, <y> e <w> foram proscritas e a sua escrita passou a <ca>, <co>, <cu>, <que>, <qui>, para <k>; <i>, para <y>; e <v> ou <u> para <w>;

- O <h> interior foi suprimido, exceto em palavras derivadas e nos grupos <ch> e <ph>;
- A letra <x> foi substituída por <s>, <ss> ou <z>;
- O grupo <sc> reduziu a <c>;
- As consoantes duplas foram abolidas, exceto os grupos <rr>, <ss> e <ll>; <ll> só foi mantido em pronomes;
- Os grafemas mudos foram abolidas;
- As terminações tónicas passaram a <z>, exceto em fim de palavra, onde se usava <s>;
- A letra <s> foi eliminada como sibilante sonora;
- <s> foi substituído por <z>, <j> substituiu <g> e <s> substituiu <ç> em início de palavra ou, quando possível, também em meio de palavra;
- A escrita da vogal nasal átona [ẽ] passou a <ã> e o ditongo nasal átono [ẽw̃] passou a <am> e na terminação tónica passou a <ão>;
- Por fim, o apóstrofo deixou de ser usado em contrações.

Como continua Gonçalves (2003), esta proposta da Academia Brasileira de Letras, assinada por Machado de Assis, em agosto de 1907, é descrita como sendo moderada e como tendo acompanhado as tendências da norma do Português do Brasil, isto é, respeitando as suas particularidades.

Foram várias as reações em relação à publicação desta reforma. Gonçalves (2003) indica que o brasileiro José Veríssimo, acérrimo defensor da reforma, criticou a passividade de Portugal, que não foi capaz de produzir e aplicar um tratado ortográfico antes do Brasil, a sua ex-colónia. Em Portugal, continua Gonçalves (2003), Cândido de Figueiredo, por exemplo, apoiou a reforma brasileira e passou a reger a sua ortografia pela mesma – em parte, porque o dicionário que o próprio elaborara tinha servido de base para Medeiros e Albuquerque quando este produziu a proposta para a Reforma. Gonçalves (2003) menciona também Carolina Michaëlis, que acreditava e defendia que as duas Academias, portuguesa e brasileira, poderiam reunir-se e chegar a um consenso de um acordo, caso ambas cedessem em alguns pontos mais polémicos. Já Gonçalves Viana, conforme menciona Aguiar (2007), o principal impulsionador do tratado

português, rejeitou a reforma brasileira por esta não estar de acordo com a realidade fonética da norma do Português Europeu e por submeter os portugueses ao Português do Brasil.

Contudo, como acrescenta Aguiar (2007), como as próprias reações mostram, importa ressaltar que a reforma brasileira foi reconhecida em Portugal, além de que fora discutida e tratada com seriedade por entidades com cargos científicos.

3.3. Entre as duas Reformas e o Acordo de 1931

O resultado de não existir um tratado comum a ambos os países não foi benéfico para a língua. Como Aguiar (2007) refere, as vantagens de ambos os países concordarem acerca de um tratado comum eram reconhecidas, pois não existia cabimento no facto de existirem duas formas distintas de escrever uma mesma língua, em função da nacionalidade da pessoa que a estivesse a escrever. O facto de existirem duas ortografias para uma mesma língua resultava, segundo Santos (2016), em divergências “na redação de documentos em tratados internacionais e na publicação de obras de interesse público” (pp. 64). Neste sentido, Portugal e Brasil entraram em discussão e negociação para conseguirem produzir um modelo ortográfico único para a língua portuguesa, com pontos comuns e singulares para ambas as normas da língua. Segundo Aguiar (2007), este acordo parecia fácil de obter, uma vez que os tratados que vigoravam, na época, em cada um dos países, espelhavam os mesmos ideais linguísticos e apontavam para o fim da desordem ortográfica verificada nos dois lados do Atlântico.

Abbade (2015) menciona que houve uma resistência brasileira, mas conforme Gonçalves (2003) descreve, o Tratado Brasileiro de 1907 começou a ser revisto, após um convite da Academia das Ciências de Lisboa à Academia de Letras Brasileira, em 1912, para o Brasil integrar a Reforma Ortográfica portuguesa de 1911. No entanto, Aguiar (2007) refere que esta revisão foi feita em parte também por a Academia Brasileira sentir necessidade de realizar algumas alterações ao sistema que então vigorava, pois, como notou Kemmler (2011), no Tratado de 1907 tinham sido resolvidos apenas alguns pontos isolados. Da parte de Portugal, ficou acordado que as suas bases ortográficas fossem enviadas ao Brasil, para que a Academia Brasileira de Letras aprovasse as mesmas. Ainda

no sentido de um possível acordo, como continua Kemmler (2011), foi nomeado um delegado brasileiro para se deslocar a Lisboa e discutir em nome da Academia as bases de um futuro entendimento. Contudo, este encontro nunca chegou a acontecer por diferendos de ambas as partes: os brasileiros entenderam que a Academia das Ciências de Lisboa quis retardar o encontro para poder terminar o seu projeto sem interferências da parte do Brasil. Kemmler (2011) explica que também houve outros fatores que, à época, retardaram um possível acordo, como o facto de o transporte ser bastante lento, provocando um grande intervalo entre as sessões e provocando também que a própria correspondência chegasse com bastante atraso.

Abbade (2015) afirma que João Ribeiro foi o encarregado, no Brasil, de rever as mudanças a serem introduzidas, mas foi em 1915 que Silva Ramos, o responsável por solucionar esta questão, apresentou o tratado já alterado em função da reforma portuguesa. Como explica Abbade (2015), estas mudanças permitiram que diferenças insignificantes, mas que separavam a ortografia dos dois países, desaparecessem. Kemmler (2011) expõe que a Reforma brasileira continuava a não apresentar o carácter sistemático da Reforma portuguesa, enquanto a Reforma portuguesa não tinha em conta a realidade linguística do Brasil. Nas palavras de Aguiar (2007), a decisão de adaptar a ortografia brasileira à Reforma Ortográfica portuguesa foi polémica, com críticas vindas sobretudo de um grupo de autores brasileiros defensores de um tratado mais nacionalista e que atendesse prioritariamente às necessidades do Português do Brasil. Como conclui Gonçalves (2003), as duas reformas estiveram fundidas apenas durante quatro anos, uma vez que a decisão de aproximar os dois tratados foi revogada em 1919. Segundo Kemmler (2011), esta decisão levou, no Brasil, a um retorno ao sistema antigo da ortografia usual, ou seja, o sistema ainda anterior ao sistema da Reforma de 1907. Contudo, e como não deixa de referir Abbade (2015), é importante reter que em 1915 foi dado um primeiro passo na elaboração de uma convenção de natureza político-cultural, com vista a unificar a ortografia da língua portuguesa.

Kemmler (2011) menciona que foi em 1920 que a Comissão portuguesa constituída em 1911 é dissolvida, após terem sido tratadas algumas questões que tinham ficado por resolver. Mas como continuavam evidentes as desvantagens de não existir uma

norma comum para toda a língua portuguesa, Abbade (2015) adianta que, em 1923, foram retomadas as reuniões e discussões acerca do alcance de um acordo entre Portugal e Brasil (Abbade, 2015), após a deslocação de Júlio Dantas, representante da Academia das Ciências de Lisboa, ao Brasil, com o objetivo de propor um acordo. Apesar de não ter sido obtido um entendimento, este foi mais um passo para que, em 1929²⁰, a Academia Brasileira de Letras alterasse as regras da escrita baseada na etimologia, demonstrando um intuito de seguir uma simplificação da ortografia.

De acordo com D'Silvas Filho (2008), o primeiro tratado comum aos dois países foi elaborado pela Academia Brasileira de Letras e assinado por ambos em 1931, após a aprovação da Academia das Ciências de Lisboa, ainda antes de entrar em vigor a reforma brasileira de 1929. Enquanto a Academia Brasileira de Letras se comprometeu a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911, a Academia das Ciências de Lisboa comprometeu-se a aplicar algumas modificações ao Tratado. Além do mais, as duas Academias garantiram unir esforços para resolver outros problemas ortográficos que pudessem surgir. Foi assim que, em Portugal, o Acordo foi publicado no *Diário do Governo*, incluindo sete pontos relativos às alterações realizadas. Já no Brasil, como indica Kemmler (2011), esta ortografia passou a ser admitida em publicações públicas.

Este acordo, no entanto, seria acompanhado por um vocabulário, uma vez que o Brasil, por exemplo, não podia guiar-se só pela reforma portuguesa de 1911, tendo em conta as particularidades do Português do Brasil. Neste sentido, a Academia Brasileira de Letras elaborou um formulário, que enviou posteriormente à Academia das Ciências de Lisboa. Como continua Kemmler (2011), houve ainda outros assuntos que não tinham sido regulamentados, tendo ficado pendentes, levando depois a um conflito de interesses por parte dos portugueses, que não se declararam de acordo com as soluções propostas no formulário enviado pelos brasileiros. Estes, por seu lado, refutaram todos os argumentos vindos da Academia das Ciências de Lisboa, a tirar concluir que o Acordo

²⁰ Antes de 1929, o Brasil passou por diversas mudanças ortográficas. Kemmler (2011) clarifica que, em 1924, por exemplo, através do *Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa*, foram retirados alguns conceitos ortográficos básicos, dos quais resultaram duas reformas. Já em 1926 foi adotado o sistema elaborado por Laudelino Freire, que propunha uma simplificação ortográfica. No entanto, como este sistema também não satisfiz os brasileiros, foi novamente retomado o sistema de 1907, embora com algumas alterações nas bases. Estas alterações, porém, também não foram suficientes para estabelecer a coerência desejada na ortografia.

estava de facto cimentado. No Brasil, em 1933, sai então o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, que passa a estar associado ao Acordo assinado em 1931. Com os dois documentos em conjunto, este sistema ortográfico foi considerado oficial para todos os usos escritos no Brasil, não sendo admitido qualquer outro sistema.

3.4. (Des)acordo de 1931 e os entendimentos até 1945

Um novo desacordo surgiu neste breve entendimento. Kemmler (2011) explica que o *Vocabulário* difundido pela Academia Brasileira de Letras foi produzido em função das necessidades e circunstâncias linguísticas e prosódicas do Português do Brasil. Do lado português, foram introduzidas outras modificações à Reforma (e consequente Acordo), publicadas em 1931. Na realidade, do Acordo de 1931 resultou uma dupla grafia, perdendo-se a intenção de criar um sistema único e coerente. Na origem deste novo desacordo continuavam as tendências nacionalistas de ambos os países, no sentido em que nenhum queria dar vantagem ao seu parceiro, nem queriam que lhes fossem impostas ideias ortográficas providas da Academia do outro país. Note-se ainda, como acrescenta Kemmler (2011), que ambas Academias demonstraram uma grande incapacidade para tratar esta matéria, uma vez que os seus conhecimentos linguísticos não eram alargados.

Kemmler (2011) adianta que, em 1934, o Brasil restituiu a ortografia de 1891 como oficial, na consequência da elaboração e promulgação da primeira Constituição brasileira. Este retorno de quarenta e três anos na ortografia causou uma grande polémica no país, vinda sobretudo da parte de profissionais como professores. Após várias alterações durante a década de 20 e 30, em 1939 é novamente posto em vigor o Acordo de 1931, após ter sido aprovado o uso de uma acentuação divergente daquela que ficou inicialmente aprovada. Ribeiro (1997) indica também que, em 1939, a Academia das Ciências de Lisboa comunicou à correspondente brasileira que tinha modificado quatro bases essenciais do Acordo de 1931, respeitantes ao uso de <h>, ao uso de <s> no grupo <sc> e aos nomes toponímicos e antroponímicos com <-z> final.

Já a Portugal, como continua Kemmler (2011), faltava o vocabulário que se tinha comprometido a estabelecer. Numa tentativa de atenuar os defeitos da ortografia portuguesa e de forma a corresponder também ao código escrito em vigor na época,

Portugal publicou, em 1940, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, após terem sido reconsideradas todas as vantagens e desvantagens das modificações propostas no Acordo de 1931, mantendo e rejeitando algumas destas. Entre as modificações propostas constavam a manutenção das consoantes mudas²¹, a manutenção dos casos de pronúncia facultativa e foi dado um tratamento extensivo ao uso de maiúsculas – todas estas modificações foram aceites pelos portugueses. O Brasil, por seu lado, aprovou um novo Vocabulário ortográfico, com o nome de *O Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Como conclui Kemmler (2011), os dois Vocabulários acabaram por limitar-se a representar a grafia oficial de ambos os países, mas, ao mesmo tempo, possibilitaram a existência de duas produções semelhantes, nas duas Academias, proporcionando que pudesse ser feita uma comparação entre estas.

A Convenção Luso-Brasileira, em 1943, definiu a possibilidade de serem criadas bases legais para que os sistemas ortográficos (português e brasileiro) pudessem ser alterados pelas duas Academias sem necessitarem da participação e aprovação dos governos. Como consequência desta Convenção, adianta Kemmler (2011), foi criada uma Comissão, semelhante à portuguesa de 1911, entre as duas Academias, de forma a alterar o Acordo de 1931, o que veio de facto a acontecer em 1945, aquando da publicação das *Cinquenta e uma bases analíticas do acordo ortográfico de 1945*. Este novo Acordo teve como ambição terminar com as divergências ortográficas existentes nos dois países e estabelecer, por fim, uma grafia única.

Segundo Kemmler (2011), para a grafia única ser justa, nos casos mais dúbios foram escolhidas as formas predominantes, conforme os sistemas de ambos os países. Só que, uma vez mais, Kemmler (2011) entende que a Academia das Ciências de Lisboa saiu, de alguma forma, beneficiada, no sentido em que conseguiu impor maioritariamente as suas vontades nas regras que se estabeleceram, sobretudo em questões consideradas determinantes. A Academia Portuguesa ficou ainda encarregue de elaborar um vocabulário comum às duas normas, que o Brasil teria que aprovar mais tarde –

²¹ A título de exemplo, o Acordo de 1931, nas suas bases, refere a palavra <etro>. O *Vocabulário* que entrou em vigor em Portugal não eliminou o <p> mudo desta palavra: <eptro>.

Vocabulário este publicado em 1947: *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*.

Kemmler (2011) continua a sua exposição, explicando que o Acordo de 1945 não foi bem recebido no Brasil, dada a vantagem do lado português. Segundo Abbade (2015), persistia o problema de palavras como <ceptr> serem grafadas com <p> mudo, quando o Brasil já tinha eliminado estas consoantes há vários anos²². D'Silvas Filho (2008) considera também relevante o facto de o Brasil não ter aceitado que o acento agudo servisse apenas para marcar a sílaba tónica, não indicando o timbre. Daqui surgiu uma polémica *anti acordo*, que teve a sua culminação na abolição da ortografia de 1945. Kemmler (2011) explica que, através de meios político-legais, os brasileiros conseguiram com que a Convenção não fosse considerada oficial e, assim, a Comissão e o Acordo que dela resultaram também não o fossem. Em 1955, no Brasil, foi oficialmente restabelecido o sistema ortográfico do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado, como se sabe, com base no Acordo de 1931.

Importa referir, como ressalva Coelho (2009), que o Acordo de 1945, além de passar a vigorar em Portugal, entrou também em vigor nos restantes países de língua portuguesa oficial, uma vez que estes eram, à época, colónias portuguesas.

3.5. O caminho até ao Acordo de 1990

Os anos seguintes à polémica do Acordo de 1945 foram marcados por novas tentativas de acordo entre Portugal e Brasil. Conforme descreve Kemmler (2011), em 1967, por exemplo, ocorreu o *Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, onde ficou assente que Portugal e Brasil iriam novamente procurar simplificar e unificar a ortografia da língua portuguesa. Esta conclusão veio comprovar que havia uma grande vontade de obter um entendimento entre os dois países, bastando que ambos cedessem em determinados pontos e pondo de lado as tendências nacionalistas. Nos casos duvidosos, os elementos participantes do Simpósio entenderam

²² Do lado português, a justificação para a manutenção destas consoantes foi o facto de a vogal antecedente ser aberta, servindo a consoante para indicar a abertura da vogal seguinte (Abbate, 2015).

que seria preferível aplicar uma dupla grafia, em vez da opção de 1945 de escolher a forma predominante destas situações, não prejudicando qualquer uma das normas.

Na década de 70, adianta Kemmler (2011), um novo acordo foi conseguido, com uma relativa aproximação das normas dos tratados ortográficos que vigoravam nos dois países. Com o Decreto-Lei n.º 32/73 português de 1973²³ e a Lei n.º 5765 de 1971 brasileira²⁴, ficou promulgada a supressão do acento circunflexo, que era usado anteriormente para distinguir palavras homógrafas. Em Portugal, o problema consistia ainda na marcação com acento grave das palavras que recebiam o sufixo <-mente> ou o infixo iniciado por <-z->; estas palavras, portanto, continuavam a ter uma grafia diferente entre as duas normas em virtude da sua acentuação. O segundo ponto do Decreto-Lei português mostra que estas palavras deveriam ser escritas sem acento gráfico²⁵. Neste decreto é também prevista a abolição dos acentos grave ou circunflexo nas sílabas subtónicas em palavras constituídas pelo sufixo <-mente> ou infixo iniciado por <-z->.

Segundo Kemmler (2011), os dois países foram fiéis ao que acordaram e nunca houve dúvidas na aplicação dos dois decretos-lei. Esta foi, portanto, a primeira vez que Portugal e Brasil chegaram de facto a um verdadeiro acordo, sem recuos. O bom resultado deste entendimento deu um incentivo à elaboração de um novo acordo, saindo, em 1975, um primeiro projeto. Contudo, em virtude da situação político-social em Portugal, que acabara de sair de um regime de ditadura militar no ano anterior, este projeto nunca teve resultados.

Em virtude da descolonização portuguesa, após a revolução portuguesa a 25 de abril de 1974, os novos países independentes Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe foram incluídos na negociação de um novo acordo ortográfico, dado serem cinco países em que uma das suas línguas oficiais é o Português. Estes países africanos também tiveram um papel a desempenhar na definição de regras ortográficas que vigrassem nos sete países, de forma a que estas fossem adequadas

²³ Decreto-lei consultado em *Diário da República Eletrónico*, disponível na internet em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/684874/details/maximized?filterEnd=1973-12-31&sort=whenSearchable&filterStart=1973-01-01&sortOrder=ASC&q=1973&fq=1973&perPage=100>

²⁴ Lei consultada em *Portal da Legislação*, disponível na internet em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5765.htm

²⁵ Mais tarde, veio a verificar-se que esta norma não foi acatada pelos falantes, que continuaram a guiar-se pela grafia antiga (Kemmler, 2011).

também às suas próprias normas e necessidades específicas. Conforme Kemmler (2011), em 1986 aconteceu o primeiro encontro entre os sete países de língua oficial portuguesa, de forma a tratarem pelo menos de três pontos-chave: limitar a acentuação gráfica, limitar o uso do hífen e abolir as consoantes mudas. Contudo, e sobretudo da parte de Portugal, houve uma reação polêmica contra estas propostas, de modo que estas medidas nunca foram ratificadas.

Dado o fracasso do Acordo de 1986, mas continuando a persistir determinados problemas ortográficos, os trabalhos para resolver estes atritos continuaram (Kemmler, 2011). É em 1990 que surge o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, assinado pelos sete países²⁶. Este Acordo é dividido em duas partes: as disposições legais (onde se incluem as obrigações legais de cada país para tomar as medidas necessárias para o estabelecimento de um vocabulário comum até 1993 e para a entrada em vigor do Acordo até 1994) e o Anexo I (onde se incluem as bases ortográficas em si). Foi neste Acordo que se chegou à eliminação das consoantes mudas e se introduziu a dupla grafia oficial nos casos mais dúbios, ou seja, aqueles que dizem respeito, sobretudo, à acentuação gráfica e à grafia de vogais tónicas realizadas abertas, numa variedade do Português, mas realizadas fechadas noutra variedade. Em 1994, apenas Portugal tinha ratificado o Acordo. Assim, em 1998, foi definido que a nova entrada em vigor seria no ano de 2000, o que não veio a acontecer. 2009 foi finalmente o ano em que o Acordo entrou em vigor em Portugal, depois de em 2008 ter sido aprovado um documento que garantia que este entrasse em vigor após a entrada em depósito dos documentos de ratificação de, no mínimo, três países (sendo o Brasil, Cabo-Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe os quatro primeiros países a fazê-lo). Abbade (2015) explica que ficou prevista uma fase de transição de seis anos (até 2015) para a entrada definitiva em vigor do Acordo. Como documenta Kemmler (2011), no *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* ficou ainda esclarecido que a ortografia de documentos anteriores a esta data não seria prejudicada, mas que todos os novos documentos deveriam passar a

²⁶ Timor-Leste, que obteve a sua independência de Portugal em 1975, foi ocupado pela Indonésia em 1984 e só se tornou um estado soberano em 2002. Aquando do fim da ocupação, Timor-Leste declarou o Português como uma das suas línguas oficiais, em conjunto com o tétum. Em 2004 assinou também *Ortográfico da Língua Portuguesa*, que passou a contar com um total de oito países aderentes.

reger-se pela nova ortografia, ainda que mediante um plano de uma transição sem ruturas, em especial no sistema educativo.

Entre as vantagens do alcance deste acordo, Abbade (2015) enumera algumas como: a comunicação diplomática entre os países lusófonos ter sido facilitada; o aumento da difusão da cultura entre os países envolvidos, em virtude também do estabelecimento da língua portuguesa como língua de cultura, ampliando o seu prestígio; permitiu também que obras escritas com o novo Acordo de 1990 pudessem ser vendidas em todos os países lusófonos, favorecendo também o intercâmbio de materiais didáticos.

Apesar da entrada em vigor deste tratado ter estado parada durante quase vinte anos, ele é, desde 2015, para Portugal, e desde 2016, para o Brasil, a única norma ortográfica oficial da língua portuguesa, tendo finalmente permitido um entendimento entre portugueses e brasileiros, após a discussão de mais de um século.

3.6. Síntese

Kemmler (2011) documenta que a Implantação da República e a incongruência ortográfica encontrada nos textos da Imprensa Nacional, levou, em 1910, o Ministro do Interior do Governo Provisório a constituir uma Comissão responsável pela elaboração e publicação de um tratado ortográfico que regulasse, por fim, de forma única e oficial, a grafia da língua portuguesa. Como adianta Kemmler (2011), a Reforma Ortográfica publicada em 1911 foi baseada nos trabalhos dos anos anteriores de Gonçalves Viana, um dos membros da dita Comissão.

Não tendo esta Reforma sido elaborada com o conhecimento do Brasil, Gonçalves (2003) e Kemmler (2011) adiantam que este país, cuja língua oficial é também o Português, não aceitou de ânimo leve que fosse feito um tratado ortográfico para a mesma língua que a sua sem o seu consentimento. Apesar disso, e como os referidos autores explicam, em 1907, o Brasil já tinha publicado uma Reforma para a ortografia do Português, cujas regras tinham sido estabelecidas sobretudo em virtude da norma do PB. Contudo, e ao contrário de Portugal, o Brasil convidou o nosso país a participar na sua Reforma – convite esse que os portugueses ignoraram.

Apesar do grande descontentamento do Brasil, como as vantagens da existência de

uma grafia única para toda a língua portuguesa eram muitas, os dois países tentaram, logo em 1912, chegar a um acordo. Como adianta Kemmler (2011), houve vários avanços e recuos até à entrada em vigor do único Acordo que foi comum aos dois países – e, já nesta fase, foi adotado também pelas ex-colónias africanas portuguesas. Há um destaque para o Acordo que foi assinado em 1931, que entrou efetivamente em vigor no Brasil, associado ao *Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa*, publicado posteriormente em 1943. No entanto, Portugal nunca chegou a aplicar o Acordo de 1931 e, desta forma, em 1945 houve um novo tratado ortográfico elaborado pelos dois países: as *Bases Analíticas do Acordo Ortográfico*. Este novo Acordo, como surgiu em virtude de adaptações feitas ao Acordo de 1931, sobretudo com um elevado número de preceitos definidos em função do PE, foi efetivamente adotado em Portugal. Já o Brasil, que viu a sua norma prejudicada neste Tratado de 1945, continuou a reger a sua grafia pelo Acordo de 1931.

A obra de Kemmler (2011) mostra ainda que, em 1971 e 1973, foram publicados dois decretos-lei, em Portugal e no Brasil, que determinaram que a eliminação do acento grave das palavras com o sufixo <-mente> e com o infixo <-z->. O bom resultado da aplicação destes dois decretos-lei incentivou os dois países a procurar alcançar, por fim, um acordo ortográfico que fosse efetivamente aplicado de forma única para toda a língua portuguesa. A libertação das antigas colónias portuguesas, em 1974, permitiu a sua integração nas negociações de um acordo ortográfico, uma vez que também estes países têm a sua própria norma do Português – o Português Africano –, já que este é uma das suas línguas oficiais.

Como conclui Kemmler (2011), foi então que, em 1990, foi assinado e publicado o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, sendo o primeiro tratado a vigorar, de forma oficial e única, tanto em Portugal, como no Brasil.

Capítulo 4 – Descrição comparativa das bases da Reforma Ortográfica de 1911, das Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 e do Acordo Ortográfico de 1990

O presente capítulo contempla uma análise comparativa das bases que constituem a Reforma Ortográfica de 1911, as Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 e o Acordo Ortográfico de 1990. A RO é constituída por quarenta e seis bases, as BAAO por cinquenta e uma e, por fim, o AO por vinte e uma bases. Algumas questões mais ambíguas da ortografia da língua portuguesa são contempladas nas várias bases, como é o caso da acentuação gráfica. A acentuação gráfica foi uma das questões mais polémicas da ortografia do Português ao longo dos séculos, sobretudo em virtude das duas normas Português Europeu e Português do Brasil. O AO, por exemplo, subdivide esta questão em quatro bases, consoante a sílaba tónica que recebe o acento gráfico. Já as BAAO, por sua vez, dedicam catorze bases à acentuação gráfica, subdividindo esta questão por classe de palavras, ou pela vogal/ditongo que constituem a sílaba tónica. Quer isto dizer que, por exemplo, a vigésima terceira base das BAAO refere o uso de acento grave num determinado tipo de advérbios, mas a décima quarta e a décima quinta bases referem o uso de acento agudo nas vogais <i> e <u>, independentemente da classe de palavras. Assim, a análise que se segue é dividida por subcapítulos, dizendo cada um destes respeito a uma determinada questão mais abrangente, uma vez que é impossível fazer corresponder as bases dos três tratados entre si (e, assim, também não é possível fazer uma análise por bases). Os nomes dos seguintes subcapítulos são semelhantes aos títulos das bases do AO, por este ser o tratado que melhor organiza o tema de cada uma das suas bases.

Nos casos em que houve, de facto, alterações entre os três tratados, são acrescentadas tabelas no fim de cada subcapítulo, de forma a sistematizar a informação apresentada relativamente às mudanças que ocorreram, na ortografia, entre 1911, 1945 e 1990. Os subcapítulos que incluem temas que não sofreram alterações entre os tratados ou onde apenas foram acrescentadas outras considerações que complementam as informações dos tratados anteriores – ou seja, temas que não sofreram efetivamente alterações – não têm tabelas.

4.1. Alfabeto

O alfabeto²⁷ que consta na RO tem um total de vinte e três letras – <a>, , <c>, <d>, <e>, <f>, <g>, <h>, <i>, <j>, <l>, <m>, <n>, <o>, <p>, <q>, <r>, <s>, <t>, <u>, <v>, <x> e <z> –, cinco dígrafos²⁸ – <lh>, <nh>, <ch>, <rr> e <ss> – e ainda <ç>. Enquanto as BAAO não alteram esta base, o AO inova e inclui as letras <k>, <y> e <w>, passando o alfabeto a contar com vinte e seis letras. Para cada letra são apresentadas duas formas: maiúscula e minúscula – algo que só acontece neste acordo: <a A>, <b B>, <c C>, <d D>, <e E>, <f F>, <g G>, <h H>, <i I>, <j J>, <k K>, <l L>, <m M>, <n N>, <o O>, <p P>, <q Q>, <r R>, <s S>, <t T>, <u U>, <v V>, <w W>, <x X>, <y Y> e <z Z>. É também dada uma indicação gráfica (mas não fonética) com a pronúncia de cada letra. Os dígrafos e <ç> são mencionados numa nota que segue a base. Nos dígrafos passam a constar, além dos já estabelecidos na RO, <qu> e <gu>²⁹, aumentando o número de cinco para um total de sete dígrafos.

A RO estabelece na sua primeira base que as letras <k>, <y> e <w> não constam no alfabeto português, não sendo por isso lícito escrever palavras portuguesas ou aportuguesadas com estas letras. Para substituir estas três letras, o tratado prevê que <k> seja substituído por <qu> (antes de <e> ou <i>) ou por <c>; <w> substituído por <u> ou <v>, consoante a pronúncia; e <y> substituído por <i>. São apresentadas sete palavras como exemplos, como <filologia> e <lira>.

Os três tratados ortográficos previram usos para <k>, <y> e <w>, mesmo quando estas letras não eram consideradas como parte do alfabeto (no caso da RO e das BAAO). A RO admitiu o uso destas três letras em vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros, tais como <kantismo>, <byroniano>, sublinhando, no entanto, que este tipo de palavras também podiam escrever-se consoante a pronúncia, isto é, <baironiano> (em oposição a <byroniano>). As BAAO alteraram esta base, não aceitando a escrita conforme a

²⁷ Designado por *abecedário* na RO.

²⁸ Designados por *combinações de letras* na RO.

²⁹ A combinação gráfica de <g> com <u> e de <q> com <u> pode traduzir uma combinação fonética com diferentes valores: o <gu>, de <guardar>, traduz [gu], em que o <u> representa o fonema [u], mas <gu>, de <guiar>, traduz apenas [g] e indica que este <g> tem valor de [g] e não de [ʒ].

Já <qu> também pode representar [ku] ou apenas [k], como é o caso de <quadrado> e <queijo>, respetivamente.

Faz todo o sentido, portanto, que <gu> e <qu> sejam considerados dígrafos, por poderem indicar um fonema por si, mesmo sendo duas combinações de duas letras.

pronúnciação. Portanto, uma escrita como <daruinismo> passou a não ser aceite, ponto que foi mantido em 1990. Em 1911 há ainda a menção à aceitação do uso de <W> como símbolo que denota <Oeste> e <K> como abreviatura da unidade métrica <quilo>, podendo esta última palavra ser escrita com <k> (de <kilo>) ou com <qu>. Apesar de ter sido dada a opção de escolha a cada falante, ficou sublinhado que a forma mais aceitável seria <quilo>. O AO amplia estas exceções (já que também aceita estas três letras no alfabeto), fazendo alusão a topónimos e seus derivados com origem noutras línguas, tais como <malawiano>, de <Malawi>, assim como prevê o uso de outros símbolos e unidades de medidas internacionais com <K> e <W>: <kg> para <quilograma>, <km> para <quilómetro>, <kW> para <kilowatt>, <y> para <jarda>, <watt>, <K> para <potássio>, <W> para <Oeste>, <TWA> e <KLM>.

A tabela 1 dá conta das principais alterações ao nível do alfabeto entre os três tratados.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
Vinte e três letras, cinco dígrafos e <ç>; Escrita conforme a pronúncia.	Nega a escrita conforme a pronúncia – usa <y>, <w> e <k>.	Inclusão das letras <y>, <k> e <w> e dos dígrafos <qu> e <gu>.

Tabela 1: Principais alterações no alfabeto.

4.2. <h>

Na RO ficou assente que a letra <h>, em interior de palavra, seria eliminada. Portanto, uma palavra como <inhibir> passou a <inibir>. A única exceção a esta regra foi relativa ao uso de <h> como parte de um diacrítico – <ch>, <nh> e <lh> –, ou seja, em palavras como <chave>, <malha> e <manha>. Nos casos de grupos consonânticos não pertencentes à língua portuguesa (exceto em nomes próprios), tais como <ph>, <rh> e <th>, o <h> foi eliminado. Palavras como <theatro> e <rethorica> passaram, respetivamente, a <teatro> e <retórica>. Explicitamente, o grupo consonântico <ch>, com valor de [k], antes de <e> ou <i>, foi substituído por <qu>, ao passo que <ph>, com valor de [f], foi substituído por <f>. Esta exceção resultou em que palavras como <chimica> e <pharmacia> passassem a

«química» e «farmácia», respetivamente. Este foi um ponto assente que se estendeu aos tratados ortográficos seguintes: o uso de «h» em interior de palavra nas BAAO e no AO não é tema de nenhuma base.

O «h» em posição inicial é o tema de uma base que surge nos três tratados. A RO refere que o «h» inicial deveria ser mantido quando a etimologia o justificasse, como acontece em «homem», «humano» e «hoje». Porém, este seria retirado quando estivesse a ser utilizado erroneamente (isto é, quando não se justificava pela etimologia), como em «hontem» e «hombro». As BAAO acrescentam informação a esta questão, legitimando a escrita de certas palavras sem «h» etimológico por o uso as ter consagrado de uma determinada forma: a grafia de «herva» como «erva» passou a ser aceitável. Além da legitimidade do «h» inicial por força da etimologia, este também poderia ser escrito quando estivesse legitimado pela tradição gráfica muito longa, por vezes com origem no Latim, tal como acontece com «humor». Portanto, «herva», que na origem tem «h», passou a não o ter, ao contrário de «humor», que não se escrevia «h», mas passou a escrever.

Em relação ao «h» em formas compostas, a RO previu a sua supressão em palavras às quais se acrescenta um prefixo, ou seja, formas como «desonra» e «desumano» (em contraste com «deshonra» e «deshumano», respetivamente). As BAAO, uma vez mais, vão mais além neste ponto. Além do que foi previsto em 1911, em 1945 acrescentou-se que nas formas do verbo «haver», nas conjugações do tempo futuro e do modo condicional, o «h» também seria suprimido, resultando em «dir-se-á» e «juntar-se-lhe-iam», por exemplo. Este é um detalhe que não se encontra expresso no AO. A continuação da base das BAAO estabelece que uma palavra composta, unida por hífen, deve manter o «h» caso este seja o primeiro grafema do segundo elemento. Este preceito, ao contrário do anterior, é reiterado pelo AO. A palavra «pré-história» serve de exemplo para este caso. Outro ponto focado pelas BAAO e pelo AO é a manutenção do «h» inicial por adoção convencional, tal como em «hum» e «hã».

O «h» em posição final é mencionado na RO e no AO. Ambos os tratados aceitaram o «h» final como fazendo parte de interjeições, das quais são exemplo «ah» e «oh». Já nas BAAO não é feita qualquer alusão a este uso de «h».

4.3. Combinações gráficas e sinais diacríticos não peculiares do Português

A RO não faz qualquer menção às combinações gráficas e sinais diacríticos que não sejam típicos da língua portuguesa, provenientes de vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros. A primeira menção a esta questão ocorreu nas BAAO, que definiu que as combinações gráficas e sinais diacríticos deveriam ser mantidos. Assim, dever-se-ia escrever <garrettiano>, com duplo <t>, proveniente de <Garrett>, bem como escrever-se-ia <mülleriano>, proveniente de <Müller>, com trema e duplo <ll>. O AO ampliou este ponto, admitindo a dupla grafia de palavras como <fúcsia> e <fúchsia>.

Os nomes próprios de origem hebraica são mencionados nas BAAO e no AO, não existindo qualquer referência aos mesmos na RO. Assim, em 1945, ficou definido que os diagramas finais de nomes com origem hebraica, <ch>, <ph> e <th>, quando tivessem o som [k], [f] e [t], respetivamente, seriam mantidos graficamente: <Moloch> foi um dos exemplos dados. Contudo, se os diagramas fossem mudos, não seriam mantidos: <Nazaré>, por oposição a <Nazareth>. Se tivessem um som referido acima, mas pudessem ser adaptados, por força do uso, seriam substituídos, recorrendo a uma edição vocálica: <Judite>, por oposição a <Judith>.

O AO alargou este ponto. Este tratado previu a conservação das consoantes finais , <c>, <d>, <g> e <h>, fossem estas mudas ou não: <Jacob> e <Issac> foram dois dos exemplos dados. Estes antropónimos poderiam também ser escritos sem as referidas consoantes finais: <Jacó>. O AO mencionou ainda outro tipo de nomes, tais como <Madrid> e <Valhadolid>, cuja última letra, embora muda, deveria ser escrita. No entanto, em relação a nomes como <Zürich>, <Genève> e <Anvers>, estes deveriam ser substituídos, sempre que fosse possível, por formas vernáculas, tais como <Zurique>, <Genebra> e <Antuérpia>, respetivamente. Anteriormente, as BAAO fizeram também menção ao facto de se dever, tanto quanto possível, substituir topónimos de línguas estrangeiras por formas vernáculas, quando estas fossem antigas no Português (portanto, quando já estivessem enraizadas no uso) ou pudessem entrar no uso corrente.

4.4. Consoantes duplas

Enquanto as consoantes duplas são o tema da sétima base da RO, nos tratados seguintes não há uma menção a este preceito. Contudo, importa referir que a base da RO estabeleceu uma regra para a ortografia do Português, que estava em falta até à época, eliminando alguns erros ortográficos que eram dados até então, conforme indica a própria base.

Assim, a RO veio definir que nenhuma consoante se deveria duplicar, exceto nos casos em que a pronúncia assim o exigisse e apenas no interior de palavra, o que só acontecia com os diacríticos <rr>, <ss>, <mm> e <nn>. Para cada um destes diacríticos foi dado um exemplo: <carro>, <cassa>, <emmalar> e <ennegrecer>. De seguida, foram dados exemplos de algumas palavras que habitualmente seriam escritas antes de 1911 com consoantes duplas quando a pronúncia não o exigia: <abade>, <acusar>, <aludir>, <chama>, <meter>, entre outras³⁰. Ao continuar com a descrição, a base menciona que apenas as letras <r> e <s> se poderiam duplicar por força da pronúncia: <pressentir>, <prorrogar> e <ressuscitar>. Portanto, embora inicialmente seja mencionado que as letras <m> e <n> se poderiam duplicar, a verdade é que a continuação da base anulou, de certa forma, o que foi estabelecido em primeiro, não apresentando inclusivamente outros exemplos de palavras que pudessem mostrar <m> e <n> como consoantes duplas³¹.

4.5. Supressão e conservação de sequências consonânticas

A questão das sequências consonânticas³² é tratada na oitava e na nona bases da RO e a questão da homofonia de certos grafemas consonânticos é mencionada de seguida. O inverso acontece nas BAAO e no AO.

³⁰ Os exemplos foram dados sem duplicação de consoante, para dar conta da sua ortografia correta.

³¹ Na realidade, as consoantes duplas <mm> e <nn>, ao contrário de <rr> e <ss>, não possuíam um valor fonético próprio, representando por isso um dígrafo. As primeiras consoantes <m> e <n>, destas sequências, indicavam que a vogal que as precedia era nasal. A segunda consoante deste grupo tinha o valor fonético que lhe é tipicamente associado: [m] e [n].

³² Na RO de 1911, as *sequências consonânticas* são referidas por *consoantes mudas*, enquanto nas BAAO de 1945 o título da base explicita que se trata do <c> grutural das sequências interiores <cc>, <cç> e <ct> e do <p> das sequências interiores <pc>, <pç>, e <pt>. Como se verá, nem sempre estas consoantes são verdadeiramente mudas, daí que a nomenclatura usada na presente dissertação seja <sequências consonânticas>.

A RO explica que as letras <c> e <p>, quando pertencentes a sequências consonânticas, seriam conservadas quando fossem pronunciadas por alguns falantes ou quando indicassem que a vogal que as precedia era aberta. Assim, <c> e <p> seriam conservados em palavras como <contracção>, <excepção> e <rectidão>, segundo os exemplos apresentados. Além das duas justificações apresentadas, a RO explicou que estas consoantes seriam também mantidas quando pertencessem à sílaba predominante do vocábulo. As palavras <directo> e <excepto> são dadas como exemplos.

As BAAO alteraram a base de 1911. Neste caso, as sequências consonânticas só seriam conservadas nos casos em que eram sempre pronunciadas³³, como em <convicção>, <ficção> e <eucalipto>. Ora, este é um aspeto relevante neste tema, pois algumas consoantes eram pronunciadas em PE, mas eram mudas no PB, assim como acontecia o inverso. As BAAO propuseram que quando uma consoante fosse proferida numa norma, mas não na outra, esta seria sempre mantida. Isto acontece em palavras como <cacto>, cujo <c> é tipicamente mudo no PE, mas proferido no PB, bem como <facto>, cujo <c> é proferido no PE, mas não no PB.

Já o AO inovou neste aspeto, ficando definido que cada norma do Português conservava ou suprimia estas consoantes, de acordo com o facto de serem ou não proferidas. Portanto, no Tratado Ortográfico que vigora nos dias de hoje, encontra-se uma dupla grafia de palavras como <cacto> e <cato>, <facto> e <fato>, de forma a resolver os problemas que existiam em relação à escolha da norma a adotar nas bases³⁴.

A RO, por sua vez, defendeu também a manutenção das sequências consonânticas, quando estas pudessem ter influência na pronúncia das vogais que antecederiam as ditas consoantes, mas as BAAO vieram modificar esta base. A partir deste tratado, as sequências consonânticas seriam mantidas por cinco razões: se fossem antecedidas pelas vogais <a>, <e> e <o>; se existissem casos em que o valor fonético fosse variável; se a tradição ortográfica assim o justificasse; se a conservação da consoante aproximasse a palavra em questão da ortografia de outras línguas românicas; e, tal como em 1911, se a

³³ Importa lembrar que as BAAO foram acordadas entre dois países, Brasil e Portugal. Se falamos de sequências consonânticas sempre pronunciadas, esperamos que isto aconteça com todos os falantes das duas normas.

³⁴ Isto para agradar a todas as normas e não haver preferência de uma em detrimento de outra.

consoante muda tivesse influência na vogal antecedente. Entre estas exceções, são mantidas as consoantes em palavras como <acção>, <dialectal>, <leccionar> e <baptismo>. O AO foi inovador neste aspeto, não incluindo nenhuma destas exceções no Tratado Ortográfico elaborado. A única regra de conservação de sequências consonânticas é se estas fossem, ou não, pronunciadas, de acordo com o que foi explicado anteriormente.

As BAAO alongaram-se nas suas exceções. Desta forma, salvaguardaram a conservação de consoantes em vocábulos derivados de outras palavras, que seguissem as regras anteriormente enunciadas, ou que estivessem contidas num <x> ou numa sequência <ps>. Assim, conservar-se-ia o <c> de <abjecto>, proveniente de <abjecção>, <adopto> de <adoptar>, <sintáctico> de <sintaxe> e <epiléptico> de <epilepsia>. A esta exceção de conservação das consoantes foi acrescentada uma outra exceção: dependendo da forma como determinadas palavras entraram no Português, estas poderiam prescindir da consoante muda, como é o caso de <dicionário> proveniente de <dicção>.

Por outro lado, a RO definiu que as consoantes mudas seriam todas suprimidas quando não tivessem influência nas vogais que precediam: <autor>, <senal>, <retratar> e <condenar> deixaram de se escrever com consoantes mudas. As BAAO, uma vez mais, ampliaram esta base. Todos os <c> e <p> invariavelmente mudos, quer no PE, quer no PB, ou sem qualquer valor particular, foram suprimidos da ortografia. Palavras como <aflicção>, <equinóccio>, <absorpcção> e <descriptivo> passaram a ser escritas como <aflição>, <equinócio>, <absorção> e <descritivo>. O AO, como foi visto, ao conservar apenas facultativamente algumas consoantes, conforme fossem ou não proferidas, eliminou todas aquelas que fossem invariavelmente mudas em todas as normas do Português, alterando a base de 1945: <ação>, <afetivo>, <aflição>, <adotar>, <ótimo>, <Egito>, entre outros. Seguindo a lógica desta base, o AO definiu de igual forma que, nas sequências consonânticas <mpc>, <mpç> e <mpt>, ao ser eliminado o <p>, as sequências passariam a <nc>, <nç> e <nt>, respetivamente. Assim, palavras como <assumpcionista>, <assumpção> e <assumptível> passaram a <assuncionista>, <assunção> e <assuntível>.

As BAAO e o AO referiram outras sequências consonânticas para além das mencionadas na RO. Assim, as BAAO definiram a manutenção das consoantes de sequências como <bd>, <bt>, <ps> e <xs> e algumas de <gd>, <gm>, <gn> e <mn>. Ou seja,

respetivamente, foram conservadas consoantes em palavras como <subdito>, <subtil>, <psicólogo>, <exsolver>, <amígdala>, <fragmento>, <Agnelo> e <indemnizar>; mas também foram eliminadas consoantes da sequência <cd> e algumas de <gd>, <gm>, <gn> e <mn>, correspondendo às palavras <anedota>, <Madalena>, <aumentar>, <assinatura> e <condenar>. Na sequência <xs>, exceccionalmente, eliminou-se o <s>, por ser mudo, das palavras <exangue> e das palavras em que o <s> estivesse seguido de outra consoante, como em <expuição>. Relativamente às sequências de origem grega, <phth> e <thm>, passam a <ft> e <t>, dando origem a palavras como <afta> e <aritmético>. Neste último caso, a consoante foi eliminada da palavra <asma> e seus derivados. O AO, novamente, voltou a decidir que estas sequências seriam mantidas ou eliminadas consoante fossem mudas ou pronunciadas.

A tabela 2 sistematiza as principais alterações observadas em relação a esta questão.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
<c> e <p> conservados quando fossem pronunciados por alguns falantes ou quando indicassem que a vogal que as precedia era aberta.	Sequências consonânticas mantidas se: fossem antecedidas pelas vogais <a>, <e> e <o>; existissem casos em que o valor fonético fosse variável; a tradição ortográfica assim o justificasse; a conservação da consoante aproximasse a palavra em questão da ortografia de outras línguas românicas.	Eliminação ou conversação de todas as consoantes quando estas fossem ou não pronunciadas em virtude da norma do Português em questão.

Tabela 2: Principais alterações na supressão e conservação de sequências consonânticas.

4.6. Homofonia de alguns grafemas consonânticos

A RO separa o tema da homofonia no uso de determinadas consoantes por cada caso. Assim, por exemplo, a décima base diz respeito ao uso de <c> ou de <s> e a décima terceira refere o uso de <ch> ou de <x>. As BAAO e o AO juntam este tema numa só base³⁵.

O tratado de 1911 começa pela distinção do uso de <c>, <ç> e <s>. A diferença no uso destes três grafemas remonta à origem das palavras, que determina qual é o caso a aplicar na grafia. A RO explica que este tipo de palavras, inicialmente, não eram homófonas. Portanto, a distinção gráfica representava a diferença fonética entre estas palavras. A RO indica que esta diferença fonética nem sempre era realizada, apenas em casos pontuais (isto é, à época em que a RO foi publicada). Contudo, a distinção ortográfica dos diversos casos era necessária. Para os falantes saberem qual dos três grafemas utilizarem, no caso de não realizarem a distinção fonética, a solução seria consultar o *Vocabulário*³⁶, onde constariam todas as palavras da língua portuguesa. O tratado de 1911 dá ainda a conhecer a regra geral do uso de <c>, <ç> ou de <s>: ao uso de <ce>, <ci> e <ç> correspondiam, geralmente, os <ce>, <ci> e <ti> latinos, os <ce>, <ci>, <za>, <zo> e <zu> castelhanos, o <ss> árabe ou palavras com origem em línguas indígenas americanas. Esta base da RO proscree ainda o uso de <ç> inicial, que foi substituído pela forma correta: <s>. Assim palavras como <çapato> passaram à sua forma correta: <sapato>.

As BAAO são mais completas neste tema, apresentando cento e dez exemplos para a distinção do uso destas letras. Nestes exemplos, a base especifica, por exemplo, que para a palavra <seïça> foram abolidas as grafias <ceïça> e <ceïssa>. Este ponto veio confirmar também a regra de que nunca se utilizaria <ç> em início de palavra. As BAAO determinaram ainda que, as palavras derivadas de outras que anteriormente seriam escritas erroneamente com <ç> inicial, tal como em <çaloio> e <assaloiado>, o <ç> no interior da palavra derivada também passaria a ser <ss>, ou seja, <saloio> e <assaloiado>. O AO mantém quase na íntegra a base das BAAO, embora tenha reduzido o número de exemplos para cento e sete e tenha eliminado a nota que fazia alusão ao uso de <ç> em

³⁵ A homofonia de alguns grafemas consonânticos é, aliás, o nome do título da terceira base do AO.

³⁶ O *Vocabulário*, conforme mencionado no Capítulo 3 da presente dissertação, seria um instrumento de apoio, que dava conta de todas as palavras da língua portuguesa, para ser consultado especificamente para cada palavra em caso de dúvida.

posição inicial e, em determinados casos, em posição medial, por ter origem numa forma errônea que apresentava o <ç> inicial – uma vez que esta regra deve se ter tornado clara e este detalhe tornou-se desnecessário.

As BAAO e o AO inovaram em relação à distinção das consoante homófonas <c>, <ç>, <s> e <x>, pois mencionaram também a distinção entre <s>, <x> e <z> no início, interior e fim de sílaba e <s>, <x> e <z> em fim de palavra, o que não aconteceu em 1911. As BAAO apresentam vinte e três exemplos de distinção para o primeiro caso (distinção entre <s>, <x> e <z> no início, interior e fim de sílaba), prevendo dois casos distintos: no fim de sílaba (mas não fim de palavra), o <x> passaria sempre a <s>, quando fosse precedido de <i> ou de <u>. Portanto, palavras como <mixto> passaram a <misto>. No caso de advérbios terminados em <-mente>, seria aceite o uso de <z>, como em <felizmente>. Nos demais casos, seria usado <s> e não <z>: <biscaia>, não <bizcaia>. Já para o uso de <s>, <x> e <z>, em fim de palavra, a base deu quarenta e oito exemplos de distinções, como <anis>, <fénix> e <matiz>. Para além dos exemplos, foi acrescentada uma anotação a ter em conta: no fim de palavra, nunca se utilizaria <z>, equivalente a <s> com valor fonético de [ʒ], em palavras não oxítonas. Para <s>, <z> e <x>, em interior de palavra, foram dados noventa e três exemplos. O AO também manteve na totalidade este ponto das BAAO.

A distinção entre a escrita com <ch> ou com <x>, na RO, ficou definida consoante a origem das palavras, origem essa que indica que <ch> corresponde a <cl>, <fl>, <pl> e <t'l> latinos e a <ch> francês e <x> corresponde a <x> e <s> latinos e a vocábulos de origem arábica (como <xeque>). As BAAO não fazem qualquer modificação a esta base, acrescentando apenas cinquenta e nove exemplos, que o AO mantém.

Ficou definido, na RO, que o grupo inicial <sc> seria mantido. Portanto, o <s> de palavras como <scena> e <scisma> seria mantido. Nem as BAAO, nem o AO, aludem a este grupo consonântico. Contudo, conforme Ribeiro (1997), em 1939, a Academia das Ciências de Lisboa comunicou à correspondente brasileira que tinha feito uma alteração ao nível deste grupo consonântico, retirando o <s> inicial. Esta modificação, no entanto, não consta em nenhuma base das BAAO e do AO.

A distinção entre <g> palatal e <j>, ambos com valor de [ʒ], é mencionada nas BAAO e no AO. Para esta distinção, as BAAO apresentam setenta e dois exemplos e o AO reduziu este número para setenta e um.

4.7. Ditongos

A décima terceira base da RO diz respeito aos ditongos orais, coincidente com a base com o mesmo número das BAAO e a sétima base do AO. Ora, a RO dá apenas conta de quais são os ditongos orais e quais são as escritas de ditongos abolidas por não serem consideradas corretas. Assim, em 1911, a escrita de ditongos orais, ou seja, [aj], [ɛj], [ej], [ɔj], [oj], [uj], [aw], [ɛw], [ew], [iw] e [ow], passou a ser, respetivamente, <ai>, <éi>, <ei>, <ói>, <oi>, <ui>, <au>, <éu>, <eu>, <iu> e <ou>. Para cada um deles são apresentados exemplos: <ensaio>, <batéis>, <bateis>, <sóis>, <sois>, <fui>, <pau>, <céu>, <viu> e <grou>. A escrita de ditongos como <ae>, <oe>, <eu>, <ao> e <eo> foi abolida.

As BAAO começaram por explicar que os ditongos orais poderiam ser tónicos ou átonos, distribuindo-se em dois grupos principais: aquele cuja semivogal é anterior, [j], e aquele que é posterior, [w]. Para o primeiro grupo, de [j], a base apresenta as seguintes grafias: <ai>, <ei>, <éi> (tónico), <èi> (átono), <oi>, <ói> (tónico), <òi> (átono) e <ui>, para os quais servem como exemplo as palavras <caixote>, <deveis>, <farnéis>, <farnèizinhos>, <goivo>, <lençóis>, <lençòizinhos> e <uivar>. O segundo grupo, de [w], é constituído pela grafia dos ditongos <au>, <eu>, <éu> (tónico), <èu> (átono), <iu>, <ou> (ditongo dialetal, caracterizado pela pronúncia do <o> fechado). A estes ditongos correspondem os exemplos <cacau>, <endeusar>, <ilhéu>, <ilhèuzito>, <mediu> e <regougar>. Portanto, as BAAO introduzem três novas grafias em relação à RO, caracterizadas por representarem ditongos que não pertencem à sílaba tónica de uma palavra: <èi>, <òi> e <èu>. Além do mais, este Tratado Ortográfico também recupera a escrita de <ae> e <ao> enquanto ditongos presentes nas palavras <Caetano> e suas derivadas e nos pronomes <ao> e <aos>. Esta base das BAAO define ainda três preceitos a serem cumpridos: a não existência da sequência vocálica grafada como <ue>, de modo que deveria ser sempre usado <ui> nas formas da segunda e da terceira pessoas do singular do presente do indicativo e da segunda pessoa do singular do imperativo dos verbos terminados em <-uir>. Portanto, as seguintes palavras seriam

escritas desta forma: <constituis>, <influi> e <retribui>, bem como outras palavras como <azuis>, <Rui>... Foi considerado que a escrita de <ui> estabeleceu um paralelo gráfico-fonético com as formas da segunda e da terceira pessoas do singular do presente do indicativo e da segunda pessoa do singular do imperativo dos verbos terminados em <-air> e <-oer>, tal como em <atrais>, <sai>, <móis> e <remói>. O segundo preceito diz respeito ao facto de o ditongo representado por <ui> representar a união de um [u] com um [i] átono seguinte em palavras com origem no Latim, como <fluido> e <gratuito>. Contudo, em palavras derivadas destas, como <fluídico> e <fluidez> (derivadas de <fluido>), o <u> pode ser separado do <i> aquando de uma divisão silábica. Por fim, o terceiro preceito diz respeito aos ditongos orais cuja última vogal é crescente (e não uma semivogal), escritos com <ea>, <eo>, <ia>, <ie>, <io>, <ao>, <ua>, <eu> e <uo>. As palavras <áurea>, <áureo>, <colónia>, <espécie>, <exímio>, <mágoa>, <míngua>, <ténue> e <tríduo> são dadas como exemplos na base.

Já o AO definiu que os ditongos orais pertencem a dois grupos, tal como foi definido pelas BAAO, consoante a semivogal fosse [j] ou [w]. Portanto, ao primeiro grupo pertencem os ditongos [aj], [ɐj], [ɔj], [oj], [uj], [ej]. A base mencionou as grafias de <ai>, <ei>, <éi> e <ui>, como representam as palavras <braçais>, <deveis>, <farnéis> e <tafuis>. Ao segundo grupo pertencem [aw], [ew], [ɛw], [iw] e [ow], representados graficamente por <au>, <eu>, <éu>, <iu> e <ou>, correspondendo às palavras <cacau>, <deu>, <ilhéu>, <mediu> e <passou>. Portanto, relativamente às BAAO, o AO eliminou as grafias <èi>, <òi> e <èu>, retomando a escrita de ditongos estabelecida em 1911. É de notar também que, no grupo de ditongos cuja semivogal é [j], o AO não contempla as grafias <oi> e <ói>, embora apresente dois exemplos para estes casos: <goivo> e <lencóis>. Apesar de recuperar a escrita dos onze ditongos estabelecida em 1911, as três observações que as BAAO referem relativamente aos ditongos orais são mantidas: a grafia <ui>, em vez da forma errónea <ue>, em determinadas formas verbais e outras palavras; a grafia <ui> como resultado da junção de <u> e <i> de certas palavras latinas, mesmo quando não formassem ditongo; e a escrita de ditongos crescentes.

A escrita de ditongos nasais é contemplada na décima quarta base da RO. O início da base dá a conhecer a escrita dos ditongos nasais: <ãe> para [ɛ̃], (<ens>, no plural)

para [ẽj], <õe> para [õj] e <ão> para [ẽw̃], sendo os exemplos: <mãe>, <bem>, <põe> e <mão>; no plural, acrescentando <-s> (exceto em <bem>/<bens>), obtém-se <mães>, <pões> e <mãos>. Os casos especiais começam com a distinção entre as formas <ão> e <am>³⁷. Neste caso, dita a regra que <am> seja usado nas formas verbais cuja terminação é átona, como em <louvaram> (terceira pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do verbo <louvar>). <Louvarão>, por sua vez, remete para o tempo verbal futuro do indicativo do verbo <louvar>. Em relação ao ditongo [ẽj], representado por , passa a ser escrito com acento circunflexo nos casos em que é polissílabo com a última sílaba predominante. Desta forma, <contêm>, forma do verbo <conter>, passa a distinguir-se de <contem>, do verbo <contar>. No mesmo sentido, palavras como <armazêm>, <vintêm> e <alguêm>, por exemplo, passam a ser escritas com acento circunflexo, apesar de o ditongo não ser repetido. Outras palavras, cuja sílaba tônica não corresponde a este ditongo nasal, como <viagem> e <origem>, não recebem acento. A RO faz ainda referência aos monossílabos que terminam em ditongo nasal, que passam a dispensar acentuação gráfica, como <bem> e <tem> (e suas formas do plural). Assim, estas palavras passaram a estar em congruência com outros monossílabos que terminam com vogal nasal, das quais <fim> e <som> são exemplos. Por fim, este Tratado Ortográfico faz ainda referência ao ditongo [ũj], de <muito>, que dispensa o uso de til.

As BAAO, como foi visto, distinguem no mesmo momento a grafia de ditongos orais e nasais. Relativamente aos ditongos nasais, a base refere que estes podem ser tónicos ou átonos, inovando em relação à RO. Em termos gráficos, esta distinção corresponde a um conjunto de ditongos escritos com til e subjuntiva vocálica³⁸ e outro conjunto escrito com vogal e consoante nasal. Do primeiro grupo, portanto, fazem parte os ditongos [ẽj], [ẽĩ], [ẽw̃] e [õj], sendo as palavras <mãe>, <cãibra>, <mão> e <Camões> exemplos, respetivamente, de cada uma destas formas. É considerado ainda o ditongo [ũj], de <muito>. Do segundo grupo (dos ditongos átonos) fazem parte os ditongos [ẽw], representado por <am> e [ẽj], representado por . A grafia <am> é usada apenas em

³⁷ Na verdade, a grafia de <am> representa um ditongo nasal diferente: [ẽw]. Embora a distinção dos ditongos não seja apontada na base, a RO entende que há uma diferença fonética entre as palavras que dá como exemplos, como se percebe pelas duas soluções ortográficas que apresenta nos casos especiais: <am> e <ão>.

³⁸ Semivogal, na terminologia do AO de 1990.

formas de flexões verbais, onde nunca pode ser substituída por <ão> (exemplo: <amam>). A grafia , que pode representar o ditongo na sua forma átona ou tónica, emprega-se em diversas categorias de palavras. A sua forma pode variar consoante a sua posição, acentuação ou por ambos os fatores conjugados: <bem>, <enfim> (com a grafia <en>), <mantêm> (com til, por se tratar de um ditongo duplicado) e <vintènzinho> (com acento grave <èn>).

O AO não altera em nada a base das BAAO, referindo apenas em relação ao ditongo [ũ] o exemplo <ruim>, indicando também que a grafia deste ditongo não faz uso de til.

A principal diferença entre os três tratados é que o primeiro não faz a mesma subdivisão do segundo e do terceiro. Em 1945 e 1990, as representações gráficas de <am> e passam a pertencer ao grupo que se escreve com a letra que representa a vogal, seguida de consoante nasal, mas, em 1911, estas grafias foram mencionadas nos casos excecionais à regra dos ditongos nasais descritos no início do parágrafo.

Seguindo o tema anterior, a RO também refere a grafia de vogais nasais finais. Assim, começa por determinar a sua grafia: <ã> (no plural <ãs>), <im> (<ins>), <om> (<ons>) e <um> (<uns>). Para cada um dos casos é dado um exemplo: <lã> (<lãs>), <fim> (<fins>), <som> (<sons>) e <jejum> (<jejuns>). Em relação ao interior de palavra, a RO define que a nasalidade é representada pela letra <m>, quando se encontra antes de , <p> ou <m>. Nos demais casos, é usada a letra <n>, por estar convencionada pelo uso. A base reforça ainda que não devem ser feitas exceções a esta regra. A título de exemplo, a base refere as palavras <circunstância> e <circunscrever>, que são escritas com <n> e não com <m>.

Nas BAAO são estabelecidos alguns preceitos para além dos apresentados na RO. O primeiro indica que, quando uma vogal nasal tem uma vogal que a segue, a nasal deve receber um til: <ãatá>. O segundo indica que, quando uma vogal nasal se encontra em fim de palavra, ou no fim de uma das partes de uma palavra composta por hífen, se esta for de timbre [ẽ] recebe til; se for qualquer outro timbre e termina a palavra, a nasalidade é representada por <m>; e se for de qualquer outro timbre, mas for seguida de <s>, a nasalidade é representada por <n>. Assim, são exemplos as palavras: <lã>, <Grã-Bretanha>, <clarim> e <flautins>, respetivamente, para cada um dos casos. Por fim, o terceiro preceito

indica que, quando um vocábulo terminado em vogal nasal, cuja nasalidade está representada por til, é associado ao sufixo <-mente> nos advérbios de modo, o til e a vogal mantêm-se, como em <irmãmente> e <romãzeira>. Quando se trata dos prefixos <in-> e <en->³⁹, adicionados a vocábulos que começam com <m> ou <n>, mantêm-se apenas um <m> ou um <n>. São exemplos as palavras <imergir>, de <emergir>, e <enegrecer> (sendo incorretas as formas <immergir> e <ennegrecer>).

O AO apenas refere dois preceitos: o primeiro faz referência, como acontece em 1945, à vogal nasal em fim de palavra ou no fim de um elemento constituinte de palavra composta por hífen, cuja nasalidade é representada por til nas vogais de timbre [ẽ], por <m> noutros timbres e ainda por <n>, quando é seguida por <s>, também noutros timbres: <afã>, <sã-braseiro>, <tom> e <semitons> são, respetivamente, exemplos. O segundo preceito refere apenas que os vocábulos terminados em <-ã> transmitem a representação de nasalidade aos advérbios de modo, quando são associados ao sufixo <-mente>: <cristãmente>, <manhãzinha>.

As bases dos três tratados mudaram entre si. As BAAO, para clarificar alguns detalhes menos explícitos em 1911, acrescentaram os três preceitos referidos anteriormente. O AO, por sua vez, encurtou os preceitos das BAAO, não fazendo qualquer alusão ao primeiro destes (o que refere vogais nasais que antecedem outras vogais) e, relativamente ao terceiro preceito, não refere o uso de prefixos associados a palavras que iniciem por <m> ou <n>, como em <inato> e <emagrecer>.

As tabelas 3 e 4 dão conta das principais alterações entre os três tratados, sendo a primeira relativa aos ditongos orais e a segunda relativa aos ditongos nasais.

³⁹ As BAAO referem que este <en-> é diferente do elemento <en> que está presente em palavras como <enfim> e <enquanto>, cuja origem está na preposição e não no sufixo.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
Escrita de ditongos orais como <ai>, <éi>, <ei>, <ói>, <oi>, <ui>, <au>, <éu>, <eu>, <iu> e <ou>	Introdução da escrita de <èi>, <òì> e <èu>, quando os ditongos fossem átonos; Recuperação de <ae>, <ao>, <aos>; Inclusão de ditongos orais com a última vogal crescente: <ea>, <eo>, <ia>, <ie>, <io>, <ao>, <ua>, <eu> e <uo>.	Abolição da escrita de ditongos átonos como <èi>, <òì> e <èu>;

Tabela 3: Principais alterações na escrita de ditongos orais.

RO de 1911	BAAO de 1945
<ãe>, <õe>, <ão> (no plural acrescenta-se <-s>); (no plural <ens>).	Inclusão da escrita de <ãi>, e <ui>.

Tabela 4: Principais alterações na escrita de ditongos nasais.

4.8. <e> e <i> com valor de [i]

Segundo a RO, o <e> inicial átono, com valor de [i], é conservado em muitos vocábulos, como são exemplos <erguer>, <evitar> e <elogio>. Em palavras onde o <e>, com valor de [i] átono, surge antes de uma vogal, este é mantido, caso seja justificado pela etimologia ou por analogia: <meada> e <reagente> são dois exemplos. Contudo, deveria substituído noutras palavras por <i>, como em <igual>, <idade> e <igreja>. Esta substituição devolveu a estas palavras a grafia tiveram em séculos anteriores, vindo o mesmo a acontecer com <pior>, <lial> e <rial>⁴⁰. Esta mudança foi inclusivamente justificada pelo facto de palavras como <rial> e <real> se distinguirem entre si por o significado da primeira remeter para a realeza e a segunda para algo que existe, que é verdadeiro.

Em relação aos verbos e às suas conjugações, foi estabelecido que o verbo <criar> seria escrito com <i>, em congruência com a sua própria conjugação: <crio>, <crias>. A

⁴⁰ Estas palavras, num Português arcaico, seriam grafadas como <peior>, <leial> e <reial>. Posteriormente, o [ei] latino perdeu foneticamente o seu primeiro elemento, transformando-se em [i], o que provocou, por sua vez, a alteração ortográfica das palavras que tinham um [ei] latino na sua origem.

grafia deste verbo e das suas conjugações é diferente, portanto, de <crer>, que se conjuga como <creio>. Seguindo a coerência das conjugações verbais, o verbo <recrear> é escrito com <e>, por a sua conjugação conter um [ej] fonético e um <ei> gráfico, como em <recreio>. No sentido inverso, outros verbos, tais como <alumiar> e <aviar>, representam a vogal temática como <i>, por as suas conjugações serem como <alumio> e <avio>. Verbos como <ansiar>, <negociar>, <obsequiar>, <premiar>, <odiar> e <remediar> tinham na sua origem um <e> átono, com valor de [i]. Em 1911 tinham perdido a grafia com <e> por, neste período, a grafia com <i> já estar consagrada pelo uso. A RO, contudo, sublinhou que outros verbos do mesmo género que, nesta época, ainda fossem escritos com <e>, não deveriam passar a ser escritos erroneamente com <i>. O tratado menciona outros verbos cuja conjugação não estaria estável, no sentido em que muitos falantes não a sabiam fazer, resultando em grafias diferentes para uma mesma palavra. Um destes verbos era <sentenciar>, que muitos escreviam a conjugação como <sentencio>, mas que, em 1911, segundo a própria Reforma Ortográfica (1911), o correto seria <sentenceio>. A RO dá ainda conta de que os nomes, provenientes dos verbos que sofreram a transformação consagrada pelo uso, não deveriam ser afetados por esta mudança. Assim, <negócio>, de <negociar>, não seria <negóceio>, bem como <odioso>, de <odiar>, não seria <odeioso>.

Nas BAAO, a distinção entre a grafia com <e> ou com <i>, em sílaba átona, surge em conjunto com a distinção entre a escrita com <o> ou com <u>, também em sílaba átona. As BAAO começam por referir que a distinção da grafia com <e> ou <i> e <o> ou <u> tem por base a etimologia das palavras, explicando que a consulta do Vocabulário seria indispensável para evitar erros ortográficos⁴¹.

Para o uso da grafia de <e> são apresentados trinta exemplos e para <i> são apresentados trinta e seis. Para simplificar, as BAAO dão conta de cinco parâmetros para ajudar na distinção no uso de cada um dos casos. O primeiro indica que se escreve com <e>, antes de sílaba tónica, todos os nomes e adjetivos que derivam de outros nomes terminados em <eio> e <eia>: é o exemplo de <aldeola>, derivado de <aldeia>; <areal>, de <areia>, entre outros. O segundo continua com o uso de <e>, também antes de vogal ou

⁴¹ A grafia destas palavras foi fixada em virtude de fatores etimológicos e fonético-históricos, portanto nem sempre os utilizadores do Português teriam acesso e conhecimento dos fatores que afetaram estas palavras.

antes de ditongo de uma sílaba tónica, em palavras derivadas de outras que terminam em <e> acentuado ou num antigo hiato (<ea> e <ee>): <guineense>, de <Guiné>; <poleeiro>, de <polé>. Já o terceiro refere o uso de <i>, antes de sílaba tónica, nos adjetivos e nomes derivados, quando lhes são associados os sufixos <-ano> ou <-ense>, tendo este <i> origem analógica⁴²: <camoniano>, <torriano>, entre outros. O quarto preceito diz respeito à distinção do uso de <io> e <ia> átonos (e não dos erróneos <eo> e <ea>, como é sublinhado na base), em palavras que constituem variações de outros nomes terminados em vogal: <cúmio>, de <cume>; <réstia>, de <reste>, entre outros. Em relação a verbos, tema do quinto preceito, as BAAO explicam que os terminados em <-ear> distinguem-se dos terminados em <-iar>, em virtude da sua formação, conjugação e formação. Ao grupo de <-ear> correspondem os verbos cuja origem está em nomes terminados em <-eio> e <-eia>, independentemente da sua etimologia: <aldear>, de <aldeia>; <cear>, de <ceia>. Ao segundo grupo correspondem os verbos cuja flexão é rizotónica⁴³ em <-eio>, <-eias>, com a exceção daqueles que são derivados de nomes cuja terminação é <-ia> ou <-io> átonos (como <cear>, derivado de <ceia>): <delinear>, <falsear>, <nomear>, são alguns dos exemplos.

O AO, na sua quinta base, junta as considerações sobre a distinção entre a grafia de <e> e <i> átonos e <o> e <u>, tal como acontece nas BAAO. A maioria da base reitera o que fora definido em 1945, apresentando inclusivamente os cinco preceitos acerca destas vogais átonas. Contudo, o quinto preceito, relativo ao uso dos verbos terminados em <-ear> e <-iar>, as bases divergem. Assim, o AO indica que os verbos terminados em <-ear> são derivados de palavras terminadas em <-eio> e <-eia>. Já os verbos terminados em <-iar> são aqueles com flexões rizotónicas. A diferença em relação às BAAO está no facto do AO explicar que há verbos terminados em <-iar> que derivam de nomes cuja terminação é <-ia> ou <-io> átonos e que estes verbos admitem variantes na conjugação – algo que em 1945 é apresentado com alguns exemplos, mas não são indicadas quais são

⁴² Outros finais de palavras eram constituídas por <-ano> e <-ense>, mas sempre precedidos por <-i>: <italiano>, <horaciano>. Seguindo a mesma lógica, foi acrescentado sempre um <-i> nos demais casos.

⁴³ Formas verbais cuja sílaba tónica é a última do radical.

as variações que estes verbos podem ter nas conjugações: <negoceio>, de <negócio>⁴⁴ (do verbo <negociar>).

A RO, na sua décima sétima base, referiu o uso de <s> antes de uma consoante surda ou em posição final. O problema levantado por esta base, e que não é desenvolvido nos tratados seguintes, é o facto de no sul de Portugal esta consoante surda poder confundir a grafia com <e> ou <i>. Segundo a RO, esta zona do país caracteriza-se por a pronúncia de <s>, antes de consoante surda e em posição final, soar a [ʃ] ou, antes de uma consoante sonora, soar a [ʒ]. Em virtude destas condições fonéticas, [ɨ] e [i], antes de um <s> seguido de consoante surda, tornam-se semelhantes. Como tal, palavras como <pescar> e <piscar>, como a base exemplifica, soam da mesma forma: [piʃˈkar]. Esta troca, conforme continua a explicar esta base da RO, ao poder provocar uma mudança gráfica, também poderia alterar o significado de uma determinada mensagem que o falante queria transmitir. Isto é, em palavras como <discrição> e <descrição>, a troca gráfica do <e> e do <i> implica uma mudança do significado: a primeira palavra refere a propriedade de ser discreto, reservado, enquanto a segunda se refere ao resultado do ato de descrever algo ou alguém. A RO aconselha, portanto, à regulação da ortografia de palavras como estas no sul do país, onde os falantes deveriam ter uma atenção especial a vocábulos derivados destas palavras, para facilitar a distinção do seu uso.

O Tratado Ortográfico de 1911 menciona ainda o uso de <e> átono e o uso de <e> fechado antes de consoante palatal⁴⁵. Em relação ao uso de <e> átono, a RO esclarece que se deve verificar para a palavra de onde o vocábulo deriva, para se saber se a grafia é com <e> ou com <i>. Assim, conforme os exemplos, <lenheiro>, proveniente de <lenha>, é grafado com <e>; <linheiro>, de <linho>, é grafado com <i>.

Relativamente a <e>, foneticamente realizado como [e], a RO teve em conta que no centro do país esta vogal era proferida como [ɐ], uma tendência fonética que se encontrava a estender-se pelo país, em 1911. <cereja>, por exemplo, foneticamente seria [sireʒɐ], nesta zona do país. Antes de consoantes nasais, ou seja, antes de [m], [n] e [ɲ]

⁴⁴ Em 1911, como foi visto, fora mencionado que, apesar da conjugação irregular estabelecida pelo uso, palavras como <negócio> não deveriam ser alteradas. A RO explicou que esta variação da conjugação de verbos terminados em <-iar> foi consagrada pelo uso dos falantes.

⁴⁵ Ou seja, antes de [ʎ] (graficamente <lh>) e de [ɲ] (graficamente <nh>). São também consideradas [ʃ] (graficamente <ch> ou <x>) e [ʒ] (graficamente <j>), apesar de serem consoantes pós-alveolares.

(graficamente <m>, <n> e <nh>), este <e> gráfico também era proferido como [ɐ], originando a confusão entre palavras como <lenho>, de madeira, e <lanho>, de golpe, foneticamente idênticas. A diferença ortográfica, uma vez mais, foi considerada essencial, para indicar na grafia a dissemelhança semântica entre as palavras. Para facilitar a distinção de qual grafema a utilizar, a RO volta a indicar que se deveria observar palavras derivadas dos vocábulos duvidosos.

4.9. <o> e <u> com valor de [u]

A vigésima base da RO diz respeito ao uso de <o> átono com valor de [u]. Este Tratado Ortográfico define que se mantém a escrita de <o> átono, com valor de [u], em todas as posições de palavra, quer este proviesse por analogia ou por etimologia: <formosura> e <monumento> são dois exemplos para os dois casos, respetivamente. Para todos os vocábulos duvidosos, a RO dá a indicação de que se deve consultar o Vocabulário. O desenvolvimento da base apresenta algumas regras para a distinção dos dois usos. Quando o <o> átono se encontra antes de vogal, como nas palavras <mágoa>, o falante deve observar os verbos que correspondem a estes nomes, como <magoar> (neste caso), que indicam a escrita correta. Outros verbos, cuja conjugação não estaria regulada, como <aguar>, seriam grafados preferencialmente com <u>. Outras palavras, como <água> e <régua>, seriam escritas com <u>. A RO explica que, num Português arcaico, a leitura de <u> confundiu-se, por vezes, com <v>, pois, nos séculos anteriores, os grafemas <u> e o <v> ainda não correspondiam, de forma sistemática, a fonemas distintos. Logo, anteriormente, o fonema [u] era grafado com <o> para evitar o erro de leitura de <u> com [v]. Contudo, em 1911, o uso já tinha definido claramente a distinção entre <u> e <v>, portanto não era necessário que estas palavras continuassem a ser escritas com <o>. No mesmo sentido, deixou de ser necessário escrever <h>, antes de <u>, para indicar que este era uma vogal e não um <v>. Palavras como <uivar> e <ia> seriam escritas, anteriormente, portanto, como <huivar> e <hia>⁴⁶.

⁴⁶ Esta questão do <h> também aconteceu com <i>, cuja grafia poderia ser confundida com <j>. O <h>, neste caso, também servia para indicar que esta era a vogal <i> e não a consoante <j>.

As BAAO apresentam trinta e quatro exemplos de palavras grafadas com < o > e trinta com < u >. Tal como aconteceu para < e > e < i >, também esta distinção entre < o > e < u > foi estabelecida segundo critérios etimológicos ou fonético-históricos. Para auxiliar nesta diferenciação foram apresentados dois critérios que podem ser aplicados nalgumas palavras (contudo, em último caso, a consulta do Vocabulário indicaria a forma correta destas palavras). O primeiro critério assinala que não é possível usar < u > no fim de palavras com origem latina. Assim, < tribo > é a forma correta e não < tríbu >, por exemplo. Já o segundo critério refere que os verbos terminados em < -oar > e < -uar > distinguem-se entre si pelas suas conjugações, nas formas rizotónicas, uma vez que os verbos terminados em < -oar > têm < o > na sílaba acentuada, como < abençoó >, < abençoas >, de < abençoar >.

Comparativamente às BAAO, o AO só inova quando indica a palavra < acentuar > como um exemplo de um verbo com terminação em < -uar >, cuja conjugação é < acentuo >, < acentuas >.

A RO distinguiu também o uso de < ô > e < ou >, referindo que, no centro de Portugal, a distinção fonética correspondente às duas formas gráficas não era realizada. Contudo, as duas grafias eram válidas por razões históricas e por, noutras zonas do país, esta distinção ocorrer foneticamente. Além do mais, a RO defendeu que a grafia < ou > conservava o valor que lhe era próprio, portanto, [ou]; < ô > tinha, em certos casos, valor de [u] em sílabas átonas. Assim, o tratado mostra a diferença entre < roubo > e < roubar >, em que o < ou >, nas duas palavras, não altera o seu valor de [ou], ao passo que entre as palavras < rogar > e < rôgo > havia uma diferença entre o < o >, na primeira palavra, com valor de [u], e o < ô >, na segunda palavra, com valor de [o]. A base mostra ainda duas palavras que perderam o seu [o], do elemento [ou], transformando-se em [u], refletindo-se graficamente num < o > com valor de [u]: < apoquentar > e < aposentar > seriam, num Português arcaico, < apouquentar > e < apousentar >.

Em 1911 é ainda referido que a forma gráfica < ou > alternava muitas vezes com a forma < oi >, sobretudo quando estas duas formas se encontravam antes de < r > ou de < s >, sendo as duas grafias aceites. Exemplo disso são palavras < oiro > e < ouro >, < couse > e < coisa >, cuja ortografia é considerada correta das duas formas. Contudo, em formas verbais, na terceira pessoa do singular do pretérito, assim como noutras palavras, como

«coube», «soube», «outro», «roubo», não seria aceitável trocar a forma «ou» por «oi». A RO salientou ainda que seria errado escrever «poude», em vez de «pude» ou de «pôde» (formas do verbo «poder»), uma vez que a origem deste verbo é diferente da origem de «coube» e «soube» (verbos «caber» e «saber»).

4.10. Acentuação gráfica

A RO começa a tratar o tema da acentuação gráfica na sua vigésima segunda base. As BAAO, por sua vez, não fazem uma introdução a este tema, referindo pela primeira vez o uso do acento agudo a par com o tratamento do tema dos ditongos. O AO, por fim, inclui sete bases referentes à acentuação gráfica. Cada uma destas bases tem um título que remete para o tema em questão. Por não existir uma linearidade entre os três tratados ortográficos em relação a este tema, a ordem seguida na presente dissertação para expor as considerações acerca da acentuação gráfica é a mesma que surge no AO⁴⁷.

4.10.1. Acentuação gráfica em palavras oxítonas

A RO começa por referir que as palavras terminadas nas vogais «-a», «-e» e «-o» tónicas, «-em» (ou «-ens») e todos os monossílabos recebem acento agudo ou circunflexo (consoante os casos): «alvará», «maré», «avó» («avô»), «vintém» («vinténs»), «pá», «sé» e «só». Porém, todos os monossílabos terminados em «-em» («-ens», no plural) não recebem acento: «bem», «tens». São também dados exemplos de palavras que usam o sinal diacrítico til «~» para marcar a última sílaba como sendo tónica: «cidadão», «escrivão», «mãe», entre outros.

As palavras terminadas em «-i», «-u», vogal nasal, ditongo ou consoante, são entendidas como tendo a sílaba tónica na última posição, dispensando por isso acentuação gráfica: «javali», «atum» e «painel» são exemplos destes casos⁴⁸. Contudo, como foi

⁴⁷ A décima base do AO intitula-se *Da acentuação das vogais tónicas grafadas «i» e «u» das palavras oxítonas e paroxítonas*. Na presente dissertação, esta base será considerada nos pontos 4.10.1 e 4.10.2, não constituindo um ponto específico para tratar as considerações acerca deste tipo de acentuação, ao contrário do que acontece no AO.

⁴⁸ No sentido contrário, palavras como «quási» (palavra terminada na vogal [i]), «álbum» (terminada na vogal nasal [ũ]), «bem» (terminada no ditongo [ɐj]), «fácil» (terminada em consoante, [l]), «mártir»

referido anteriormente, as palavras terminadas no ditongo [ɛj], graficamente representadas por <-em>, são uma exceção, recebendo acento, como é exemplo a palavra <vintém>. No caso de <i> ou <u> não serem a última letra de uma palavra, estando seguidas por uma consoante (exceto <s>), mas sendo a vogal tónica do vocábulo (e este ser, por sua vez, oxítono por estas vogais), a RO definiu que estas palavras não iriam receber acento gráfico: <raiz>, <sair>. Quando as vogais <i> e <u> constituíssem uma sílaba átona (foneticamente, como se sabe, [i] e [u]) numa palavra oxítona, a RO definiu a sua marcação com acento grave, para indicar a tonicidade destas vogais: <saùdar>, <faiàscar>. Ainda dentro das exceções, a RO indica que os ditongos [ɛj], [ɔj] e [ɛw], graficamente <éi>, <ói> e <éu>, seriam acentuados por a sua tonicidade ser aberta, em contraste com os ditongos [ej], [oj] e [ew], que são fechados e, por isso, dispensam o uso de acento. Esta é a distinção entre <batéis> (foneticamente [bɛtɛiʃ]), plural de <batel>, e <bateis> (foneticamente [bɛtɛiʃ]), conjugação do verbo <bater>.

Inovando em relação à RO, as BAAO referem que as palavras oxítonas terminadas nas vogais <-i> ou <-u>, quando precedidas, por sua vez, por vogal, mas que não formassem com estas um ditongo, e prosseguidas por uma consoante final que fosse <-l>, <-m>, <-n>, <-r> ou <-z>⁴⁹, prescindiam acentuação gráfica: <ruim>, <adail>, <influir>; assim como também prescindiam de acentuação, os ditongos <ui> e <iu>, quando fossem antecidos por uma vogal: <atraiu>, <influiu>.

As formas monossilábicas verbais também merecem uma menção especial nas BAAO. Fica assente que formas como <têm> e <vêm> se distinguem graficamente das formas <tem> e <vem>, com acento circunflexo, por também representarem valores fonéticos diferentes: [têjêj] por oposição a [tɛj], [vêjêj] por oposição a [vɛj], respetivamente. No mesmo sentido, formas verbais no plural como <contêm>, <mantêm> (dos verbos <conter> e <manter>), também passaram ser marcadas com acento circunflexo na sílaba tónica⁵⁰, distinguindo-se de <contém> e <mantém>, no singular, com acento agudo, por não conterem uma duplicação do ditongo.

(terminada em consoante, [r]), entre outras, apesar das suas terminações, não têm sílaba tónica oxítona, logo, não recebem acentuação gráfica em fim de palavra.

⁴⁹ Ou prosseguidas por <-nh>, mas apenas em palavras paroxítonas, como <rainha>.

⁵⁰ Estas palavras, contudo, são foneticamente paroxítonas, enquanto as suas formas sem duplicação de ditongo são oxítonas.

Outro caso referido pelas BAAO em relação ao acento circunflexo é sobre a sua aplicação na distinção de formas oxítonas homógrafas, mas heterofónicas. Esta distinção é salvaguardada apenas para dois casos: quando uma palavra com vogal tónica fechada é homógrafa de uma palavra sem acentuação própria. Por exemplo, a palavra <coa>, flexão do verbo <coar>, era homógrafa com a palavra <coa>, junção da preposição <com> com o determinante <a>. As duas palavras eram distinguidas devido ao acento circunflexo, quando uma flexão de uma determinada palavra, com vogal tónica fechada, é homógrafa de outra flexão da mesma palavra, mas em que a vogal tónica soa aberta. Defendendo esta alteração, as BAAO assentam na base que todas as palavras que pudessem distinguir-se na pronúncia não necessitavam de ser distinguidas na ortografia.

Em relação aos tratados anteriores, o AO acrescenta várias anotações relativamente à acentuação gráfica em palavras oxítonas. A primeira destas é relativa ao uso de acento agudo em palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas abertas grafadas com <-a>, <-e> e <-o>. O AO acrescenta algumas exceções a esta regra, neste caso, nas palavras provenientes do Francês, em que a vogal tónica poderia ser pronunciada fechada em algumas variedades do Português. Assim, este Tratado Ortográfico, como se sabe, para evitar escolher uma variedade da língua portuguesa em detrimento de outras, em determinados pontos polémicos ortográficos, incluiu nas suas asserções a dupla grafia oficial. Portanto, palavras como <bebé>, no Português Europeu, têm a vogal tónica aberta, [ɛ], enquanto no Português do Brasil têm a vogal tónica fechada, [e], grafando-se com acento circunflexo: <bebê>. Esta base do AO oferece catorze exemplos de dupla grafia com acento agudo ou acento circunflexo.

Em 1990 há também menção a palavras oxítonas, neste caso, verbos, conjugados com os pronomes clíticos <-lo> e <-la>, que recebem acento agudo na vogal tónica, neste caso, <a>, foneticamente [a], que assimila a consoante final (<-r>, <-s> ou <-z>) do verbo em questão, tornando-se aberta: <adorá-lo>, <dá-las>, <fá-lo>. Já o caso de formas verbais terminadas nas vogais <-e> ou <-o> tónicas fechadas, foneticamente [e] e [o], conjugadas com os pronomes clíticos <-lo> e <-la>, recebem acento circunflexo, também por assimilação da consoante final (que pode ser, como anteriormente, <-r>, <-s> ou <-z>): <fê-lo>, <pô-la>, <detê-la>.

Relativamente a palavras com terminação num ditongo aberto grafado em <-éi>, <-éu> ou <-ói>, estas também receberiam acento agudo nesta sílaba tónica, como de resto é definido em 1911. Contudo, o AO detalha que estes ditongos podiam ser seguidos por <-s> e receberiam igualmente acento agudo: <papéis>, <véus>, <heróis>⁵¹.

O AO menciona também o uso de acento circunflexo para marcar a vogal tónica fechada de palavras terminadas em <-e> ou <-o> (podendo ser seguidas por <-s>): <cortês>, <lê>, <avô>.

Uma das principais alterações do AO em relação às BAAO foi a dispensa do uso de acento circunflexo em palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas. O Tratado Ortográfico de 1945 tinha eliminado da ortografia muitos destes acentos, mas manteve duas premissas que permitiam a sua manutenção: quando uma palavra com vogal tónica fechada fosse homógrafa de uma palavra sem acentuação própria e quando uma flexão de uma determinada palavra, com vogal tónica fechada, fosse homógrafa de outra flexão da mesma palavra, mas em que a vogal tónica soasse aberta. Palavras como <cor> (nome, [kor]) e <cor> (parte da locução <de cor>, [kɔr]), <colher> (nome, [kuʎɐr]) e <colher> (verbo, [kuʎɐr]) perderam a sua distinção em virtude da acentuação gráfica. O AO apenas permite a manutenção do acento na forma <pôr> (verbo), distinguindo-se de <por> (preposição).

Relativamente às vogais tónicas <i> e <u>, segundo o AO, quando pertencentes à última sílaba de uma palavra, recebem acento agudo se forem antecedidas por outra vogal, com a qual não formem ditongo, e, caso sejam seguidas por uma consoante, também não formem sílaba com esta (exceto <-s>): <atraí>, <baú>, <país>⁵². Fazendo parte de formas verbais (<-air> e <-uir>) conjugadas com pronomes clíticos, conforme foi visto para o caso de <a> [a], <e> [e] e <o> [o], quando são também unidos a estes pronomes, estas consoantes recebem acento: <atraí-lo>, <possuí-la>.

Os verbos <arguir> e <redarguir> dispensam uma atenção especial do AO, que afirma que estes verbos dispensam acento agudo na sua vogal tónica <u>, nas formas rizotónicas, como em <arguo>, <redarguo>. Porém, a acentuação gráfica de verbos como

⁵¹ Este detalhe, embora não surja explicitado na RO, pode ser interpretado pelos exemplos dados: <batéis> e <bateis>. O ditongo graficamente representado por <éi>, em <batéis>, surge seguido por <-s> e é igualmente acentuado.

⁵² As BAAO, como foi visto, apresentam esta indicação da forma inversa, indicando as condições em que estas vogais não recebem acento em palavras oxítonas.

«*aguar*», «*apaziguar*», «*desaguar*», «*delinquir*», é considerada dúbia por existirem dois paradigmas para estes casos: o caso em que as formas rizotónicas, com a vogal «*u*» aberta, em que a abertura não é representada graficamente com acento, como em «*averiguo*», «*delinqui*»; o caso em que as formas rizotónicas acentuadas fónica e graficamente em «*a*» ou «*i*», dos radicais, como em «*averígua*», «*delínque*» (que passam a paroxítonas).

Por fim, o Tratado Ortográfico de 1990 indica que é aplicado acento agudo a estas vogais («*i*» e «*u*»), em fim de palavra, quando precedidas por um ditongo e, caso fossem seguidas por um «*-s*», mantinham este sinal diacrítico: «*teiú*», «*teiús*». Porém, no caso de serem precedidas por um ditongo, mas serem seguidas por uma consoante que não «*-s*», não continham acentuação gráfica: «*cauim*». Por fim, o acento agudo também não seria aplicado nas palavras terminadas nos ditongos «*-iu*» e «*-ui*», quando estes estivessem precedidos por uma vogal: «*distraiu*».

Na tabela 5 encontram-se resumidas as principais diferenças no uso de acentos em palavras oxítonas. Uma vez que a acentuação foi simplificada, gradualmente, entre os três tratados, subentende-se que as alterações previstas pelas BAAO se referem a palavras acentuadas graficamente na RO e as alterações do AO abrangem palavras acentuadas graficamente segundo as BAAO.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
Palavras terminadas nas vogais <-a>, <-e> e <-o> tónicas, <-em> (ou <-ens>) e todos os monossílabos recebiam acento agudo ou circunflexo; as vogais <i> e <u>, quando constituíssem uma sílaba átona, seriam marcadas com acento grave; os ditongos <éi>, <ói> e <éu> eram acentuados por a sua tonicidade ser aberta.	Palavras em <-i> ou <-u>, precedidas por vogal, sem formar ditongo, prosseguidas por <-l>, <-m>, <-n>, <-r> ou <-z>, e os ditongos <ui> e <iu>, prescindiram de acentuação gráfica; uso de acento circunflexo em palavras homógrafas, mas heterofónicas, apenas quando uma palavra com vogal tónica fechada fosse homógrafa de outra sem acento.	Quando a vogal tónica é pronunciada fechada numa norma, mas aberta noutra, o uso de acento agudo ou circunflexo varia consoante a norma do Português; dispensa do uso de acento circunflexo em palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas.

Tabela 5: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras oxítonas.

4.10.2. Acentuação gráfica em palavras paroxítonas

Relativamente a palavras paroxítonas, a RO refere palavras terminadas em <-i>, <-u>, vogal nasal ou ditongo, que tipicamente teriam a sua sílaba tónica na última posição, mas onde, contudo, há exceções. Estas exceções, precisamente por não seguirem a regra e, assim, constituírem palavras paroxítonas, necessitam de acento agudo: <órfã>, <álbum>.

As palavras terminadas em <-em> (<-ens>) e as formas verbais terminadas em <-am> e <-em>, por serem tipicamente paroxítonas, dispensam o uso de acento gráfico⁵³.

A RO prossegue as suas considerações, refletindo sobre palavras paroxítonas, com sílaba tónica em [e] e [o], homógrafas com outras palavras, com sílaba tónica em [ɛ] e [ɔ], uma vez que [e] e [ɛ] são ambos representados pelo grafema <e> e [o] e [ɔ] são representados por <o>. Para distinguir estas palavras homógrafas, a RO considerou a aplicação de acento circunflexo quando estas vogais soassem fechadas (casos de [e] e [o]). Palavras como <pêgo> (nome referente a uma ave) e <pego> (forma verbal de <pegar>);

⁵³ Como foi anteriormente visto, os casos excepcionais a esta regra, onde o acento da palavra recai sobre a última sílaba da palavra, são marcados com acento gráfico: <Belém> é um dos exemplos fornecidos pela RO.

«cômo» (forma do verbo «comer») e «como» (partícula) passaram a ser distinguidas graças à acentuação gráfica. Ainda relativamente à distinção de formas homógrafas, o acento agudo foi utilizado para diferenciar outras palavras paroxítonas homógrafas, tais como «pára» (verbo «parar» no modo imperativo) e «para» (preposição); «pélo» (do verbo «pelar»), «pêlo» (nome) e «pelo» (contração da preposição «per» com o artigo «o»).

As vogais grafadas «i» e «u» dispensam uma atenção especial na RO. Quando estas, em palavras paroxítonas, estivessem antecedidas por outra vogal, com a qual não formassem um ditongo, seriam marcadas com acento agudo: «saída», «saúde». Caso uma destas vogais estivesse na penúltima sílaba, seguida por uma consoante, que não «s», com a qual formassem sílaba, não formando ditongo com a vogal anterior, dispensavam acento: «Coimbra», «ainda». No caso de a consoante seguinte ser «s» e mediante as condições acima apresentadas («i» ou «u» serem antecedidos por uma vogal, com a qual não formem ditongo), a marcação com acento agudo seria obrigatória: «faísca». Por fim, caso «i» ou «u» fossem átonos, não sendo a sílaba tónica da palavra, seriam marcados com acento grave, como em «enraizado», «abaúlado».

O tratado de 1911 também refere a acentuação de palavras compostas, indicando que as mesmas recebem acento gráfico quando derivadas de outras já acentuadas graficamente. Portanto, nomes e adjetivos, terminados em vogal, que recebessem acento agudo, ao serem compostos com o infixo «-z-», passavam a ser marcados com acento grave: «má», com acento agudo, passaria a «màzona», com acento grave e infixo «-z-». A RO justifica este uso de acento grave com o pretexto de não induzir os falantes em erro. Este tratado considera que, ao escrever-se «màzona», os falantes poderiam interpretar a primeira sílaba como sendo a tónica da palavra. Assim, o acento grave apenas indica que a vogal é aberta, ou seja, a vogal [a], neste caso, sendo a palavra, de qualquer forma, paroxítona. Já com o sufixo «-mente», a RO considerou que a sílaba tónica destas palavras derivadas não provocava confusão nos falantes, logo o acento gráfico, na palavra derivada, manter-se-ia igual ao da primeira palavra. «Fácil», juntamente com o sufixo «-mente», tornava-se «fácilmente», «só» em «sómente».

Aprofundando a informação em relação à RO, as BAAO afirmam que, as consoantes que seguissem os grafemas «i» e «u», e que com eles formassem uma sílaba,

quando fossem <l>, <m>, <n>, <r> ou <z>, e também quando <nh> pertencesse à última sílaba, não receberiam acento: <rainha>, <moinho>, <saindo>. Também em relação às vogais <i> e <u>, as BAAO acrescentam que estas, enquanto vogais tónicas de palavras paroxítonas, dispensavam acento agudo nos casos em que estivessem precedidas por um ditongo, como em <baiuca>; e nos casos em que <u> representasse a vogal tónica, estivesse precedido por <i> e fosse seguido por outra consoante, como em <semiusto>.

As BAAO indicam também que o ditongo [ej], quando incluído na terminação gráfica <-eia> (recaindo a sílaba tónica no ditongo), não recebe acento, por a sua pronúncia variar entre o PE e o PB: <boleia>, <assembleia>. Este ditongo, [ej], mas na terminação <-eico> e o ditongo [oj], representado por <oi>, também dispensariam acento gráfico, por também estar em consideração as variedades de dois países: <epopeico>; <dezoito>.

Relativamente à distinção de palavras paroxítonas homógrafas, em virtude da sua acentuação, as BAAO têm em consideração a conjugação de verbos regulares, na primeira pessoa do plural, semelhantes à conjugação das formas do pretérito perfeito, cuja única diferença é a tonicidade da vogal tónica. Assim, as formas do pretérito perfeito, por terem geralmente vogal tónica aberta, seriam marcadas com acento agudo⁵⁴: <amámos>; as formas do presente seriam marcadas sem acento: <amamos>. Ainda em relação a formas homógrafas, as BAAO apontam o acento circunflexo para distinguir dois casos: aqueles em que uma palavra, com vogal tónica fechada, fosse homógrafa de outra palavra sem acentuação própria, como em <pêro>, um nome, e <pero>, uma conjugação arcaica; aqueles em que uma palavra, flexionada com vogal tónica fechada, fosse homógrafa com outra palavra, da mesma flexão, mas com vogal tónica aberta, como em <pôde> e <pode>, em que ambas as palavras são formas flexionadas do verbo <poder>. Caso determinadas palavras homógrafas não se enquadrassem nestas duas exceções, as BAAO não previram o uso de acento circunflexo na sua distinção, conforme a vogal tónica fosse aberta ou fechada. Neste sentido, este Tratado Ortográfico apresenta vinte e sete exemplos de pares de palavras homógrafas, mas heterofónicas, segundo este critério: <cerca> (nome,

⁵⁴ Contudo, as BAAO não deixam de sublinhar que esta tonicidade não era igual em todas as variedades do Português. O acento agudo, conforme é indicado pela base deste Tratado Ortográfico, teria apenas a função de distinguir as formas verbais no pretérito perfeito e as formas verbais no presente (no caso de verbos regulares, na primeira pessoa do plural).

foneticamente [sɛrkɐ]) e <cerca> (forma verbal do verbo <cercar>, foneticamente [sɛrkɐ]) é um dos exemplos apresentados.

Outra informação que as BAAO acrescentam, em comparação com a RO, é referente ao uso de acento circunflexo para marcar um <e> tónico fechado (portanto, [ɛ]), que fizesse hiato com outro <e>, mas quando este pertencesse à terminação gráfica <-em> (portanto, [ẽj]). Exemplos destes casos são as palavras <crêem>, <lêem>, <vêem>. No caso de a vogal tónica fechada ser um <o> (portanto, [o]), que fizesse hiato com outro <o> (com pronúncia semelhante ao ditongo [ow]), que estivesse em posição final ou seguido por <s>, nenhuma destas vogais receberiam acento circunflexo: <abençoo>, <enjoo>. Este Tratado Ortográfico inclui as formas onomásticas gregas como <Aqueloo>.

Relativamente ao infixo <-z->, as BAAO em nada alteram a base de 1911. Contudo, relativamente aos advérbios de modo terminados no sufixo <-mente>, com sílaba tónica na vogal nasal [ẽ], este tratado altera a base de 1911. O acento agudo nas palavras não derivadas, que destacava a vogal tónica dos vocábulos em questão, passaria a ser um acento grave graficamente, segundo os preceitos das BAAO, para marcar a tonicidade das vogais, embora o acento principal recaísse sobre a penúltima sílaba da palavra, ou seja, na sílaba representada por <-men->. Nos exemplos surgem palavras como <benéfico>, uma palavra proparoxítona, que, em conjunto com o sufixo <-mente>, passa a ser uma palavra paroxítona. A tonicidade da vogal tónica da primeira palavra, neste caso, [ɛ], fica representada pelo acento grave no vocábulo derivado: <benêficamente>.

Uma das bases das BAAO referem o topónimo <Guiana> e as palavras deste derivadas. Antes deste Tratado Ortográfico, os vocábulos derivados recebiam acento grave no grafema <u>, por este ter valor fonético, ou seja, para assinalar que este grafema não tinha função de apontar que <g> teria o valor fonético [g] e não [ʒ] (o conjunto <ui>, portanto, representa o ditongo [uj]). A partir das BAAO, <gùianense> passa a <guianense>.

O AO indica que, em geral, as palavras paroxítonas não recebem qualquer tipo de acento gráfico. Contudo, há exceções a ter em conta. Diferente dos tratados anteriores, o AO estabelece que, palavras paroxítonas com sílaba tónica aberta, seja esta representada por <a>, <e>, <o>, <i> ou <u>, e com terminação em <-l>, <-n>, <-r>, <-x> ou <-ps>, recebem acento agudo: <amável>, <fóssil>, <açúcar>. Nestes casos, as vogais <e> e <o> dispensam

uma atenção distinta do AO. Quando estas se encontrassem em fim de sílaba e seguidas pelas consoantes nasais <m> ou <n>, o seu timbre poderia variar entre [e] e [ɛ] ou [o] e [ɔ] nas diferentes normas do Português. Por o AO permitir dupla grafia, ficou definido que o acento para marcar estas vogais poderia ser agudo ou circunflexo, consoante a norma do Português do falante que escrevesse a palavra: <fémur> e <fêmur>, <ónix> e <ônix>. Este Tratado Ortográfico aponta ainda os casos de palavras paroxítonas com as vogais tónicas mencionadas no caso anterior, mas em que a terminação da palavra fosse <-ã>, <-ão>, <-ei>, <-i>, <-um>, <-uns> ou <-us>. Neste caso as vogais em questão seriam marcadas com acento agudo: <sótão>, <órfã>, <fósseis>, <álbum>. E, tal como no primeiro caso, as vogais <e> e <o> poderiam representar diferentes timbres, podendo por isso ser marcadas com acento agudo ou circunflexo: <ténis> e <tênis>, <Vénus> e <Vênus>.

Em relação às formas verbais, de verbos regulares, na primeira pessoal do plural, no pretérito perfeito do indicativo e no presente do indicativo, as BAAO tinham definido que as conjugações do passado receberiam acento agudo, por o timbre da sua vogal tónica diferir das conjugações do presente, ficando assim as duas formas diferenciadas na ortografia. Contudo, o AO, considerando as diversas normas do Português e tendo a possibilidade de definir casos de dupla grafia, deliberou que o uso de acento agudo nas formas do passado seria facultativo, uma vez que o timbre da vogal tónica podia ser diferente nas diversas normas da língua portuguesa.

Em 1990 fica também definido que o acento circunflexo, em palavras paroxítonas, seria aplicado em palavras com sílaba tónica fechada, quando esta fosse representada por <a>, <e> ou <o>, e caso a terminação das palavras fosse <-l>, <-n>, <-r> ou <-x>: <cônsul>, <âmbar>, <Almodôvar>; bem como caso a terminação fosse <-ão>, <-eis>, <-i> e <-us>: <têxteis>. Tal como mencionam as BAAO, também o AO refere o uso, de forma obrigatória, de acento circunflexo nas palavras <pôde> e <pôr>, que se distinguem de <pode> e <por>, e o uso, de forma facultativa, de acento circunflexo na palavra <dêmos> – uma vez mais possibilitada pela dupla grafia que o AO prevê. O acento circunflexo, contudo, deixa de ser utilizado em determinados casos previstos no AO, introduzindo alterações aos preceitos estabelecidos pelos tratados anteriores. As formas verbais do presente do indicativo ou do conjuntivo, na terceira pessoa do plural, quando terminadas

em <-em>, e quando antes desta terminação estivesse um [e], em hiato com o [ẽj] seguinte, deixavam de ser marcadas com acento circunflexo: <crêem> passou a <creem>, <lêem> passou a <leem>. O mesmo aconteceu em palavras com [o] como vogal tónica, como em <enjôo>, que passou a <enjoo>, <vão>, que passou a <voo>. O acento circunflexo é também dispensado de palavras paroxítonas com vogal tónica fechada, homógrafas com outras com vogal tónica aberta, que fossem proclíticas. Esta regra também abrange o uso de acento agudo, que também passa a ser dispensado. Como exemplos servem, entre outros, as palavras <para>, modo imperativo do verbo <parar>, com vogal tónica aberta, e <para>, preposição, com vogal tónica fechada; <pelo>, nome, com vogal tónica fechada, e <pelo>, combinação da preposição <per> com o artigo <o>. No mesmo sentido, palavras paroxítonas heterofónicas, distintas graficamente pela acentuação, passam a homógrafas, em congruência com outras já assim alteradas em 1945, como <acerto>, um nome, e <acerto>, conjugação do verbo <acertar>; <coro>, nome, e <coro>, conjugação do verbo <corar>.

Relativamente à acentuação de palavras paroxítonas com vogal tónica em <i> ou <u>, o AO, em comparação com os tratados anteriores, acrescenta os exemplos <cheiinho> e <saiinha>, ao referir que palavras paroxítonas, com vogais tónicas em <i> e <u>, caso estivessem precedidas por um ditongo, não receberiam acento agudo; e faz uma menção a verbos terminados em <-ingir> e <-inguir> (sem prolação no <u>), com grafias regulares, que dispensam a utilização de acento gráfico: <atinjo>, <distingo>.

Por fim, este tratado de 1990 alterou novamente o preceito em relação a vocábulos com o sufixo <-mente> e o infixo <-z->⁵⁵. Assim, ficou indicado que advérbios, derivados de adjetivos já marcados com acento agudo ou circunflexo, passariam a não ter qualquer acento gráfico, ou seja, como acontece em <debilmente>, de <débil>, <somente>, de <só>, <romanticamente>, de <romântico>. O mesmo aconteceu em relação a palavras derivadas com o infixo <-z->, que deixaram de possuir acento grave, mesmo quando o vocábulo do qual derivassem fosse acentuado graficamente: <avozinha>, <bebezito>, <cafezada>, <mazinha>.

⁵⁵ Estas alterações foram previstas em 1971 e 1973 através de um Decreto-Lei português e uma Lei brasileira. O AO apenas incluiu estas alterações nas suas bases.

A tabela 6, por fim, dá conta das principais alterações no uso da acentuação gráfica em palavras paroxítonas.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
Palavras terminadas em <-i>, <-u>, vogal nasal ou ditongo, com sílaba tónica na penúltima posição, necessitavam de acento agudo; distinção de palavras homógrafas com as vogais <e> ou <o> abertas de outras com estas vogais fechadas, que recebiam acento circunflexo; palavras com as vogais tónicas <i> ou <u>, antecederas por outra vogal, sem formar ditongo, necessitavam de acento; palavras com o infixo <-z-> eram marcadas com acento agudo em vogais abertas, mas não tónicas.	O acento agudo de advérbios de modo combinados com o sufixo <-mente> passa a acento grave; o topónimo <guianense> deixa de receber acento grave.	Quando o timbre das vogais tónicas <e> ou <o> varia entre aberto ou fechado, consoante a norma do Português, o acento que estas vogais recebem também varia entre agudo ou circunflexo; os acentos que distinguiam formas homógrafas, mas heterofónicas, foram abolidos, exceto em <pôde> e <pôr>; as palavras com o infixo <-z-> ou sufixo <-mente> deixaram de receber qualquer acento.

Tabela 6: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras paroxítonas.

4.10.3. Acentuação gráfica em palavras proparoxítonas

A RO começa por afirmar que em todos os vocábulos cuja sílaba tónica seja a antepenúltima, a mesma deve ser marcada com acento gráfico: <sábado>, <título>, <câmara>, <único>, <gémeo>, <farmacêutico>. Este acento gráfico, em determinadas palavras proparoxítonas, distingue as mesmas de palavras suas homógrafas, mas paroxítonas, como acontece com <fábrica> (nome) e <fabrica> (forma do verbo <fabricar>), <réplica> (nome) e <replica> (forma do verbo <replicar>).

As BAAO, completando a informação da RO, referem que as vogais tónicas <a>, <e> ou <o>, em palavras proparoxítonas, seriam acentuadas com acento circunflexo quando fossem seguidas por uma consoante nasal e caso soassem fechadas tanto no PE, como no PB: <câmara>, <fêmea>, <cômore>. Seriam também marcadas com acento agudo quando se encontrassem na mesma posição que o caso anterior, em casos em que o timbre variasse entre aberto e fechado. A acentuação, neste caso, serviria apenas para marcar a tonicidade das vogais⁵⁶: <fenómeno>, <endémico>, <género>.

A décima primeira base do AO trata da acentuação de palavras proparoxítonas, distinguindo o uso de acento agudo e acento circunflexo. Para o uso de acento agudo são apresentados dois casos: o primeiro refere as palavras cuja sílaba tónica é um a>, <e> ou <o> abertos, bem como <i> ou <u>, como em <árabe>, <exército>, <míope>, <último>; o segundo, semelhante ao primeiro, distingue-se deste por tratar de palavras tais como as primeiras, mas que terminassem em sequências vocálicas pós-tónicas, consideradas ditongos crescentes, como <náusea>, <série>, <lírio>, <nódoa>. Em relação ao acento circunflexo, este também poderia ser utilizado em dois casos diferentes, tal como acontece com o acento agudo: o primeiro é referente às palavras cuja sílaba tónica é fechada (mesmo que seja um ditongo, em que a vogal básica é que é fechada), como em <cânfora>, <excêntrico>, <sôfrego>; o segundo, novamente como acontece com o acento agudo, refere palavras cuja sílaba tónica é fechada e cuja terminação é um ditongo crescente pós-tónico, como em <côdea>, <amêndoa>, <Islândia>. Por fim, a base termina com a indicação da distinção entre o uso de acento agudo ou de acento circunflexo, quando as vogais tónicas <e> ou <o> estivessem no final de uma sílaba e fossem seguidas pelas consoantes nasais <m> ou <n>. A distinção do uso entre estes dois acentos surge em virtude de o timbre destas vogais poder ser aberto ou fechado, consoante a norma do Português em questão: <académico> ou <acadêmico>, <género> ou <gênero>, <Amazónia> ou <Amazônia>.

⁵⁶ Note-se que o acento não variava entre agudo ou circunflexo, consoante a variedade da língua portuguesa em questão, um dos casos que desagradou aos falantes de PB e que os levou a rejeitar este Acordo.

A tabela 7 dá conta da principal alteração na acentuação de palavras proparoxítonas, tendo esta ocorrido em 1990, modificando os pressupostos da RO e das BAAO.

AO de 1990
Marcação com acento agudo ou circunflexo das palavras com vogal tónica <e> ou <o>, na antepenúltima sílaba, consoante soassem abertas ou fechadas, conforme a norma do Português.

Tabela 7: Principais alterações no uso de acentos gráficos em palavras proparoxítonas.

4.10.4. Outros casos de acentuação gráfica

Segundo as BAAO, o acento grave seria utilizado para diferenciar contrações. À parte destas contrações, apenas <àgora>, com [a] em vogal átona, na primeira posição, receberia acento grave, para se distinguir da palavra homógrafa, mas heterofónica, etimologicamente paralela, <agora>, com [ɐ] na primeira sílaba (átona, neste caso); e também <prèguntar>, equivalente a <preguntar> e a <perguntar>.

No caso das contrações, este tratado de 1945 refere especificamente as formas <à> e o plural <às>, sempre marcadas com acento grave. A contração da preposição <pra> (uma redução da preposição <para>) com artigos definidos também solicitava, segundo as BAAO, a marcação com acento grave: <ò>, <òs>, <prò>, <prà>, <pròs> e <pràs>. Também a preposição <a>, contraída com outros pronomes, solicitava acento grave: <àquele>, <àquelas>, <àqueloutro>.

O AO, relativamente ao que fora definido pelas BAAO sobre o uso de acento grave, introduziu duas alterações, sendo a primeira relativa às palavras homógrafas <àgora> e <agora>, <prèguntar> e <preguntar>, que passaram a ser escritas sem qualquer tipo de acentuação e a segunda relativa às contrações da preposição <pra> com artigos definidos, que perderam igualmente o acento grave.

Novamente, tal como nas palavras proparoxítonas, apenas o AO fez alterações noutros casos de acentuação gráfica, estando estas explícitas na tabela 8.

AO de 1990
As palavras <agora>, <preguntar> e as contrações da preposição <pra> com artigos definidos deixaram de receber acento grave.

Tabela 8: Principais alterações noutros casos de acentuação gráfica.

4.10.5. Trema

O trema é um sinal gráfico que dá a indicação de que a vogal na qual está aplicado faz hiato com a vogal que lhe sucede, pertencendo assim a duas sílabas diferentes, uma vez que, habitualmente, as duas vogais formariam um ditongo.

As considerações tecidas pelas BAAO em relação ao uso de trema são mantidas pelo AO, que apenas acrescenta uma observação. O trema foi abolido na língua portuguesa, mesmo na poesia. Este, anteriormente, seria usado para distinguir as vogais <i> ou <u>, em sílaba átona, quando as mesmas seguissem uma vogal de uma sílaba anterior (e da qual não faziam parte); distinguir também <i> ou <u>, em sílaba átona, de um ditongo de uma sílaba anterior; e, por fim, fazer sobressair o valor de [u] em <gu> (foneticamente [gu]) e <qu> (foneticamente [ku]), fosse em sílaba átona ou tónica. Para cada um destes casos são apresentados exemplos, como <depoimento>, <abaiucado>, <linguista> e <tranquilo>. O AO acrescentou que o trema é mantido em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como <mülleriano>, derivada de <Müller>.

4.11. Hifenização

A RO inicia as suas considerações acerca da hifenização afirmando que as palavras que conservam a sua independência fonética são unidas por hífen. Caso fossem acentuadas graficamente, a base deste tratado define que o acento é mantido: <pára-raios> é um dos exemplos apresentados. Contudo, caso uma das palavras não existisse de forma independente no Português, a RO entende que a união deve ser feita por aglutinação: <clarabóia>. Esta regra estende-se a palavras que, num Português arcaico, existissem de forma independente, mas que perderam a sua autonomia, como em <dezoito>, que,

anteriormente, seria <dez-a-oito>. Este tratado de 1911 acrescenta ainda que, caso fosse necessário mudar de linha (isto numa situação de translineação), o hífen teria de surgir no fim de uma linha e no princípio da seguinte.

Para além destes usos, a RO define também o uso de hífen para unir pronomes pessoais enclíticos a formas verbais que lhe estão associadas, como em <louvá-lo>, <puni-los>. Os verbos, neste caso, mantêm a sua acentuação própria. Em relação aos advérbios <bem> e <mal>, a RO entende que estes devem ser unidos a outras palavras com hífen, justificando que este tipo de união evitaria que estas palavras fossem mal pronunciadas. Ora, o que esta base subentende é que uma palavra escrita como <bem-aventurança> preservaria a sua leitura como [bẽ̃ɐ̃vẽtur'ẽsɐ], evitando erros como a leitura como [bimẽvẽtur'ẽsɐ].

O Tratado Ortográfico de 1911 menciona ainda a possibilidade da junção das palavras <água> e <ardente> poder ser escrita com ou sem hífen: <aguardente> ou <agua-ardente>. Esta observação deixa de surgir nos tratados seguintes, no entanto sabe-se hoje que apenas se utiliza a forma <aguardente>.

As BAAO, por seu lado, acrescentam nas suas considerações iniciais que as combinações de palavras unidas por hífen poderiam ser muito diversas e de diferentes tipos. Acrescenta também que, uma palavra unida por hífen, mantém o significado dos vocábulos que a constituem, no entanto, simultaneamente, têm um significado único, resultado da aderência de sentidos nela concentrada. Sem mencionar qualquer exceção, as BAAO dão sessenta e cinco exemplos de palavras unidas por hífen. As exceções surgem apenas para mostrar outro tipo de palavras compostas, como <girassol>, <madressilva>. Conforme este tratado explica, estas são palavras que perderam a noção de composição, procedendo-se à aglutinação completa.

Com um vocabulário mais científico e detalhado, o AO assinala que as palavras compostas por justaposição constituem uma unidade sintagmática e semântica independente, mantendo o acento de cada um dos seus elementos. O primeiro destes elementos pode estar reduzido. Tal como aconteceu na RO e nas BAAO, o AO também dá exemplos de união de elementos por aglutinação, por terem perdido a noção de composição.

Relativamente aos advérbios <bem> e <mal>, enquanto primeiros elementos de uma palavra justaposta, as BAAO indicam que seria utilizado hífen a seguir a estes elementos quando o segundo fosse indicado por <h> ou por uma vogal⁵⁷. No caso de <bem>, caso o segundo elemento fosse iniciado também por uma consoante em perfeita evidência de sentido, o hífen também seria aplicado: <mal-aventurado>, <mal-humorado>, <bem-vindo>, <bem-humorado>.

O AO, em relação à aplicação de hífen a seguir a estes advérbios, define que este uso surge quando o segundo elemento se iniciasse por <h> ou, diferente do que é indicado nos tratados anteriores, quando o segundo elemento fosse uma unidade sintagmática e semântica independente. Outra alteração introduzida pelo tratado de 1990 é referente ao advérbio <bem>, que nunca pode ser aglutinado ao segundo elemento, caso este seja iniciado por uma consoante, ao contrário do que acontece com <mal>: <bem-criado> por oposição a <malcriado>. Apesar desta indicação, o AO acrescenta uma exceção, indicando que o advérbio <bem> poderia ser aglutinado ao segundo elemento, mesmo que este tivesse vida à parte: <benfeito>.

As BAAO não aludem à união de pronomes enclíticos a formas verbais, embora mencionem o uso de hífen para ligar a preposição <de> a formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo <haver>: <hei-de>, <heis-de>, <hão-de>.

O tratado de 1990, por seu lado, afirma que o hífen deixa de ser aplicado na separação do pronome <de> das formas do verbo <haver>, passando a <hei de>, <heis de>, <hão de>. Por sua vez, o AO ratifica o que fora estabelecido pela RO, em que o uso de hífen é aplicado na ênclise, como em <amá-lo>, acrescentando que este também é aplicado na tmese, como em <amá-lo-ei>. Este tratado amplia ainda as considerações acerca deste uso de hífen, referindo os verbos <requerer> e <querer>. Na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, as formas foram consagradas sem <-e> final, isto é, consagradas como <requer> e <quer> e não como <requere> e <quere>. Contudo, nos casos de ênclise, a forma a utilizar não seria a consagrada, mas sim aquela semelhante a outros verbos, ou seja, <requerê-lo>, <querê-la>. A segunda consideração menciona o uso de hífen nas

⁵⁷ Este tratado menciona também <com> como podendo ser um primeiro elemento, aplicando-se a este os preceitos do uso de <mal>.

formas pronominais enclíticas com o advérbio <eis>, como <ei-lo>, e em formas pronominais como <no-lo>.

Há determinados usos de hífen descritos pelas BAAO e pelo AO que não são descritos pela RO. Assim, o primeiro destes é referente a nomes em que os dois elementos se combinam por um artigo, como <Albergaria-a-Velha>, <Trás-os-Montes>. Já o segundo menciona a ligação de formas cujo primeiro elemento é <Grão> (ou a sua forma feminina <Grã>), que seleciona sempre o uso de hífen: <Grã-Bretanha>, <Grão-Pará>. O terceiro alude à aplicação de hífen para separar nomes cujo primeiro elemento é verbal, como <Quebra-Dentes>, <traga-mouros>. Em comum entre os dois tratados está também a exclusão de hífen para ligar locuções onomásticas, uma vez que outras locuções (isto é, aquelas que não sejam onomásticas) não recebem hífen: <Castelo Branco>, <Freixo de Espada à Cinta>, <Vila Nova de Foz Côa>. O AO acrescenta apenas que <Cabo-Verde> é uma exceção a esta regra, por estar consagrado assim pelo uso. Ainda em comum aos tratados de 1945 e 1990 surge o preceito de não aplicar hífen para unir locuções substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas e conjuncionais a outros elementos, como acontece com <cão de guarda>, <cor de café com leite>, <cada um>, <à parte>, <acerca de> e <a fim de que>, respetivamente. Caso algum dos elementos da locução já incluisse um hífen na sua forma inicial, este seria mantido na parte que lhe correspondia do composto: <Demónio do Meio-Dia>. O AO faculta novamente algumas exceções relativamente às BAAO, referindo que o uso consagrou o uso de hífen em locuções como <pé-de-meia>, <água-de-colónia>, <mais-que-perfeito>. Embora difiram na forma como descrevem a situação, as BAAO referem ainda o uso de hífen para unir nomes que combinam simetricamente formas onomásticas, o que o AO descreve como palavras que combinam topónimos histórica e ocasionalmente. Como exemplos surgem as palavras <Áustria-Hungria>, <Croácia-Eslováquia> e, em 1990, surge também <Angola-Brasil>.

Diferindo do AO apenas em relação a um aspeto, as BAAO fazem menção a nomes derivados de outros nomes aos quais já é aplicado hífen, como <Norte-Americanos>, derivado de <Norte-Americano>. Portanto, o caso de compostos onomásticos formados por justaposição só requeriam o uso de hífen quando a analogia o

exigisse ou quando, na formação destes compostos, entrasse um vocábulo já escrito com hífen.

Nos tratados de 1945 e 1990 há ainda uma menção especial a palavras compostas, unidas por hífen, em que um dos elementos é um prefixo (ou falso prefixo) ou um sufixo. Enquanto o AO menciona todos os prefixos que podem ser unidos por hífen logo no início da base referente a este assunto, as BAAO mencionam estes prefixos ao longo dos pontos da sua base. Entre prefixos e falsos prefixos, o AO apresenta quarenta e seis exemplos, enquanto as BAAO apresentam quarenta e dois. Destes quarenta e dois, seis são considerados palavras no AO, portanto, não são incluídos na base que diz respeito aos prefixos: <além>, <aquém>, <bem>, <mal>, <recém> e <sem>. Há outros quatro exemplos de prefixos, nas BAAO, que não são mencionados no AO: <ab>, <ad>, <com> e <ob>. Já ao contrário, quinze dos prefixos mencionados no AO não surgem nas BAAO. No total, são trinta e dois prefixos (e falsos prefixos) em comum em ambos os tratados.

Para <ab>, <ad> e <ob>, as BAAO afirmam que é aplicado hífen a estes compostos quando o segundo elemento é iniciado por <r>, caso este não se ligue foneticamente ao ou <d>.

Os prefixos que são considerados palavras no AO, <além>, <aquém> e <recém>, recebem hífen, segundo as BAAO, por serem acentuados graficamente. Em relação a <sem>, as BAAO indicam que este recebe hífen quando mantém a sua pronúncia e quando o segundo elemento da composição tem vida própria. O AO não justifica o uso de hífen, indicando apenas que estes compostos, junto de um segundo elemento, recebem sempre hífen. Em relação aos prefixos <soto>, <sota>, <vice> e <vizo>, o AO também menciona apenas que estes devem receber sempre hífen. No entanto, as BAAO afirmam que estes receberiam hífen quando fossem sinónimos de <vice>, <vizo>, <soto> e <sota>, respetivamente.

Em relação a pontos comuns do uso de hífen em prefixos, apenas dois mantêm, em 1990, o que fora estabelecido em 1945: <circum> e <ex>. O primeiro utiliza-se quando o segundo elemento começa por uma vogal, <h>, <m> ou <n>; o segundo necessita de hífen quando o prefixo tem sentido de cessamento ou estado anterior. Os prefixos <hiper>, <inter> e <super>, por sua vez, são seguidos por hífen quando a primeira letra do segundo

elemento for <h> ou <r>. As BAAO, contudo, acrescentam que o eventual <r> do segundo elemento não podia ligar-se foneticamente ao <r> do fim do prefixo, caso contrário as palavras não seriam unidas por justaposição, mas sim por aglutinação.

<Des> e <in> são dois dos quinze prefixos mencionados pelo AO, mas que não são mencionados nas BAAO. Relativamente a estes dois prefixos, o tratado de 1990 refere que estes são aglutinados ao segundo elemento. Caso o segundo elemento fosse iniciado por um <h>, este, em geral, ter-se-ia perdido na aglutinação.

O AO tem trinta e um prefixos que só necessitam de hífen que os ligue ao segundo elemento quando este inicia por <h> ou pela mesma vogal em que termina o prefixo. Destes trinta e um, treze não são mencionados pelas BAAO: <aero>, <agro>, <bio>, <eletro>, <geo>, <hidro>, <macro>, <maxi>, <micro>, <mini>, <multi>, <pluri> e <tele>. Dezoito encontram-se em comum com as BAAO. Os prefixos <auto>, <contra>, <extra>, <infra>, <intra>, <neo>, <proto>, <pseudo>, <semi>, <supra> e <ultra>, antes de, em 1990, receberem hífen quando o segundo elemento se iniciasse por <h> ou pela mesma vogal em que terminam, em 1945 recebiam hífen quando o segundo elemento iniciasse por uma vogal (qualquer que fosse), <h>, <r> ou <s>. <Anti> e <arqui>, por seu lado, em 1945, seriam seguidos por hífen quando o segundo elemento comesse por <h>, <i>, <r> ou <s>. O hífen a separar <ante>, <entre> e <sobre>, nas BAAO, só seria aplicado quando o segundo elemento iniciasse por um <h>. O mesmo se passava com <pan>, embora este também solicitasse hífen quando o segundo elemento comesse por uma vogal. O último dos dezoito casos é referente ao prefixo <sub>, que solicitava hífen quando o segundo elemento iniciasse por , <h> (exceto se o segundo elemento não tivesse vida própria) e <r> (caso não se ligasse foneticamente ao da terminação de <sub>).

Os casos que dispensam mais atenção são os prefixos <co->, <pós>, <pré> e <pró>. O primeiro destes, <co->, em 1945, seria seguido por hífen quando tivesse sentido de <a par> e o segundo elemento tivesse vida autónoma. Já a partir de 1990, <co-> receberia hífen sempre que o segundo elemento iniciasse por <h>. Em todos os demais casos, o hífen não seria aplicado, mesmo que a primeira letra do segundo elemento fosse <o> – isto é, neste caso procede-se à aglutinação da palavra. Por último, em relação aos prefixos <pós>, <pré> e <pró>, nas BAAO seriam seguidos por hífen quando o segundo elemento fosse

acentuado graficamente; no AO entende-se que o hífen surgia quando o segundo elemento tivesse vida à parte e o prefixo, ao mesmo tempo, fosse tónico. Caso fosse átono, a aglutinação seria sempre a forma de união dos dois elementos.

Um dos últimos casos a ser referido acerca da hifenização é acerca dos sufixos. A asserção das BAAO é mantida na íntegra pelo AO. Assim, são tecidas três considerações sobre o uso de hífen com sufixos de origem tupi-guarani: quando representassem formas adjetivais, como o sufixo <açu>, em <capim-açu>; quando o primeiro elemento do composto terminasse em vogal acentuada graficamente, como o sufixo <guaçu>, em <amoré-guaçu>; ou quando a pronúncia exigisse uma distinção gráfica entre os dois elementos, como o sufixo <mirim>, em <anajá-mirim>.

Sendo diferente das BAAO, o AO inova e faculta duas referências de palavras que deixam de empregar hífen, em relação ao que fora estabelecido em 1945. Assim, a primeira destas referências é relativamente a formações em que o prefixo (ou falso prefixo) termina numa determinada vogal e o segundo elemento inicie por um <r> ou um <s>. A partir de 1990, estas letras passam a ser duplicadas, quando principiassem um segundo elemento de uma palavra composta, dispensando hifenização: <antirreligioso>, <minissaia>. A segunda referência alude aos prefixos que terminam numa vogal diferente daquela que começa o segundo elemento, devendo os dois elementos unir-se e dispensar o hífen: <coeducação>, <autoestrada>, <plurianual>.

A tabela 9 resume as principais alterações da hifenização na língua portuguesa, enquanto a tabela 10 resume, especificamente, as principais alterações no uso de hífen a unir um prefixo ou um falso prefixo a um segundo elemento. Uma vez que esta união não é prevista na RO, este Tratado também não foi considerado na elaboração da tabela 10.

RO de 1911	BAAO de 1945	AO de 1990
O hífen era aplicado na união de palavras que conservavam a sua independência fonética, em pronomes pessoais enclíticos ligados a formas verbais e na ligação dos advérbios <bem> e <mal> a outras palavras.	O advérbio <mal> apenas solicitava hífen quando o segundo elemento iniciasse por <h> e <bem> quando iniciasse por uma consoante em evidência de sentido;	<Mal> solicita hífen quando o segundo elemento inicia por <h> ou por uma unidade sintagmática e semântica independente; o pronome <de> deixa de ser ligado ao verbo <haver> com hífen.

Tabela 9: Principais alterações na hifenização.

BAAO de 1945	AO de 1990
<auto>, <contra>, <extra>, <infra>, <intra>, <neo>, <proto>, <pseudo>, <semi>, <supra> e <ultra> recebiam hífen quando o segundo elemento iniciasse por vogal, <h>, <r> ou <s>; <anti> e <arqui> quando iniciasse por <h>, <i>, <r> ou <s>; <ante>, <entre> e <sobre> quando iniciasse por <h>; <pan> quando iniciasse por <h> ou vogal; <sub> quando iniciasse por , <h> (exceto se o segundo elemento não tivesse vida própria) e <r> (caso não se ligasse foneticamente ao da terminação de <sub>); <co-> quando tivesse sentido de <a par> e o segundo elemento tivesse vida autônoma; <pós>, <pré> e <pró> quando o segundo elemento fosse acentuado graficamente.	<aero>, <agro>, <bio>, <eletro>, <geo>, <hidro>, <macro>, <maxi>, <micro>, <mini>, <multi>, <pluri>, <tele>, <anti>, <arqui>, <ante>, <entre>, <sobre>, <pan> e <sub> recebem hífen quando o segundo elemento inicia por <h> ou pela mesma vogal em que terminam; <auto>, <contra>, <extra>, <infra>, <intra>, <neo>, <proto>, <pseudo>, <semi>, <supra> e <ultra> quando inicia por <h> ou por uma vogal; <co-> quando o segundo elemento inicia por <h>; <pós>, <pré> e <pró> quando o segundo elemento tiver vida à parte e estes prefixos forem tónicos; caso um prefixo termine em vogal e o elemento seguinte for um <r> ou um <s>, este segundo elemento duplica, dispensando o hífen.

Tabela 10: Principais alterações na hifenização de palavras cujo primeiro elemento é um prefixo ou falso prefixo.

4.12. Apóstrofo

Em 1911, fica definido que o apóstrofo é quase abolido. Contudo, são previstas duas exceções: o uso de apóstrofo para indicar que teria sido suprimida uma determinada letra de uma palavra, sobretudo na poesia, como em *«esp'rança»*; e o uso de apóstrofo, no interior de locuções compostas, para indicar a ocultação do *«e»* da preposição *«de»*, como em *«mãe-d'água»*.

Esta exceção da ocultação do *«e»*, da preposição *«de»*, é referida pelas BAAO e pelo AO. Estes tratados apenas completam a informação, indicando que a preposição *«de»* estaria unida ao nome que a seguisse, dispensando o uso de hífen para separar os dois elementos: *«copo-d'água»*. Contudo, as BAAO diferem num detalhe, uma vez que acrescentam que apenas poderia ser usado o apóstrofo quando existisse uma elisão do *«e»* no PE e no PB. O AO, tal como a RO, não faz nenhuma menção a este detalhe. No entanto, os exemplos apresentados por este tratado de 1990 são iguais aos de 1945. Um destes casos é a locução *«mão-de-obra»*, que exige a presença do *«e»*, uma vez que este é proferido no PB, embora não o seja no PE.

A RO alude também à contração de preposições com pronomes. Este tratado comenta que as preposições *«a»*, *«de»*, *«em»* e *«por»*, quando sucedidos por pronomes, reúnem-se numa única expressão, sem apóstrofo, nem hífen: *«às»*, *«dos»*, *«àqueles»*, *«naquele»*, *«dessas»*, *«disto»*, *«disso»*, *«nisto»*, *«noutro»*. Os artigos *«o»*, *«a»*, *«um»* e *«uma»* (e respetivas formas do plural), ao juntarem-se aos advérbios *«aqui»*, *«aí»*, *«ali»*, *«acolá»*, *«além»* e *«onde»*, também não solicitam o uso de hífen ou apóstrofo para proceder à união, como representam as palavras *«pelo»*, *«nas»*, *«aonde»*, *«dali»*, *«dacolá»*, *«além»*. A RO atenta ainda para o facto de estes pronomes, quando se encontrassem inseridos em orações do infinitivo, não se uniriam com preposições, mantendo-se ambas as palavras separadas, como *em razão de os não ter visto*. A base salvaguarda ainda que, embora na oralidade se suprimam algumas vogais de determinadas preposições ou outros elementos, o mesmo não poderia acontecer na escrita. Então, embora na oralidade se expresse [dêtradv], na escrita a preposição deveria surgir sempre separada: *«de entrada»*; [vĩtiũ], graficamente, é *«vinte e um»*. A RO, contudo, permite que algumas elisões sejam facultativas.

As BAAO e o AO estão em sintonia relativamente aos casos em que o uso de apóstrofo não é aceitável. Assim, ocultar partes das combinações das preposições <de> e , com formas de artigos definidos ou formas pronominais ou adverbiais, não é aceitável. Todas as combinações possíveis destas preposições com os elementos em questão são descritas em ambos os tratados. Estas combinações, por sua vez, podem ser formas vocabulares fixas, de uniões perfeitas, ou formas vocabulares que não são fixas. As BAAO aludem ao facto das combinações da preposição , com formas articulares e pronominais, estarem enraizadas na língua portuguesa, coexistindo com outras construções em que não se combina com este tipo de formas. O AO, por sua vez, não faz qualquer menção a este detalhe. Outro aspeto menos notório no tratado de 1990, mas exposto no de 1945, é relativo às combinações da preposição <de>, com formas articulares ou pronominais (<a>, <as>, <o>, <os>, mas também outros artigos e pronomes), quando estivessem integradas em construções frásicas de infinitivo. Assim, as BAAO, tal como a RO anteriormente, indicam que estas combinações não recebem apóstrofo, nem a preposição é fundida com a forma que lhe segue, grafando-se todos os elementos separadamente: *apesar de não o ter visto*.

Em comum entre as BAAO e o AO está a definição do uso de apóstrofo para separar uma contração ou uma aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração pertencesse a um conjunto vocabular distinto. Como exemplo surge a palavra <d' Os Lusíadas>, em vez de <de os Lusíadas>. O apóstrofo também poderia ser usado para separar uma contração ou aglutinação vocabular quando estas tivessem um elemento ou fração que fosse uma forma pronominal e, ao mesmo tempo, fosse necessário dar realce ao segundo elemento com uso de maiúscula. Este último caso suceder-se-ia sobretudo nas referências a Deus, à mãe de Jesus ou à Providência: <d'Ele>, <n'Aquela>. Também nas formas <santo> e <santa>, juntamente com nomes hagiológicos⁵⁸, o apóstrofo pode ser empregue: <Sant'Ana>, <Sant'Iago>. Contudo, formas como <Santana> e <Santiago> também são consideradas corretas, sem apóstrofo, nem hífen, por representarem uma união enraizada na língua portuguesa. Para além dos nomes hagiológicos, o uso de apóstrofo também é aceitável em formas antroponímicas, quando o <o> final do primeiro

⁵⁸ Relativo a nomes de santos.

elemento fosse ocultado: *«Nun'Álvares»*. As BAAO e o AO dão ainda conta das formas *«Santa Ana»*, *«Santo Tiago»*, *«Nuno Álvares»*, escritas de forma separada, sem recorrer à união por apóstrofo, estando corretas de igual forma.

4.13. Minúscula e maiúscula

A diferenciação do uso de minúscula ou maiúscula não é mencionada na RO, surgindo apenas nos dois tratados seguintes. Este foi um dos temas mais alterados entre 1945 e 1990.

O AO começa por fazer duas observações generalistas, de conhecimento de todos os falantes, mas que não são mencionadas pelas BAAO: a primeira destas refere que a letra minúscula é aplicada em todas as palavras da língua portuguesa no seu uso corrente; a segunda expõe que todos os antropónimos, topónimos e nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos são iniciados por uma letra maiúscula.

O uso de letra maiúscula nas BAAO é aplicada a nomes de raças, povos, populações, nomes associados ao calendário (como nomes de meses estações do ano), festas públicas tradicionais, referência a *«fulano»* e *«sicrano»*, pontos cardeais quando designam uma área, conceitos políticos, nacionais ou religiosos (quando surgem sem classificativos), nomes e ramos de ciências ou artes, disciplinas escolares e estudos pedagogicamente organizados (quando inseridos num contexto específico do género *«ela formou-se em Direito»*), citações, títulos e subtítulos de livros, publicações periódicas e produções artísticas, entidades sagradas, formas pronominais de pessoas de alta hierarquia, cargos, postos, dignidades hierárquicas e títulos em situações oficiais (caso não se tratasse de uma situação oficial, seria usada a letra minúscula) e títulos universitários. Portanto, o uso de maiúscula na primeira letra dos vocábulos é transversal a todas estas situações, embora esteja circunscrito a determinadas exceções em alguns destes casos.

Em relação aos nomes associados ao calendário, os dias da semana, como *«segunda-feira»*, não seriam escritos com letra maiúscula, mas sim minúscula. No caso de *«fulano»*, ou seja, um nome para mencionar alguém de forma vaga, caso tivesse o significado de *«indivíduo»*, *«tipo»*, *«sujeito»* (ou seja, caso não fosse utilizado com o sentido

de indicar ou nomear uma pessoa específica do mundo real), também seria escrito com letra minúscula, bem como todos os nomes do género de <fulano>, como <sicrano>. Já no caso dos nomes dos pontos cardeais, se não fossem nomeados com o sentido de uma zona de um país, ou um significado semelhante, também seriam escritos com minúscula. Ao afirmar-se que um conceito político, nacional ou religioso seria escrito com letra maiúscula, a menos que tivesse um classificativo, as BAAO indicaram que <Fé>, por exemplo, seria escrita com letra maiúscula, por ser um conceito religioso, mas <fé cristã> seria escrita com letra minúscula, por ter um classificativo. Outra das exceções é referente aos nomes de ramos de ciências e artes, bem como de disciplinas escolares e estudos pedagogicamente organizados, que só seriam escritos com maiúscula em determinados contextos de combinação vocabular. Já em citações, títulos e subtítulos de livros, tal como em nomes de publicações periódicas e produções artísticas, quando incluíssem formas de artigo definido, pronomes demonstrativos, preposições, advérbios ou locuções relativas a estes dois últimos, estes elementos específicos seriam escritos com letra minúscula: <Reflexões sobre a Língua Portuguesa>. Em relação a nomes de cargos, postos, dignidades hierárquicas e títulos, estes só receberiam maiúscula em situações oficiais, no caso de preceitos ortográficos especiais, como uma dedicatória, associados a uma forma de tratamento como <Dom> ou <Senhor>. O mesmo se passaria com títulos universitários, só escritos com maiúscula quando fossem abreviados ou antepostos a nomes de pessoas, bem como perante preceitos particulares, como quando o título surge associado a uma forma de tratamento, como <Senhor>, ou dependendo da combinação vocabular. As BAAO acrescentam ainda que, quando compostos onomásticos fossem ligados por elementos como preposições, advérbios ou locuções relacionadas, estes elementos não iriam receber letra maiúscula.

O AO, por outro lado, vem alterar e inovar algumas das bases de 1945. Algumas destas alterações são apenas ao nível da nomenclatura utilizada para nomear determinadas situações. Nomeadamente, enquanto as BAAO referem <conjuntos onomásticos>, prosseguindo depois com considerações acerca destes, o AO menciona que são <nomes de instituições>. De qualquer forma, ambos os tratados indicam que estes casos são escritos com maiúscula. Outro exemplo é o que o AO indica como <títulos periódicos>.

que são designados como *«formas inflexivas, artigos definidos ou pronomes demonstrativos»* nas BAAO. O tratado de 1990 acrescenta também que as abreviaturas de pontos cardeais são escritas com maiúscula. As formas de tratamento por *«senhor»*, *«doutor»*, ou seja, axiónimos e hagiónimos, passam a receber a letra maiúscula facultativamente e não em função de determinadas situações ou preceitos especiais, acontecendo o mesmo com nomes que designam domínios do saber, cursos ou disciplinas. São ainda mencionados siglas, símbolos e abreviaturas, que são indicados para serem escritos com maiúscula. O AO não deixa de indicar que certos casos podem ter regras próprias, como resultado de códigos ou normalizações específicas, criadas por entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente. Por fim, relativamente aos nomes relacionados com o calendário, como designam as BAAO, deixam de ser escritos com maiúscula em 1990. Meses do ano ou estações do ano, por exemplo, passam a ser escritos com minúscula: *«primavera»*, *«abril»*. Também as formas de tratamento de *«fulano»*, *«sicrano»* e *«beltrano»* passam a ser escritas invariavelmente com minúscula. Já os nomes bibliónimos (descritos nas BAAO como citações, títulos e subtítulos de livros) só passam a receber letra maiúscula no seu primeiro elemento, sendo a letra maiúscula facultativa nos restantes elementos da composição. É possível, portanto, escrever *«O Senhor do paço de Ninães»* em vez de *«O Senhor do Paço de Ninães»*.

Uma vez que a RO faz menção aos usos de maiúscula e de minúscula, a tabela 11 contempla apenas as alterações entre as BAAO e o AO relativamente a esta situação.

BAAO de 1945	AO de 1990
A letra maiúscula seria aplicada a todos os nomes de raças, povos, populações, nomes associados ao calendário (exceto os dias da semana), festas públicas tradicionais, a referência a <i>«fulano»</i> e <i>«sicrano»</i> (exceto quando fosse para mencionar alguém de forma vaga), pontos cardeais quando designavam uma área, conceitos políticos, nacionais ou religiosos (quando surgissem sem classificativos), nomes e ramos de ciências ou artes, disciplinas escolares e estudos pedagogicamente organizados (apenas quando inseridos num contexto específico), citações, títulos e subtítulos de livros, publicações periódicas e produções artísticas (exceto em artigo definido, pronomes demonstrativos, preposições, advérbios ou locuções), entidades sagradas, formas pronominais de pessoas de alta hierarquia, cargos, postos, dignidades hierárquicas e títulos em situações oficiais e títulos universitários (caso se se tratasse de uma situação oficial).	Passam a ser escritos com minúscula inicial os nomes de estações do ano e meses, a referência a <i>«fulano»</i> e <i>«sicrano»</i>, citações, títulos e subtítulos de livros, publicações periódicas e produções artísticas (exceto a primeira letra de todas), formas pronominais de pessoas de alta hierarquia, cargos, postos, dignidades hierárquicas e títulos em situações oficiais e títulos universitários (de forma facultativa, exceto em casos resultado de códigos ou normalizações específicas, criadas por entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente).

Tabela 11: Principais alterações no uso de maiúscula e minúscula

4.14. Divisão silábica

Em relação à divisão silábica, há três observações que são transversais aos três tratados. A primeira destas diz respeito ao facto de a divisão silábica se fazer em virtude da soletração das palavras, portanto, atendendo à sua forma fonética (e não atendendo aos elementos construtivos dos vocábulos em virtude da etimologia). O segundo ponto comum é o facto de o *«u»*, que segue um *«g»*, ou que segue um *«q»*, nunca se separar destas consoantes, quer fosse um [u], não formando um diagrama, portanto, tendo a leitura de

[gu] ou [ku], ou quer fosse um diagrama e o <u> apenas indicasse que o <g> tinha valor de [g] e o <q> tivesse valor de [k]. As BAAO e o AO, contudo, acrescentam ainda a este facto que uma vogal ou um ditongo que sucedesse este <u> também não separar-se-ia dele: <á – gua>, <quais – quer>. Por último, o terceiro destes preceitos refere palavras compostas, que se dividem silabicamente pelos seus componentes. As BAAO vêm completar a informação dada pela RO, afirmando que uma palavra composta é dividida no final de um dos seus elementos. No caso de ser necessário recorrer à translineação⁵⁹, o hífen que separa os dois elementos da composição é repetido no fim de uma linha e no início da seguinte.

Além dos pontos inalterados ao longo dos três tratados, o primeiro destes estabelece que duas vogais consecutivas são inseparáveis, caso formassem ou não ditongo: <cau – sa>, <moi – nho>. As BAAO e o AO, por seu lado, afirmam que duas vogais consecutivas, quando não constituam um ditongo decrescente, podem ser separadas: <do – er>. Estes dois tratados estabelecem ainda que duas vogais podem ser separadas no caso de pertencerem a dois ditongos diferentes ou pertencerem a um ditongo, diferente de uma vogal seguinte: <cai – ais>, <flu – iu>.

O prefixo <ex-> é mencionado em exclusivo pela RO, que estabelece que este conjunto de letras (ou seja, mesmo não sendo prefixo) nunca pode ser separado numa divisão silábica. Portanto, segundo esta base, a divisão silábica de <exército> seria <ex – ér – ci – to>, mesmo este <ex-> não representando o prefixo com valor de cessamento. Em relação aos prefixos <des-> e <dis->, a RO afirma que, quando são seguidos por uma consoante, esta separa-se do prefixo. Caso fossem seguidos por uma vogal, o <s> do prefixo separa-se de <de-> ou de <di-> e junta-se à vogal que o segue. Portanto, a divisão de palavras como <desfazer> e <desenvolver> seria <des – fa – zer> e <de – sen – vol – ver>.

A RO acrescenta nas suas considerações grupos consonânticos que são considerados inseparáveis, enumerando os mesmos: <bl>, <cl>, <dl>, <fl>, <gl>, <pl>, <tl>, <vl>,
, <cr>, <dr>, <fr>, <gr>, <pr>, <tr>, <vr>, <ch>, <lh>, <nh>, <sc> e <ps>. Relativamente ao grupo consonântico <sc>, em interior de palavra, por poder ser pronunciado com o <s> separado

⁵⁹ É no AO que a palavra <translineação> é utilizada pela primeira vez, substituindo a expressão <quando se tem de partir> das BAAO.

do <c>, estas consoantes também podem separar-se na divisão silábica: <des – cer>. Este tratado de 1911 refere ainda que, quando duas consoantes são iguais, são separadas: <ar – rastar>.

As BAAO e o AO indicam que há consoantes que são indivisíveis, quer no início de palavra, quer no interior, formando sílaba por constituírem um grupo perfeito (exceto alguns prefixos terminados em e <d>). Contudo, enquanto a RO enumera todas as possibilidades de grupos indivisíveis, os dois tratados seguintes indicam que estas sucessões de consoantes podem ser constituídas por uma primeira consoante que seja labial, velar⁶⁰ ou labiodental e uma segunda consoante que seja ou <r>: <cele – brar>, <a – clamar>. Os tratados de 1945 e de 1990 aludem também às sucessões de duas consoantes, em interior de palavra, que não constituem um grupo perfeito, ou quando uma das consoantes é um <m> ou um <n>, com valor de nasalidade. Relativamente a este valor de nasalidade, as BAAO diferem do AO. Neste tratado de 1945, não é mencionada uma sucessão de <m> ou <n>, com valor de nasalidade, junto de uma consoante; são mencionadas sequências em que o primeiro elemento tem uma ressonância nasal e o segundo é uma consoante: <ab – dicar>, <bir – reme>, <cor – roer>, <infeliz – mente>, <en – xame>. Pelos exemplos <bir – reme> e <cor – roer> percebe-se que os casos em que há uma sucessão de duas consoantes iguais, estas são separadas aquando da divisão silábica – importa referir que este é um ponto mencionado pela RO. Por último, as BAAO e o AO mencionam ainda sucessões de duas ou mais consoantes, ou de <m> ou <n>, com valor de nasalidade, junto de duas ou mais consoantes. Estas sucessões podem ser separadas de duas formas diferentes: caso um dos grupos de consoantes faz parte dos grupos indivisíveis, este faz sílaba posterior, enquanto as consoantes que o precedem pertencem à sílaba anterior; caso não haja um grupo indivisível, a divisão acontece antes da última consoante. Obtém-se, portanto, a divisão silábica de palavras como <cam – braia> ou <ec – lipse>; <disp – neia> ou <tungs – ténio>.

⁶⁰ Denominada <gutural> nas BAAO, sendo esta a única diferença entre estes dois pontos de ambos os tratados.

4.15. Pontuação e manutenção da escrita em onomásticos

A Reforma Ortográfica de 1911 termina na quadragésima sexta base, que diz respeito à união de <u> com <g> ou <q>.

As Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 terminam na quinquagésima primeira base, sendo esta referente à vernacularização de topónimos estrangeiros. Antes disso, na quadragésima nona base refere o uso de pontos de interrogação e de exclamação, esclarecendo que estes só devem ser usados nas suas formas normais, comuns à escrita de um grande número de idiomas: <!> e <?> As formas invertidas, indicando o início de uma interrogação ou exclamação, não seriam usadas no Português, conforme esclarece este tratado. Esta é a única menção nos três tratados que diz respeito ao uso de pontuação.

A quinquagésima base das BAAO é igual à vigésima primeira e última base do Acordo Ortográfico de 1990. Ambas estabelecem que a escrita de assinaturas do nome de cada pessoa, firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos inscritos no registo público, podem manter-se por costume e por ressalva de direitos. *ténio*».

Considerações finais

O objetivo geral desta dissertação foi efetuar uma análise comparativa dos três tratados ortográficos que vigoraram em Portugal no século XX. Os tratados ortográficos aplicados à língua portuguesa não se limitaram a três: o Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), compreende um total de duzentos e dez milhões de habitantes, sendo estes falantes nativos da língua portuguesa. Este país, conforme foi indicado no capítulo 3 da presente dissertação, aplicou à sua ortografia uma Reforma, em 1907, adotou um Acordo produzido em conjunto com Portugal (mas que não chegou a vigorar neste país), em 1931, e, em 1943, colocou em vigor um Vocabulário, associado ao Acordo de 1931, por ter sido interpretado a partir deste, conforme indica o Portal da Língua Portuguesa (2019). Esta Reforma de 1907 e o Acordo de 1931 (refletido no Vocabulário de 1943) não foram abordados na presente exposição por falta de espaço – serão seguramente tratados num trabalho posterior.

A descrição comparativa dos três tratados ortográficos permitiu retirar algumas conclusões acerca das alterações ao longo destes. Estas considerações serão apresentadas conforme os tópicos seguintes:

- i. A questão da dupla grafia;
- ii. A supressão de acentos em palavras homógrafas;
- iii. As mudanças terminológicas;
- iv. Outros detalhes.

Foram várias as alterações que podem ser observadas entre 1911, 1945 e 1990. A Reforma Ortográfica de 1911, sendo um trabalho pioneiro, é também o mais elementar, no sentido em que os tratados posteriores vieram acrescentar diversos detalhes que faltaram ao primeiro, conforme a análise comparativa das bases permitiu observar. Por outro lado, importa lembrar que a Reforma Ortográfica, relativamente aos dois tratados seguintes, tem um caráter mais inovador, no sentido em que foi um texto ortográfico pioneiro no PE, isto é, embora, na sua base, estejam outros textos de teor ortográfico, como o *Vocabulário* e a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, o resultado da RO e o seu impacto na ortografia da língua portuguesa foram precursores da história do século XX ao nível ortográfico. Importa também referir que as Bases Analíticas do Acordo

Ortográfico de 1945 e o Acordo Ortográfico de 1990 procuraram estabelecer uma ortografia comum a mais do que um país, razão pela qual algumas bases foram alteradas, de forma a abranger as particularidades de todas as normas da língua portuguesa.

Ora, a consideração das várias normas da língua portuguesa na elaboração dos Acordos foi um dos pontos que deu origem a alguns conflitos na procura de soluções para os pontos divergentes entre o PE, o PB e o PA. As diferenças entre as normas situam-se em vários níveis: no nível lexical, no nível sintático, no nível semântico, bem como no nível fonético. Embora a ortografia dos três tratados abordados na presente dissertação seja considerada simplificada, a verdade é que, e tal como Kemmler (2011) afirmou, esta ortografia simplificada procurou conjugar a vertente etimológica e a vertente fonética. Enquanto a RO foi aplicada sem recuos em Portugal, acontecendo o mesmo com a Reforma Ortográfica de 1907 no Brasil, os Acordos seguintes, elaborados e assinados em conjunto por representantes das duas normas (e, no de 1990, das três normas), tenderam a falhar ou a não serem adotados de forma efetiva na ortografia de documentos e publicações oficiais dos vários países, uma vez que, muitas vezes, a realidade fonética do PB, do PE ou do PA não era tida em consideração nas bases dos Acordos referidos, levando os falantes de Português destas variedades a negar escrever a sua língua em função das particularidades de outra variedade que não a sua.

Numa tentativa de conciliar as três normas, foi percorrido um longo caminho, no sentido de simplificar a ortografia ao ponto de nenhuma variedade fonética ser prejudicada. Exemplo disso foi a simplificação da acentuação. Os acentos diferenciais já foram quase todos erradicados. A acentuação de palavras com o sufixo <-mente> e o infixos <-z-> foi abolida. O trema foi abolido⁶¹. Por outro lado, para outros casos foi adotada a dupla grafia⁶². Assim, respondendo à primeira questão.

⁶¹ Uma vez que as normas da língua portuguesa diferem ao nível fonético, a vertente fonética parece ter perdido a sua preponderância na definição de regras ortográficas nos Acordos estabelecidos, uma vez que nem sempre é possível abranger, numa mesma base, todas as normas do Português, sem que nenhuma seja prejudicada. A simplificação da acentuação entre 1911, 1945 e 1990 mostra esta perda do princípio da pronúncia na evolução dos Acordos.

⁶² Por outro lado, a adoção da dupla grafia mostra que as todas diferentes realidades fonéticas do Português foram tidas em conta. Se, por um lado, podemos pensar que poderia ter sido adotado o princípio da etimologia ou da analogia para resolver as questões em que o timbre de certas vogais é aberto ou fechado, consoante a norma, ou determinadas consoantes são pronunciadas ou mudas, também consoante a norma, por outro lado, houve uma consideração e valorização do princípio do uso, mantendo a grafia de certas

i. A questão da dupla grafia.

A dupla grafia foi considerada em 1967, no *Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, conforme indicou Kemmler (2011). Segundo este autor, foi neste encontro que ficou acordado que a melhor solução para os casos mais dúbios entre as pronúncias do PE, do PB e do PA seria aceitar mais do que uma grafia, de forma a agradar a todos os falantes do Português. Como não deixa de referir Kemmler (2011), a solução anterior à dupla grafia, isto é, a de 1945, falhou, ou seja, fracassou a resolução de que seria escolhida a forma predominante das situações ambíguas. Na realidade, um acordo, de modo geral, pretende comprazer todas as partes envolvidas nas decisões. A escolha de uma forma, em detrimento de outras, seria estar a escolher uma norma, em detrimento de outra. Quais seriam, portanto, os critérios para definir a preferência de uma solução? A título de exemplo, as BAAO definiram que o acento agudo teria apenas a função de marcar a sílaba tónica de uma palavra, não indicando o seu timbre. Uma palavra como <académico> seria marcada com acento agudo, mas este apenas assinalava a vogal tónica. A realidade é que o timbre deste <e>, no Português Europeu, é aberto, sendo realizado foneticamente como [ɛ]; no Português do Brasil, o timbre é fechado, portanto, [e]. Como se percebeu pela observação das bases relativas à acentuação nas BAAO, a marcação com acento agudo distinguir-se-ia da marcação com acento circunflexo por este último indicar uma vogal (e consequente sílaba) tónica fechada. Ora, este era utilizado no PB para marcar a vogal tónica fechada de uma determinada palavra. É compreensível que a preferência da marcação da sílaba tónica com acento agudo não tenha agradado aos falantes do PB, uma vez que esta situação não correspondia às particularidades desta norma, e também porque não existia um motivo pela escolha do acento agudo (típico do PE) em virtude do acento circunflexo (típico do PB).

A opção pela dupla grafia foi a melhor solução encontrada que não prejudicasse qualquer norma da língua portuguesa, uma vez que os tratados ortográficos para a língua

palavras em conformidade com aquela que já apresentavam regularmente, mesmo que uma mesma palavra fosse escrita de duas formas diferentes, ambas enraizadas pela tradição.

portuguesa, conforme indicam Zilles & Faraco (2012), têm tido em conta o critério fonético, para além dos critérios etimológico e fonológico. Contudo, não deixa de ser importante referir que, se por um lado, o objetivo de um acordo, de forma geral, é agradar a todas as partes, por outro, o objetivo de um tratado ortográfico é estabelecer uma norma única para uma determinada língua, deliberando por bases resoluções para pontos duvidosos, para que todos os falantes possam escrever de igual forma. A realidade é que a dupla grafia trouxe duas soluções diferentes para certas palavras. Nas palavras de Zilles & Faraco (2012), esta foi uma união fraca da ortografia da língua portuguesa, em que “a facultatividade forte conspira contra a própria ideia de normalização gráfica” (p. 126). Abbade (2015) enumerou algumas das vantagens de um acordo como a facilidade de comunicação e difusão de cultura entre os países lusófonos e também Silva (2016) apresentou pontos a favor do Acordo Ortográfico como o facto, conforme cita de Terra (2008) (*apud* Silva, 2016), de um mesmo tratado servir toda a comunidade de países de língua portuguesa, permitindo que um mesmo livro circule por todos sem ser necessário proceder à sua reimpressão. Importa também referir que o Acordo, ainda segundo Silva (2016), possibilitou que a língua portuguesa possa vir a tornar-se na sétima língua oficial da ONU, a par de línguas como o Inglês ou o Espanhol⁶³ – note-se que, já em novembro de 2019, foi ratificado, pela UNESCO, o documento que consagra o dia 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa, tendo o próprio primeiro-ministro português (*apud* Andrade, 2019) referido que se trata de “um passo importante para tornar o Português uma das línguas de trabalho da Organização das Nações Unidas”.

Contudo, apesar de, atualmente, ser apenas necessária uma versão de um determinado documento num contexto internacional (não duas, como anteriormente acontecia), a dúvida persiste na escolha dupla da grafia a adotar. Como as palavras de Zilles & Faraco (2012) bem descrevem:

⁶³ Silva (2016) não deixa de comparar o Português a estas e outras línguas, que não possuem mais do que um sistema ortográfico, para evitar constrangimentos como a redação de um mesmo documento de várias formas.

Mas como resolver, nesta versão única, a questão das grafias duplas? Constaríam as duas como fazia tempos atrás o *site* Ciberdúvidas (www.ciberduvidas.com)? Ou haveria uma solução menos custosa? Penso que a escolha menos problemática seria deixar a critério do secretário/redator do documento. Ou seja, seria usada a forma que prevalece na sua tradição. E se houvesse mais de um secretário/redator? Segue-se a tradição da maioria ou, em último caso (há dois secretários/redatores, um de cada tradição), decide-se de comum acordo que tradição seguir. Embora a analogia não seja absoluta, é seguir a prática dos falantes de língua inglesa. Como as grafias do Inglês são consuetudinárias (nenhuma tem carácter oficial), decide-se, em casos em que há redatores de tradições diferentes, que tradição seguir. (p. 126)

A continuação da resposta de Zilles & Faraco (2012) aponta para algumas soluções, vistas sobretudo de um ponto de vista brasileiro. Entre elas, Zilles & Faraco (2012) entendem que os falantes devem ser capazes de conviver com a dupla grafia, respeitando as normas de todos. Relativamente ao mundo editorial, o autor aponta para a mesma solução apresentada para documentos internacionais, destacando o facto de alguns editores brasileiros publicarem autores portugueses e africanos.

Estas são possíveis soluções para a escolha da grafia das cerca de quinhentas e setenta e cinco palavras que apresentam duas possibilidades, conforme dados apresentados por Silva (2016). Ou seja, apesar de estas palavras representarem apenas 0.5% do vocabulário da língua portuguesa, persiste o problema de ser necessário fazer uma escolha de uma norma em detrimento de outra. No mesmo sentido, é relevante pensar nos casos em que o redator de um documento, de carácter internacional, tem o Português como língua segunda ou língua estrangeira, não se enquadrando, portanto, na norma do PE, do PB ou do PA. Que norma deve então escolher um redator, que não tenha o Português como língua materna, na redação do seu documento?

Castro (2015) chega a concluir que uma revisão do Acordo Ortográfico é previsível nas gerações futuras ou até antes disso, devido à “equivalência de grafias duplas (ou múltiplas) permitida por 1990” (p. 506).

Uma segunda alteração que gerou polémica nos falantes da língua portuguesa foi a eliminação da acentuação gráfica em determinadas palavras homógrafas. Esta segunda questão,

ii. A supressão de acentos em palavras homógrafas;

Foi tida em conta no AO relativamente às palavras <pêlo>, <pélo>, <péla>, <côa>, <pólo> e <pêra>, que perderam o seu acento gráfico e se tornaram iguais às palavras já existentes <pele>, <pela>, <coa>, <polo> e <pera>. A polémica instaurada em torno desta supressão foi sobretudo direcionada para a queda do acento agudo na forma do imperativo do verbo <parar>, que antes seria <pára> e, atualmente, é homógrafa com a preposição <para>. Autores como Henriques (2010) descreveram a supressão deste acento diferencial como incoerente. O motivo principal para a controvérsia foi o facto de ser mantido o acento nas formas <pôr> e <pôde>, distintas, devido à sua acentuação gráfica, das palavras <por> e <pode>, uma vez que este acento serve para não tornar a leitura ambígua. Assim, embora a justificação do AO para a abolição destes acentos seja equilibrar estas palavras com outras que já tinham perdido os mesmos em 1971, não fica claro o porquê da forma <pára> ter perdido acentuação, uma vez que pode inclusivamente encontrar-se com a preposição <para> num contexto frásico: <ela não para para descansar>. Isto leva a considerações como as de Moreno (2011), que entende que a queda destes acentos diferenciais é indispensável, uma vez que estes, nas suas palavras, eram absurdos, mas, pelo contrário, Moreno (2011) também considera que “inexplicável foi a supressão do acento de <pára> (verbo), que vai fazer muita falta (“Você não para para pensar”, etc.) e que, a meu ver, foi suprimido por absoluta falta de experiência linguística dos membros da Comissão” (p. 52). Contudo, não deixa de ser relevante mencionar que a escrita é um complemento da fala e não o contrário. Mesmo numa frase como <ela não para para descansar>, um falante saberá decodificar a mesma e entender que o primeiro <para> é

uma forma verbal e o segundo <para> é uma preposição. Apesar de o acento agudo tornar esta diferença mais clara (daí a indignação dos utilitários do Português), a acentuação, conforme lembra Rodrigues (2010), só é indispensável apenas em palavras menos habituais. Esta autora refere ainda os acentos abolidos de palavras como <gôsto>, para diferenciar a mesma de <gosto> (forma verbal), em 1971, que não provocaram qualquer confusão significativa na ortografia. Moreno (2011) justifica que <por> e <pôr> têm de ser necessariamente distinguidos na escrita, para evitar casos ambíguos como <vou por aqui> ou <vou pôr aqui> (sem acento circunflexo, não saberíamos perante qual forma estávamos). Porém, quando menciona que a queda do acento agudo de <pára> não é justificável, não apresenta um par mínimo para comprovar que a acentuação é mesmo necessária. Contudo, é possível encontrar este par mínimo: <para aí>. Um enunciado como <para aí> torna-se ambíguo em virtude da falta do acento grave que anteriormente distinguia a forma verbal da preposição – neste caso em concreto, não sabemos se estamos perante o enunciado [p,ɐɐ ɐ' i] ou [p'arɐ ɐ' i]⁶⁴. Portanto, uma vez que pode existir esta ambiguidade na leitura, o acento diferencial de <pára> deveria ter sido mantido.

iii. As mudanças terminológicas.

Um dos aspetos mais alterados entre 1911, 1945 e 1990 diz respeito à terminologia utilizada para referir certas questões da língua portuguesa. A observação das bases dos três tratados permitiu constatar algumas diferenças como:

- Na RO é utilizado o termo <abecedário>, enquanto no AO é utilizado <alfabeto>;
- Na RO temos <combinações de letras> para o que o AO designa por <dígrafos>, ou seja, o termo técnico para um grupo de duas letras que correspondem a um só fonema;
- O que a RO designa como <supressão de consoantes mudas> e <conservação de consoantes mudas>, o AO designa como <sequências consonânticas>. No fundo,

⁶⁴ As duas transcrições fonéticas encontram-se assim escritas para facilitar a compreensão do leitor da presente dissertação.

determinadas sequências consonânticas possuíam um elemento mudo, que desapareceu a partir do AO, passando a existir apenas uma consoante simples e pronunciada;

- Entre a RO e as BAAO há uma mudança na nomenclatura das palavras consoante a sua acentuação. Enquanto a RO dá conta de *«palavras agudas»*, *«palavras graves»* e *«palavras esdrúxulas»*, as BAAO mencionam *«palavras oxítonas»*, *«palavras paroxítonas»* e *«palavras proparoxítonas»*. O primeiro caso é referente a palavras cuja sílaba tônica é a última, o segundo quando a sílaba tônica é a penúltima e o terceiro quando a sílaba tônica é a antepenúltima;

- As BAAO mencionam ditongos escritos com til e *«subjuntiva vocálica»*, que o AO vem nomear como *«semivogal»*;

- Relativamente à divisão silábica, a RO menciona *«grupos indivisíveis»*, nomeando todos estes. Já o AO refere consoantes que não podem ser separadas na divisão silábica por constituírem *«grupos perfeitos»*;

- Também na divisão silábica, as BAAO e o AO referem sequências de consoantes em que a primeira é labial, velar ou labiodental. Contudo, nas BAAO, em vez de *«consoante velar»*, temos a designação *«consoante gutural»*;

A última consideração a reter da análise das bases entre os três tratados é relativa a incongruências entre a RO, as BAAO e o AO.

iv. Outros detalhes.

Apesar de estes três documentos terem sido amplamente discutidos antes de serem publicados, foi possível encontrar falhas como:

- A sétima base do AO, referente a ditongos orais, que podem ser tónicos ou átonos, estabelece que estes podem dividir-se em dois grupos diferentes, consoante a semivogal do ditongo seja [j] ou [w]. Para cada um dos grupos, a base refere todos os ditongos existentes. Ora, no entanto, não apresenta na listagem as grafias *«oi»* e *«ói»* – foneticamente [oj] e [ɔj] – embora estes surjam nos exemplos, ou seja, nas palavras *«goivo»*, *«goivan»* e *«lençóis»*;

· A RO menciona, na sua sétima base, as formas que recebem consoantes duplas. São quatro os casos apresentados: <rr>, <ss>, <mm> e <nn>. Destes casos, <rr> corresponde ao som [r] e <ss> corresponde a [s]; nas suas formas simples, <r> pode corresponder a [r] ou a [ʀ] e <s> a [s], [z] ou a [ʃ]. Já a <m>, bem como a <n>, fossem estes simples ou dobrados, corresponder-lhes-ia [m] e [n], respetivamente, não existindo distinção entre as formas simples e as dobradas, em termos fonéticos. Na realidade, os primeiros <m> e <n> destas sequências tinham como função marcar a vogal antecedente como sendo nasal. O segundo elemento destas sequências é que teria, então, valor fonético de [m] ou de [n]. As BAAO e o AO não fazem qualquer menção aos casos das consoantes dobradas, sabendo-se que as únicas consoantes que continuam a ser dobradas graficamente são <rr> e <ss>, por corresponderem a realizações fonéticas específicas, em interior de palavra, distinguindo-se dos fonemas associados às grafias simples de <r> e <s>. A grafia de <mm> e <nn> desapareceu, no entanto as BAAO e o AO não apresentam qualquer indicação, nem justificação, para este acontecimento;

· A décima quinta base da RO refere a escrita das vogais nasais finais. Porém, a base menciona também a grafia das vogais nasais que surgem em interior de palavra. O título, portanto, não faz jus ao conteúdo de toda a base;

· A décima base do AO surge dividida em sete pontos que dizem respeito à grafia das vogais tónicas [i] e [u], em palavras oxítonas e paroxítonas. Introduzindo algumas mudanças, a base alterna, ao longo dos pontos, entre os casos em que este tipo de vogais recebem ou não recebem acento gráfico. O primeiro, terceiro, quinto e parte do sétimo pontos dizem respeito aos casos em que se deve usar o sinal diacrítico; os restantes pontos os casos em que os acentos devem ser prescindidos. Contudo, teria sido mais funcional juntar em dois pontos, separados, todos os casos em que se usa acento e todos aqueles em que não se usa;

· A acentuação de palavras com o sufixo <-mente> ou o infixos <-z-> foi alterada em 1971, segundo o Decreto-Lei n.º 32/73 português e a Lei n.º 5765 de 1971 brasileira. Esta alteração, feita fora de um contexto de um tratado ortográfico, surge na décima terceira base do Acordo Ortográfico, ficando assim incluída no tratado. Contudo, o grupo <sc>, previsto na RO, perdeu o seu elemento inicial. Em 1931 ficou estabelecido que este

grupo passaria a <c>. Uma vez que este Acordo nunca entrou em vigor em Portugal, esta alteração também poderia ter ficado explícita no Acordo de 1945, ou seja, como aconteceu, posteriormente, com as alterações de 1971 e 1973, que foram incluídas no AO. Uma vez que o Acordo de 1931 nunca chegou a vigorar em Portugal, não fica explícito, através dos tratados, o porquê desta regra se ter mantido, ao ponto de não surgir em qualquer base do Acordo de 1945 – esta questão coloca-se apenas pelo facto de o Acordo de 1931 nunca ter vigorado em Portugal, mas, afinal, uma das suas bases foi aplicada e mantida na grafia do PE. Na grafia do PB, uma vez que o Acordo de 1931 foi adotado, esta situação não se torna relevante;

· A vigésima nona base das BAAO apresenta no seu décimo segundo ponto os usos de hífen para o prefixo <bem>. Entre estas considerações, é estabelecido que o hífen seria usado entre o prefixo <bem> e o segundo elemento quando este fosse iniciado por vogal, <h> ou por uma consoante em perfeita evidência de sentido. Contudo, a descrição acaba por não explicar o que entende por uma consoante em evidência de sentido. Foram dados sete exemplos: <bem-criado>, <bem-fadado>, <bem-fazente>, <bem-fazer>, <bem-querente>, <bem-querer> e <bem-vindo>. Porém, nada explica o que distingue estas consoantes e estes segundos elementos, presentes nestes exemplos, de outras consoantes. Seria importante, por exemplo, dar exemplos em que <bem> não necessitasse de hífen para se juntar ao segundo elemento, iniciado por consoante, sem que esta estivesse em evidência de sentido, ou seja, casos como <benfeitor>, que já não recebia hífen mesmo em 1945.

Esperamos que as presentes considerações respondam ao propósito da dissertação, ou seja, comparar as alterações ao longo dos três tratados ortográficos postos em vigor em Portugal. Com esta comparação, espera-se que a presente dissertação seja um instrumento de auxílio para indicar o que já foi considerado, em termos ortográficos, para a língua portuguesa.

Não obstante, o tema desta dissertação continua atual e não está isento de investigação futura. Esperamos, portanto, que seja possível, num trabalho posterior, analisar e documentar, de forma detalhada, todo o pensamento linguístico inerente às

reuniões onde foram discutidos os três tratados, isto é, analisar as atas relativas aos encontros realizados, para, através destas, perceber a tomada de determinadas decisões em detrimento de outras. Por outro lado, uma vez que a língua portuguesa contou com outros tratados ortográficos, nomeadamente para a norma do PB, esperamos também uma análise comparativa entre estes textos ortográficos. Através da referida análise, esperamos igualmente uma nova e diferente análise comparativa entre todos os tratados ortográficos que vigoraram na língua portuguesa, independentemente da norma, nomeadamente: uma comparação entre a Reforma Ortográfica de 1907, a Reforma Ortográfica de 1911, o Acordo de 1931, o Acordo de 1945 e o Acordo de 1990. No entanto, é também essencial documentar e estudar os textos publicados entre estas datas, uma vez que determinadas considerações e regras ortográficas podem ter sido previstas nestes documentos e aplicadas de forma efetiva à ortografia do Português, embora não constem nos tratados que vigoraram de forma permanente durante um alargado período de tempo.

Por fim, alvo de investigação futura deverão ser também as considerações finais da presente dissertação. Uma vez que foram apontadas algumas incongruências nos três tratados ortográficos analisados, nomeadamente, em relação à dupla grafia e ao acento diferencial de <para>, estes dois pontos podem ser estudados de uma forma mais exhaustiva, de forma a clarificar qual será a melhor solução para evitar os conflitos que ambos desencadeiam atualmente.

Referências bibliográficas

Abbate, C. M. S. (2015). Centenário da ortografia oficial da língua portuguesa: caminhos percorridos. *Linguagem em (re)vista*, 10(20), (pp. 8-20). Disponível na internet em http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/20/_completo.pdf#page=8

Acordo Ortográfico. (1990). Portal da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>

Aguiar, M. R. (2007). As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, linguística e ideológica. *Filologia e linguística portuguesa*, 9, (pp. 11-26). Disponível na internet em <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59770/62879>

Andrade, S. C. (2019). UNESCO oficializa o 5 de Maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. *Público*. Disponível na internet em: <https://www.publico.pt/2019/11/25/culturaipsilon/noticia/unesco-declara-5-maio-dia-mundial-lingua-portuguesa-1894966>

Buescu, M. L. C. (1983). Introdução. In D. N. Leão, *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

Cagliari, L. C. (2009). Ortografia não é apenas escrever palavras com a grafia correta. *ComCiência*, (113). Disponível na internet em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000900007&lng=en&nrm=iso

Candeias, A. (2003). Primeira república portuguesa (1910-1926): educação, rutura e continuidade, um balanço crítico. In E. C. Martins (ed.), *Atas do V Encontro Ibérico de História da Educação: Renovação Pedagógica*, (pp. 161-192). Disponível na internet em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>

Castro, I. (2015). A nova ortografia tem 25 anos. *Revista Diacrítica*, 29(1), 498-507. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v29n1/v29n1a19.pdf>

Coelho, A. P. (2009). Bastidores de acordos de 1911 e 1945. Uma história com 20 anos... ou com um século. In *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível na internet em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/acordo/bastidores-de-acordos-de-1911-e-1945-uma-historia-com-20-anos-ou-com-um-seculo/2152>

D'Silvas Filho. (2008). Acordo de 1931, abertura das vogais pelas consoantes não articuladas. In *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível na internet em

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/acordo-de-1931-abertura-das-vogais-pelas-consoantes-nao-articuladas/23764>

Documento n.º 2: Bases Analíticas do Acordo Ortográfico. (1945). Portal da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1945>

Dominovich, R. (1948). *Portuguese orthography to 1500* (tese de doutoramento). Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia.

Duarte, I., Castro, I. & Leiria, I. (1986). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*. Lisboa: João Sá da Costa.

Godoy, E. V. (2009). Historiografia linguística: um percurso histórico linguístico. *Múltiplas leituras*, 2(2), (pp. 177-188). Disponível na internet em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1447>

Gonçalves, M. F. (1992). *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa* [PDF]. Disponível na internet em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8810/1/madureirafeijo.pdf>

Gonçalves, M. F. (2003). *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Head, B. F. (2004). Uma comparação dos verbetes referentes a palavras portuguesas em dois dos primeiros dicionários de Português-Latim. In C. Barros; O. Figueiredo; A. M. B. Brito (eds.), *Linguística histórica e história da língua portuguesa: atas do Encontro de homenagem a Maria Helena Paiva*, (pp. 129-151). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Henriques, C. C. (2010). O acordo ortográfico de 1990 e suas intervenções na descrição gramatical. *Calidoscópio*, 8(1), (pp. 77-81). Disponível na internet em <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/160>

Hörster, M. A. H. J. F., Verdelho, E. P. S. & Verdelho, T. S. (2006). A tradução para português na história da língua e da cultura. Elementos para uma síntese. *Revista portuguesa de filologia*, XXV, 671-724.

Kemmler, R. (2001). Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47-48, 128-319.

Kemmler, R. (2011). O destino de um projeto linguístico da república portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010 [PDF]. *Cadernos Eborenses – Revista internacional de tradução, linguística e literatura*, (pp. 11-40). Disponível

na internet em

https://www.researchgate.net/profile/Rolf_Kemmler/publication/259737682_Kemmler_-_2011h_-_O_destino_de_um_projeto/links/00b4952d7ced79240a000000.pdf

Koermer, E. F. K. (2014). R. Kemmler, C. Altman (eds.). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados* [PDF]. Disponível na internet em https://www.researchgate.net/profile/Rolf_Kemmler/publication/292976292_Quatro_decadas_de_historiografia_linguistica_estudos_selecionados/links/56b3315108aed7ba3fef0f69.pdf

Law, V. (2003). *The history of linguistics in Europe: from Plato to 1600*. Reino Unido: Cambridge University Press

Moreno, C. (2011). *Guia prático do português correto: ortografia* [PDF]. Disponível em <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/727/1/Ortografia%20-%20Claudio%20Moreno.pdf>

Pais, C. T. (1980). Algumas reflexões sobre os modelos em linguística. *Língua e literatura*, n.º9, (pp. 89-116). Disponível na internet em <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1980.115859>

Ponce de León, R. R. (2004). Infinitus lusitanos: considerações sobre o infinitivo flexionado nas gramáticas latino-portuguesas renascentistas. In C. Barros; O. Figueiredo; A. M. B. Brito (Eds.), *Linguística histórica e história da língua portuguesa: atas do Encontro de homenagem a Maria Helena Paiva*, (pp. 413-427). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Reforma Ortográfica. (1911). Portal da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1911>

Ribeiro, M. P. (1997). Ortografia Portuguesa – Caminhos e Incertezas. *Idioma*, 19, (pp. 92-101). Disponível na internet em http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/19/idioma19_a11.pdf

Rocha, C. (2008). Reformas e acordos ortográficos em Portugal. In *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível na internet em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/reformas-e-acordos-ortograficos-em-portugal/23958>

Rodrigues, E. C. A. (2010). Acordo ortográfico de 1990: verdades e falácias. *Revista da Graduação*, 3(1). Disponível na internet em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/6690/0>

Santos, M. P. (2016). O novo acordo oficial de unificação ortográfica da língua portuguesa de 1990 nos países lusófonos: abordagens históricas e implicações socioeducacionais.

L@el em (Dis-)curso, 8, (pp. 55-75). Disponível na internet em <https://revistas.pucsp.br/revlael/article/view/28759/22982>

Silva, M. P. (2014). *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda* [PDF]. Disponível na internet em https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=IttnAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=ortografia+portuguesa+história&ots=05JjCft1LR&sig=yXqMqXdhMNxnjZdFz1CsXU3-hVg&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true

Swiggers, P. (2010). História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações [trad. Por C. Altman]. *EUTOMIA. Revista Online de Literatura e Linguística*, 3(2), 18.

Teyssier, P. (1994). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Variável – população residente estimada (pessoas) – Brasil. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível na internet em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>

Verdelho, T. S. (1995). *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Verdelho, T. S. (1997). *História da língua portuguesa: programa, bibliografia, notas de orientação*. Aveiro: Telmo Verdelho.

Verdelho, T. S. (2004). Dicionários: testemunhos da memória linguística. In C. Barros; O. Figueiredo; A. M. B. Brito (Eds.), *Linguística histórica e história da língua portuguesa: atas do Encontro de homenagem a Maria Helena Paiva*, (pp. 413-427). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Zilles, A. M. S., Faraco, C. A. (2012). Implantação do acordo ortográfico na comunidade dos países de língua portuguesa. *Calidoscópio*, 10(1), (pp. 125-130). Disponível na internet em http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/calidoscopio/article/download/cld.2012.101.11/755